

Procedimentos de Pesquisa

- Arqueologia e Patrimônio Histórico

A metodologia adotada para levantamento na área teve a preocupação de não interferir nos sítios arqueológicos encontrados, preservando-os para investigações futuras.

Inicialmente, foi realizado o levantamento das informações já disponíveis sobre a arqueologia e etno-história dos municípios abrangidos, formando um panorama sobre o conhecimento já existente da região.

Em campo, a abordagem nessa fase da pesquisa foi oportunística, a partir dos acessos disponíveis ao traçado planejado do gasoduto. A partir da BR-101, permeando o traçado do gasoduto e cortando-o em alguns pontos, através das diversas estradas secundárias que permitem a interceptação do traçado. Esses acessos variam entre estradas estaduais asfaltadas, estradas de terra municipais ou para escoamento de eucalipto, e pequenos caminhos internos de fazendas. O intervalo entre os pontos observados, dessa forma, variou conforme a disponibilidade de acesso.

Ao longo das estradas de acesso ao eixo do gasoduto, dentro da faixa de 10km em relação ao mesmo definida como AII para o meio físico, foram realizadas entrevistas sobre a ocorrência de vestígios arqueológicos com diversos moradores, escolhidos de forma aleatória. Em áreas mais densamente povoadas, procurou-se abordar os moradores cujas propriedades se localizam mais próximos ao eixo, assim como os mais antigos da área, e as pequenas propriedades cuidadas pela família, com cultivo manual.



Foto 5.224- Realização de entrevistas com moradores da área afetada. Foto Christiane Machado

Nos locais das entrevistas, foram realizadas observações de superfície aproveitando-se o solo exposto por roças, estradas, entorno de moradias, ao longo de cercas, etc. Para as investigações de sub-superfície foram aproveitados cortes de estradas, barrancos, erosões, valas e canais já abertos. Além disso, o trabalho de campo consistiu na observação dos diferentes estratos ambientais, buscando locais propícios a ocupação humana dentro da área em questão, assim como na avaliação das condições de preservação de possíveis sítios em relação ao grau de antropização encontrado.



Foto 5.225- Observação de superfície em plantio de eucalipto na área de influência direta. Foto Christiane Machado



Foto 5.226- Observação de superfície em solo arado. Foto Christiane Machado



Foto 5.227- Barranco ao longo de estrada próximo ao eixo do gasoduto, utilizado para observação de sub-superfície. Foto Christiane Machado



Foto 5.228- Vala ao longo de estrada próximo ao eixo do gasoduto, utilizado para observação de sub-superfície. Foto Christiane Machado

Não houve coleta de material arqueológico, sendo realizado o registro fotográfico e das coordenadas geográficas quando encontrados.

Nessa fase de pesquisa não é previsto o levantamento da área diretamente afetada em sua totalidade, mas um levantamento preliminar nos pontos em que há acesso, de forma a avaliar as áreas afetadas pelo empreendimento. Com os dados obtidos foi traçado um diagnóstico sobre o potencial de ocorrência de sítios arqueológicos na área, de forma a subsidiar o programa de prospecções arqueológicas sistemáticas para a fase subsequente de licenciamento do empreendimento.

No caso da paleontologia, a metodologia adotada para a caracterização preliminar de áreas de valor paleontológico foi o levantamento de dados secundários. Esta caracterização preliminar deverá, através da identificação de possíveis alvos, guiar trabalhos de levantamento em campo para identificar jazigos fossilíferos ao longo do traçado da diretriz Cacimbas-Catu.

Diagnóstico

- Contexto Paleontológico

A identificação e o resgate de depósitos de valor paleontológico têm sido considerados em algumas grandes obras, com pode ser exemplificado pela Linha de Transmissão Uruguaiana - Santa Rosa no Rio Grande do Sul, onde foram realizadas atividades de educação patrimonial junto aos empreendedores e à comunidade, além do recolhimento de material fóssil (Stock da Rosa *et al.*, 2003) ou em atividades de exploração-exploração mineral, como o resgate paleontológico em encavernamentos (Scholz *et al.*, 2004).

De modo a agrupar as informações levantadas, o traçado do gasoduto Cacimbar-Catu foi dividido em quatro domínios:

- ✓ Depósitos quaternários flúvio-marinhos
- ✓ Grupo Barreiras
- ✓ Embasamento pré-Cambriano com depósitos pleistocênicos continentais
- ✓ Depósitos mesozóicos

Domínio dos Depósitos Quaternários Flúvio-Marinhos

Este domínio é predominante nos trechos iniciais do traçado a partir de Cacimbas, até aproximadamente a latitude 7915000, sendo equivalente à planície costeira do Rio Doce. A planície possui forma semilunar crescente, assimétrica e convexa rumo ao mar. Abrange uma área aproximadamente de 2500km², com comprimento na direção norte-sul de 130km e uma largura máxima de 38km.

Bacocoli (1971) classificou esta progradação costeira como um “delta altamente destrutivo dominado por ondas”, desenvolvido a partir da última transgressão (Transgressão Santos). A partir da década de

80, com o enfoque paleoclimático proposto por Dominguez (1989), Dominguez *et al.* (1981), Suguio *et al.* (1982, 1985), Martins *et al.* (1993) observou-se um grande avanço no reconhecimento das feições quaternárias e sua evolução. Segundo estes autores, a história evolutiva da planície quaternária do rio Doce, e de outras associadas a importantes desembocaduras fluviais, foi controlada pela interação das oscilações do nível do mar, do aporte sedimentar e do retrabalhamento pelas ondas.

Um grande número de sondagens (prospectivas, estratigráficas e geotécnicas), realizadas pelo autor na planície costeira do Rio Doce, não indicou a existência subsuperficial de jazigos fossilíferos ou trechos de camadas que poderiam ser consideradas alvo para estudos paleontológicos, além da presença de microfósseis, bioclastos e níveis ricos em fragmentos vegetais, em fácies distribuídas por toda a planície. Deve-se ressaltar que muitos destes materiais foram as bases utilizadas nas datações carbono-14 que resultaram nos modelos de evolução da planície costeira citados no parágrafo anterior.

Domínio do Grupo Barreiras

Este domínio tem expressão nos trechos médios do traçado a partir de Cerejeiras/córrego Barro Novo, latitude aproximadamente de 7915000. O trecho segue sobre o grupo Barreiras, cortando também depósitos aluvionares recentes como o relativo ao rio Mucuri, na altura de 7997000, A partir do vale do rio Alcobaça, em 8060000, o traçado corta alternadamente segmentos do Domínio de embasamento pré-Cambriano.

Considerando a forma predominantemente tabular das camadas ocorrentes no Grupo Barreiras, com forte persistência horizontal, o padrão de sucessão vertical, o predomínio de sedimentos de granulometria grossa e o padrão dominante de estratificações cruzadas, Amador (1982) sugere um ambiente de rios de canais entrelaçados, com quase inexistência de planície de inundação, para a deposição dos sedimentos da Formação Pedro Canário, denominada no norte do Espírito Santo. Ainda, segundo Amador (1982), a baixa seleção granulométrica e o pequeno retrabalhamento dos grãos evidenciam transporte torrencial por curta distância. Elevados teores de feldspatos e de minerais pesados instáveis, e argilas do grupo da esmectita sugeriram, para este autor, a deposição sob clima provavelmente seco (semi-árido ou semi-úmido).

Conforme afirmaram Suguio & Nogueira (1999), a determinação da idade em depósitos essencialmente continentais, como o Barreiras, quase sempre referidos como afossilíferos, é bastante problemática. Segundo Mabessone *et al.* (1972), os únicos indícios para uma datação estratigráfica do Barreiras seriam o fato de que as camadas equivalentes na região de Belém do Pará assentam-se sobre

a Formação Pirabas, de idade miocênica inicial, e que, no Rio Grande do Norte, os depósitos Barreiras são mais recentes do que o vulcanismo basáltico do Cabugi, datado como do Mioceno. Com isso, Mabessone *et al.* (1972) supõem que o Barreiras seja de idade miocênica tardia ou pliocênica.

Com base na descrição de espécies de dicotiledôneas coletadas na Bahia, Krasser (1903 *apud* ARAI *et al.*, 1988) cita a idade pliocênica. Mussa (1958 *apud* ARAI *et al.*, 1988), estudando troncos de madeira silicificados provenientes de Sergipe, atribuiu esta mesma idade. Dados palinológicos de Arai *et al.* (1988), em sedimentos desta mesma região do Pará, indicam que vários palinóforos com limite inferior que não ultrapassa o neo-Eoceno foram encontrados tanto na Formação Pirabas quanto no Barreiras. Segundo estes autores, as evidências estratigráficas demonstram a improbabilidade de uma idade eocênica para os sedimentos da Formação Barreiras, devido a estes se encontrarem sobrepostos à Formação Pirabas (Mioceno inicial). Por outro lado, a ocorrência do esporo *Crassoretitriletes vanraadshooveni* em uma das amostras estudadas foi considerada por Arai *et al.* (1988) como um parâmetro relevante no estabelecimento da idade máxima de deposição dos sedimentos do Barreiras. Os autores consideram este esporo como fóssilguia da associação palinológica classificada, tendo sido registrado, até o presente, em camadas exclusivamente miocênicas. A ocorrência de outros palinóforos com limite superior não ultrapassando o Mioceno eleva as chances da deposição do Barreiras ter ocorrido, pelo menos em parte, ainda em tempos miocênicos (ARAI *et al.*, 1988).

Em falésias costeiras na faixa entre Ubú e Guarapari, no litoral sul do Espírito Santo, foram observadas escavações verticais e cilíndricas de diâmetro aproximadamente constante e sem ramificações em camadas argilosas, silticas laminadas e arenosas de granulometria fina (ADDAD *et al.*, 2003). Os tubos se mostram retos a ligeiramente encurvados, com diâmetros que variam de 4 a 9 milímetros, sendo encontrados dois conjuntos predominantes, de 4 a 5mm e de 8 a 9mm. Os tubos de maior diâmetro atingem até 16cm de comprimento contínuo. Não foram observadas câmaras terminais ou aberturas alargadas. As paredes dos tubos podem se apresentar levemente aneladas ou corrugadas. Eventualmente, mostram trechos com desenvolvimento inclinado, voltando ou não à verticalidade. O preenchimento é composto do mesmo sedimento externo, areia/argila, com granulometria semelhante ou ligeiramente diversa do seu entorno. Os preenchimentos se mostram sem estrutura ou com estruturação imposta pela escavação, na forma de meniscos côncavos para o topo. Nos depósitos estudados, os tubos ocorrem em abundância, perpendicularmente à laminação, com médias estimadas de 80 elementos por metro quadrado em seção lateral, com um índice de icnotrama variando entre ii2 e ii3. Estas estruturas são atribuídas ao icnogênero *Skolithos*, Haldeman, 1840, um traço de *domichnia* encontrado do préCambriano ao Pleistoceno, em ambientes marinhos profundos a terrestres. Deve-se

considerar que este icnogênero apresenta poucos elementos morfológicos para caracterização específica. Entre as sete icnoespécies válidas para *Skolithos*, os encontrados em Ubú mostram proximidade da incoespécie *Skolithos linearis*. Dentro do contexto deposicional, os icnofósseis de Ubú são interpretados como desenvolvidas em um subambiente de planície de inundação fluvial, sendo atribuídos à ação escavatória de artrópodes terrestres.

Domínio de Embasamento Pré-Cambriano com Depósitos Pleistocênicos Continentais

A partir do trecho que corta o rio da Pedra Branca, próximo a Mundo Novo, aproximadamente a 8205000, o traçado encontra faixas de ocorrência de embasamento pré-Cambriano, seguindo assim até a sua intersecção com o rio Paraguassú. Entre Itapebi e Camacã, o traçado passa por supracrustais proterozóicas, ardósias, filitos e quartzitos, afetados pelo ciclo tectônico Brasileiro, entre 570 e 550 Ma.

Sobre a área de ocorrência de embasamento pré-Cambriano, preenchimentos sedimentares posicionados em depósitos da unidade estratigráfica pleistocênica referida como Formação Cacimbas, distribuídos pelo Nordeste, podem apresentar conteúdo fossilífero de paleomastofauna pleistocênica característica: *Eremotherium laurilardi* (Lund), *Panpatherium humboldti* (Lund), *Panoctus greslebini* (Castellanos), *Xenorhinotherium baianense* (Cartele & Lessa), *Toxodon platensis*, *Haplomastodon waringi* (Holland) e *Smilodon populator* (Lund). (e.g. BARRETO *et al.*, 2003; BORN *et al.*, 2003). A Formação Cacimbas corresponde a depósitos inconsolidados de sedimentos derivados do intemperismo do embasamento e solos transportados, acumulados em depressões naturais. Apresentam níveis de granulometria muito variável, de matacões a argila, característicos de depósitos de detritos e fluxos episódicos. São lateralmente restritos.

Um destes depósitos, na região de Poções - Manoel Vitorino, foi amostrado pelo autor (ADDAD, 2003a, 2003b) através da escavação manual de trincheiras até a sua base. Os preenchimentos ocupam depressões da ordem de dezenas de metros quadrados de área e com máximos locais de 3,2 metros de profundidade, repousando sobre paleotopos do embasamento gnáissico, regolitos ou crostas lateritizadas. Abaixo de uma camada, variando de 0,15 a 0,8 metros de profundidade, de solo mais recente, os preenchimentos são caracterizados por sedimentos inconsolidados, com a presença de matacões de até 1,7 metros de diâmetro imersos em uma matriz areno-argilosa rica em matéria orgânica. Não foram observadas estratificações, imbricamentos de seixos ou estruturas sedimentares além de uma granodecrescência ascendente com níveis basais ricos em material fossilífero: ossos pós-

crânio de mamíferos pleistocênicos. A composição da fração arenosa, predominantemente feldspática, indica um clima mais árido, corroborando com os padrões encontrados para o final do Pleistoceno, enquanto que o modo de preenchimento sedimentar pode ser associado fluxos de detritos, incluindo fragmentos de ossos de animais, condicionados pela passagem para um clima mais úmido na transição para o Holoceno. A concentração fossilífera pode ter sido determinada pelo transporte de ossos soltos durante enxurradas eventuais, característica indicada pelos estados de desarticulação, fragmentação e abrasão apresentados no depósito, assim como pela ausência de ossos pequenos ou mais frágeis, apenas representantes com estrutura mais massiva e/ou mais resistentes. A grande quantidade de material fóssil indica um cenário possível para este acúmulo, onde os animais teriam procurado água em áreas mais baixas, durante períodos secos das oscilações climáticas do Pleistoceno Tardio. O seu insucesso resultou na disponibilização de ossos para o retrabalhamento durante eventos pluviais intensos, com convergência imediata para depressões de abrangência local. A falta de ossos de pequeno porte pode indicar a sua destruição durante o transporte e retrabalhamento e/ou ação de carniceiros. Os fragmentos que permitiram uma identificação imediata foram de osteodermo de carapaça de *Gliptodon* e de astrágalos de *Eremotherium*. Outros *Edentata*, assim como representantes de *Artiodactyla* e *Proboscídea*, estão presentes, necessitando ainda de identificação. Os ossos apresentam permineralização por hidróxidos de ferro, preenchimento dos canais por sedimento fino (argila, silte e areia fina) e de cavidades por sedimento mais grosseiro.

Domínio dos Depósitos Mesozóicos

O domínio mesozóico é alcançado a norte da passagem pelo rio Paraguassú, quando o traçado inflete para leste, entrando na bacia do Recôncavo, na altura de 8600000-8610000.

Inicialmente é adentrado o grupo Brotas, de idade jurássica, com presença de red-beds da formação Aliança e arenitos da formação Sergi. Estas litologias correspondem à fase pré-rift da bacia do Recôncavo, depositadas em ambiente continental, respectivamente flúvio-lacustre e flúvio-eólico, aflorantes nas suas porções a oeste.

Para leste, é adentrado o cretáceo, correspondendo à fase sin-rift da bacia. A formação Candeias, com seus sedimentos pelíticos lacustres, folhelhos, calciruditos e calcarenitos, é seguida pela formação Maracangalha, com arenitos de origem turbidítica de maior batimetria, em ambiente peri-deltaico.

Deve-se ressaltar que a área de influência do traçado atinge o sítio geológico Canyon do Rio Sergi (feições desérticas do Jurássico), estabelecido pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e

Paleontológicos, SIGEP, como sítio 095. Esta aproximação se dá na altura de 8615000, entre os quilômetros 870 e 875, a norte de Santo Amaro.

- Contexto Arqueológico

Pesquisas Arqueológicas Anteriores

Norte do Espírito Santo

Adam Orssich (1981), em diversas viagens realizadas pelo Espírito Santo na década de 60, relatou a existência de vários sítios na região norte do Estado, como em São Mateus, Itaúnas, Conceição da Barra, Colatina e São Gabriel da Palha, destacando aqueles relacionados à Tradição Tupiguarani.

Celso Perota, pesquisador de intensa atividade no Estado do Espírito Santo desde a década de 60, registrou vários sítios no vale do Rio Doce. Porém, no município de Linhares há apenas a indicação de um sambaqui, próximo à foz do Rio Doce, e do sítio Monsarás, da tradição Aratu, próximo à lagoa Monsarás (PEROTA, 1974).

Na área da Reserva Florestal de Linhares, propriedade da Companhia Vale do Rio Doce em Linhares, foi realizado um reconhecimento arqueológico, aproveitando-se as sondagens realizadas para mapear o solo da RFL. Nessa ocasião, foram encontrados fragmentos cerâmicos dispersos ao longo de estrada em área de restinga, possivelmente relacionados à Tradição Tupiguarani. O sítio, entretanto, foi possivelmente destruído pela abertura da estrada (MACHADO, 1994).

A partir da década de 90, diversos levantamentos arqueológicos foram realizados no litoral norte do Espírito Santo, em cumprimento da legislação federal para licenciamento de atividades causadoras de impacto ambiental. Várias prospecções arqueológicas foram realizadas em áreas próximas e eventualmente dentro da área de influência do atual empreendimento, entre os Km 0 e 80 do gasoduto. Vários sítios foram registrados nos municípios de São Mateus e Jaguaré¹, alguns deles dentro da faixa de 10 km definida como área de influência indireta do empreendimento. Ao menos um desses sítios está dentro da área de influência direta (AQUACONSULT, 1990; BIODINÂMICA, 2003; CALDARELLI, 2002; PEROTA E TEIXEIRA, 1999 a 2002; MACHADO, 2003 e 2004a).

¹ É provável que alguns dos sítios mencionados por Teixeira (2002) estejam na AII em Linhares, como os do Vale da Suruaca, mas não foi possível localizá-los por não haver na bibliografia consultada as coordenadas desses sítios.

Em Pedro Canário, Perota (2004) realizou diagnóstico arqueológico para construção de uma barragem no médio Itaúnas, sem identificar vestígios arqueológicos. Não há registro de sítios arqueológicos nesse município.

Em Pinheiros, temos o registro de um sítio cerâmico por Perota (IPHAN), uma ocorrência de lâmina de machado e uma informação arqueológica registradas por Machado (2004b), durante reconhecimento de áreas da Aracruz Celulose em projeto de certificação florestal. Durante esse trabalho, diversas outras informações de vestígios arqueológicos foram obtidas para os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, algumas delas dentro da área de influência do empreendimento.

As informações disponíveis registram a maior parte dos sítios arqueológicos nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, entre aqueles afetados pelo empreendimento no Espírito Santo. Linhares e Pinheiros possuem alguns sítios registrados e algumas informações de ocorrências, enquanto para Pedro Canário não há informações disponíveis. Perota (1979) destaca os vales dos rios Doce e Cricaré como locais de intenso povoamento pré-histórico.

Sul da Bahia

As primeiras pesquisas registradas na região datam da década de 60, por Valentim Calderón, com registro de sítios em Porto Seguro, como o sítio cerâmico “Ilha de Calcuté”. Nesse mesmo período, este pesquisador efetua um levantamento de 11 sítios de sambaqui fluviais sobre o rio João de Tiba, constatando que nas áreas de mangues desse rio existiam vestígios de instalações de populações marisqueiras, que deixaram grandes acúmulos de conchas, produto dos restos de alimentação, em diferentes graus de integridade.

Sambaquis fluviais também foram registrados, sobre o rio Buranhém, pelo professor Carlos Etchevarne, em 1998, durante um diagnóstico solicitado pelo Grupo de Trabalho da FUNAI, coordenado pelo professor José Augusto Laranjeiras. Estes se encontravam em uma área da Fazenda Santo Amaro, requerida por um grupo indígena de etnia pataxó. Os sítios foram denominados Buranhém I e Buranhém II.

Mais tarde, a partir de 1996, foram localizados outros sítios durante o programa de pesquisas, realizadas pelo núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, coordenadas por Carlos Etchevarne. Os registros de ocorrência de sítios foram levados a cabo no âmbito do Projeto de Mapeamento de sítios arqueológicos da Costa do Descobrimento, registrando

44 sítios, dentre os quais dois centros históricos (das cidades de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro) e três núcleos urbanos contemporâneos, resultado de aldeamentos jesuíticos do século XVI. Os sítios arqueológicos encontrados correspondem a restos de instalações de populações pré-coloniais e coloniais que se espalham especialmente na faixa litorânea, e a pós-coloniais (início do século XIX em diante) que, além do litoral, ocorrem também em áreas interioranas. No primeiro período podem-se enquadrar locais com vestígios de assentamentos indígenas, no segundo e terceiro, de populações indígenas e de origem europeu ou de ambos componentes populacionais.

Foram também realizadas pesquisas ligadas a projetos de licenciamento ambiental, destacando-se o EIA/RIMA Memorial do Encontro, onde Irmhild Wust registra o sítio cerâmico “Jaca Dura”, próximo ao rio Itinga, e a pesquisa para a Linha de Transmissão Porto Seguro – Coroa Vermelha, onde Etchevarne registra o sítio cerâmico “São Francisco I: BA-PSS-003” (SGPA).

Ao ministrar cursos de reconhecimento de vestígios arqueológicos em empresas cultivadoras de eucalipto no sul da Bahia, Celso Perota (1996) registrou dois sítios arqueológicos em Porto Seguro, às margens do rio Jacarandá, afluente do rio do Frade, e um em Nova Viçosa, perto de Helvécia. Também levantou informações sobre ocorrências arqueológicas no rio do Frade próximo à foz do rio Jacarandá, verificou ocorrência de lâmina de machado na margem do rio João de Tiba, e em área da Veracruz Florestal.

As informações que puderam ser localizadas em mapa estão fora da AII definida para o meio físico do empreendimento.

Região Cacaueira

Valentin Calderón registra sítios arqueológicos nessa região na década de 60, destacando-se sítios de cerâmica pré-colonial, onde foram encontrados em Ilhéus grandes vasilhames cerâmicos, muitas vezes associados a ossos. Foi encontrado no sítio “Fazenda Iguassú”, na localidade de Castelo Novo, um cemitério com grande quantidade de urnas. No sítio “Fazenda Piratacase”, na localidade Banco da Vitória, foi encontrado outro cemitério com urnas e ossos humanos, além de artefatos líticos polidos. No sítio “Fazenda Primavera” foram encontrados fragmentos de grandes vasilhas cerâmicas e ossos. Mais recentemente, Yara Ataíde registra o sítio “Almada: BA-LCS-136”, em Castelo Novo, onde foi encontrada urna funerária.

Também em outros municípios da região cacauzeira, Calderón registra sítios cerâmicos. Em Ipiauí, registra o sítio “Fazenda Prata”, também com grandes vasos de cerâmica. Em Camacã, há o sítio “Tanajura: BA-LCS”, cemitério com grandes urnas.

Os registros consultados, entretanto, não indicam a localização precisa desses sítios, e pesquisas adicionais necessitam ser realizadas para averiguar se estão dentro da área de influência do gasoduto.

O prof. Elvis Barbosa, da Universidade de Santa Cruz, Ilhéus, localiza em Almadinha, nesse município, em 2004, um sítio, com restos de urnas funerárias da tradição ceramista Aratu, em bom estado de conservação. Segundo informações do pesquisador, via correio eletrônico, haveria uma superposição de dois momentos de ocupação: um Aratu e outro posterior, Tupiguarani. Igualmente, em Serra Grande, próximo a Itacaré, Elvis Barbosa toma conhecimento da existência de uma área, em plena praça do povoado, com expressivo número de urnas funerárias, que foram danificadas quando a construção da estrada asfaltada, pelo DERBA - Bahia.

O prof. Carlos Etchevarne, por solicitação da Coordenadora do Grupo de Trabalho Tupinambá, a antropóloga Dra. Susana Vieigas, analisou fragmentos cerâmicos encontrados na Serra das Trempes, distrito de Olivença, município de Ilhéus, em área cacauzeira, dentro de um abrigo rochoso, rodeado de frondosa floresta de espécies nativas e de árvores de cacau. Apesar de estes fragmentos terem sido encontrados pela antropóloga, no solo rochoso do abrigo, isto é, sem possibilidade de estratigrafia, e de não ter sido achado em situação de pesquisa arqueológica, os fragmentos são perfeitamente identificáveis com cerâmica de tecnologia indígena, e associados aos grupos Tupiguarani.

Recôncavo Baiano

A presença de grupos indígenas nessa região pode ser constatada nos relatos dos cronistas do século XVI², que documentaram em seus registros de viagem a existência dessas populações, descrevendo seus hábitos e costumes e, em alguns casos, testemunhando seu extermínio e sua expulsão. Apesar dos cronistas terem fornecido informações, mesmo que superficiais, que comprovam a presença desses índios, nenhuma referência é mais pertinente e relevante, para compreender essas populações pré-coloniais, como os vestígios da sua cultura material, resultado das relações entre os membros dessas comunidades. Nesse sentido, os estudos arqueológicos podem ser de suma relevância para a compreensão dos processos históricos que abarcaram essas sociedades.

² Pode-se citar os trabalhos de Gabriel Soares de Souza (“Tratado Descritivo do Brasil, em 1587”); Fernão Cardim (“Tratado da Terra e da Gente do Brasil”)

Existem estudos arqueológicos nessa região que permitem caracterizá-la como uma importante área de ocupação pré-colonial. Nessa questão, destacam-se os trabalhos do arqueólogo Valentin Calderón, da UFBA, que na década de 60 realizou pesquisas na Baía de Todos os Santos, registrando diversos sítios, como por exemplo, o “Sambaqui da Pedra Oca”, na localidade de Peri-Peri, subúrbio de Salvador. Também realizou pesquisas no município de Cachoeira, registrando o sítio “Belém: BA-LN-134”, cemitério sob o pátio da Igreja e seminário de Belém da Cachoeira, e o sambaqui “Ponta Grossa: BA-LN”.

É de suma relevância frisar, que foi na Baía de Aratu, num sítio arqueológico denominado “Guipe”, que Calderón identificou, pela primeira vez, a existência de populações pretéritas que compunham uma unidade cultural. Ele denominou esta tradição de **Aratu**, devido à localização da sua descoberta. Esses grupos tinham como característica principal, a confecção de vasilhames cerâmicos, com formato piriforme, onde eram sepultados os mortos.

Além das pesquisas de Valentin Calderón, pode-se destacar os trabalhos de mapeamento arqueológico na região de Jaguaripe, realizadas por uma equipe coordenada pelo Arqueólogo, Dr. Carlos Etchevarne, no período compreendido entre os anos de 1998 e 2000³. Durante estas atividades, foram identificados e cadastrados, 129 sítios arqueológicos, sendo 75 coloniais, 35 sítios de contato e 19 pré-coloniais (MAS – 2000).

Também sob a coordenação do Prof., Carlos Etchevarne foi desenvolvido um levantamento do patrimônio histórico e cultural, no qual foram incluídos sítios arqueológicos referentes a diferentes momentos históricos da ocupação humana da região dos municípios de Cachoeira e São Felix. Os pesquisadores, vinculados ao grupo de pesquisa do Laboratório de Arqueologia da UFBA, identificaram áreas de interesse histórico e inventariaram locais de remanescentes de edificações de origem portuguesa, em ruínas, especialmente engenhos de açúcar, aquedutos e capelas, assim como outros locais relacionados com os cultos afro-brasileiros, de grande antiguidade (século XIX). [Programa de Levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira e São Félix – 2003]

O arqueólogo Carlos Costa, em 2004, efetua, no município de Governador Mangabeira, um programa de prospecções e salvamento, na área de influência da linha de transmissão de energia elétrica da barragem de Pedra do Cavalo. Durante esses trabalhos identifica setores de ocupação do século XIX, composta por unidades residenciais e de produção, isoladas.

³ Essas pesquisas fizeram parte do Projeto de Mapeamento do Litoral Sul e do Recôncavo da Bahia, NAPAS 1998-2001.

Tradições Arqueológicas

Os sítios arqueológicos encontrados muitas vezes possuem vínculos culturais que permitem seu agrupamento a *tradições arqueológicas*, ou seja, grandes unidades culturais existentes em um determinado espaço geográfico que perduraria por um determinado intervalo de tempo. Essas tradições podem estar sub-divididas em *fases*, onde são identificadas características específicas daquela tradição em uma época e/ou região mais restrita.

Três amplas tradições arqueológicas foram registradas na região litorânea norte do Espírito Santo e nas áreas do estado da Bahia abrangidos pelo empreendimento. Foram registrados sítios de caçadores-coletores pré-cerâmistas, sambaquis e relacionados á Tradição Itaipu, além de sítios cerâmicos integrantes das tradições Aratu e Tupiguarani. Diversos sítios registrados, entretanto, não estão relacionados á tradições⁴. Este último caso, em algumas situações, como o sítio São Francisco I, em Porto Seguro, corresponde a grupos de pequena densidade demográfica, que ocuparam áreas de platôs litorâneos, próximas a rios e mangues, que produziam uma cerâmica de tecnologia simples, roletada, com um tratamento de superfície alisado e antiplástico grosso. Além dessas tradições, há sítios arqueológicos do período de contato com o colonizador, incorporando elementos da cultura européia, e sítios históricos.

Caçadores-coletores do Litoral

Com o aquecimento global conhecido como “optimum climático”, por volta de 6.000 A.P⁵., há um aumento na oferta de recursos marinhos, tornando-se um ambiente atraente para as populações pré-históricas. Deve ser lembrado que ocupações litorâneas anteriores a esse período são de difícil identificação, uma vez que os constantes avanços e recuos da linha de costa devido às mudanças de temperatura global poderiam destruir os sítios mais antigos, ou esses poderiam estar submersos.

Há poucas informações disponíveis sobre sítios arqueológicos relacionados a grupos caçadores-coletores no litoral norte do Espírito Santo. Possivelmente pertencem a grupos culturais e períodos distintos, mas não havendo dados publicados sobre seu conteúdo cultural, são identificados

⁴ No CNSA (Iphan), há registro de diversos sítios sem identificação com tradições arqueológicas, que podem ou não estar relacionadas a essas já estabelecidas.

⁵ Antes do Presente.

genericamente como caçadores-coletores do litoral. Os dados existentes permitem agrupá-los em dois grupos, os sítios conhecidos como “**sambaquis**” e aqueles relacionados á **Tradição Itaipu**⁶.

O início da ocupação no norte do Espírito Santo é estimada por volta de 5.000 A.P. (3.050 a.C.), quando se define o atual contorno do litoral (PEROTA 1993; 1995). Sítios típicos desse período são os **sambaquis**, onde sobressaem grandes quantidades de carapaças de moluscos, indicando possivelmente uma economia de coletores especializados, mas que também fazem uso de outros recursos alimentares, como a pesca⁷. Ocorrem nas margens de rios e por toda costa litorânea, apresentando indústria lítica lascada (facas e raspadores) e polida (machados). Também são encontrados artefatos ósseos, como pontas de flecha e dentes perfurados (PEROTA, 1971b).

Além de um sambaqui indicado na foz do Rio Doce, foram registrados três sambaquis nas proximidades do rio Mariricu, braço do rio São Mateus, a 2km da linha costeira atual. O maior desses sambaquis possui 30X40 metros, e 3 metros de altura. Neles foram identificados grande quantidade de restos alimentares (malacológico e ósseo), sendo os artefatos exclusivamente líticos. Dentre eles, lâminas de machado em diabásio, polidas, semi-polidas e lascadas, e lascas em quartzo não retocadas, utilizadas como facas e raspadores (PEROTA, 1971b e 1974). Caldarelli (2002) registra a informação de 3 possíveis sambaquis próximo a Guriri, perto do Rio Preto. Teixeira (2002) cita 18 sambaquis no Vale da Suruaca, área do baixo rio Barra Seca.

Não foram encontrados registros de sambaquis nessa região nos arquivos do Iphan consultados. Pela localização indicada, os sambaquis do Mariricu estão a aproximadamente 5km a nordeste do limite da faixa de influência do gasoduto. Os sambaquis mencionados por Teixeira, entretanto, pela localização indicada devem estar dentro da área de influência do empreendimento, podendo estar dentro da AID⁸.

No **sul da Bahia**, foram registrados por Calderón 12 sambaquis fluviais no Rio João de Tiba. Etchvarne também registra dois sambaquis fluviais no Rio Buranhém, denominados Buranhém I e II.

Na região do **Recôncavo**, as pesquisas pioneiras de Valentin Calderón identificaram sambaquis em diferentes localidades da Bahia de Todos os Santos. São registrados os sambaquis da Pedra Oca, na localidade de Peri Peri, e o sambaqui “Ponta Grossa: BA-LN” em Cachoeira por Calderón (SGPA).

⁶ Teixeira (2002) se refere a “acampamentos conchíferos”, cuja descrição se assemelha a sítios identificados por Perota como Tradição Itaipu. Essa discussão teórica, entretanto, não será abordada aqui.

⁷ Os moluscos são os vestígios mais visíveis, mas não significa que fossem necessariamente predominantes na dieta, apenas que deixam mais resíduos em relação à pesca.

⁸ Na bibliografia não havia coordenadas para esses sítios, e os mapas de localização foram suprimidos da cópia consultada, o que não permitiu sua localização exata.

Além dos sambaquis, ocorrem outros tipos de sítios de caçadores-coletores no litoral, onde não se verifica a grande concentração de carapaças de moluscos que caracterizam os sambaquis. Identificados como *Tradição Itaipu*, são caçadores-coletores de economia diversificada, sendo encontrados nos sítios maior quantidade de ossos de peixes e animais terrestres, além de moluscos.

Os sítios dessa tradição são definidos por Carvalho (1987) como de ocupação intensiva por macrobandos, com ênfase na pesca e grande consumo de vegetais. A similaridade de certos artefatos, principalmente ósseo, parece sugerir uma herança dos grupos sambaquianos. Desse momento podem ser as primeiras evidências de uso da cerâmica no litoral.

Nos sítios desse tipo registrados no Espírito Santo, são encontrados artefatos líticos lascados em quartzo (raspadores, perfuradores), polidos (machados), além de outros artefatos como batedores e pesos de rede. Ocorrem também artefatos ósseos, como pontas de projéteis e vértebras de peixe perfuradas (PEROTA, 1974).

No norte do estado, foi registrado um sítio sobre duna em Conceição da Barra, nas proximidades do rio Itaúnas, filiado á Tradição Itaipu (“ES-SM-02”). Nele foram encontrados artefatos líticos como batedores, percutores e lascas de quartzo. Sua datação é estimada em 500 a. C. (Perota, 1971). Apesar do gasoduto passar por esse município, esse sítio está localizado fora da área de influência.

Além desses, há sítios pré-cerâmicos, de caçadores-coletores, não associados á tradições. Os “acampamentos conchíferos” mencionados por Teixeira (2002) podem ou não estar associados á Tradição Itaipu, discussão essa além dos objetivos do presente trabalho. São citados 16 desses acampamentos, entre a foz do Cricaré e o Rio Doce, no Vale da Suruaca (baixo rio Barra Seca), compreendendo dessa forma a área de influência do empreendimento, podendo até mesmo estar dentro da AID⁹.

Tradição Aratu

Na pequena baía de Aratu, município de Candeias, no Recôncavo baiano, Valentin Calderón identificou uma nova unidade cultural que se afastava radicalmente da já conhecida tradição Tupigurani. A partir desta localidade de Aratu, tomada como modelo, foram identificadas outros sítios em diferentes regiões do estado da Bahia, o que permitiu compreender que se tratava de um conjunto

⁹ Idem.

de populações que produziam cerâmica com os mesmos padrões, e que, por isto, podiam ser enquadradas em uma mesma tradição.

Tradição de agricultores ceramistas, encontrada ao longo de toda costa, desde a baía de Vitória (litoral central do Espírito Santo), até a foz do rio São Francisco, em Alagoas, ocorrendo também no interior (PEROTA, 1971a).

A Tradição Aratu é representada no norte do Espírito Santo pelas fases Guarabu e Itaúnas. A **fase Guarabu** está representada por dois sítios habitações, localizados no curso médio do rio São Mateus, em elevações acentuadas não muito próximas dos rios. Possuem aproximadamente 200X70 metros, sem indicação de profundidade. O material arqueológico registrado é exclusivamente cerâmico, geralmente com formas piriformes, com bordas inclinadas para dentro, ligeiramente cambadas e arredondadas. É uma cerâmica compacta, temperada com areia e caco moído. Predominam os fragmentos simples, ocorrendo também fragmentos com engobo vermelho. Sua datação é estimada entre 800-1300 d.C. Perota identifica a fase Guarabu do Espírito Santo com a Fase Aratu na Bahia. (Perota, 1971a e 1971b).

Os sítios da **fase Itaúnas** estendem-se pela faixa litorânea desde a baía de Vitória, no Espírito Santo, até o rio Itanhém (rio Alcobaça), sul da Bahia. Ocorrem sempre perto de rios, principalmente nos vales dos rios São Mateus, Itaúnas, Mucuri, Pardo e Itanhém. No norte do Espírito Santo foram identificados 20 sítios, localizados em pequenas elevações entre 50 e 100 metros das margens de rios. Suas dimensões variam entre 30X30 metros e 200X50 metros, e refugio arqueológico com até 30 centímetros de espessura.

Dentre o material arqueológico, ocorrem fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e ossos animais. A cerâmica é temperada com areia, ocorrendo diversos tipos de decoração plástica (corrugado, ungulado, inciso, ponteados, entalhado, escovado, entre outros). Um traço marcante da decoração é aparecer somente em uma pequena porção junto às bordas. As formas são também diversificadas (piriformes, com bordas inclinadas para dentro, corpo globular com gargalo reto, esféricas e meia-calota). São também encontrados cachimbos, rodela de fuso e alças. Fragmentos pintados são considerados intrusivos da Tradição Tupiguarani.

Dentre os artefatos líticos, a maioria são batedores ou percutores utilizados sem preparo prévio, ocorrendo também lâminas de machado (Perota, 1971 a, 1971b e 1974). O Sítio ES-LI-4, em Conceição da Barra, foi datado por Perota (1975) em 220+-75 A.P. / A.D. 1730 (SI-834).

Os grupos Aratu identificados no litoral sul da Bahia se diferenciam em alguns aspectos ceramológicos dos que se encontram no Recôncavo e oeste do estado da Bahia. Apresentam nos recipientes ritualísticos funerários, as urnas, uma faixa larga que circunda toda a borda, com corrugados espatulados (sítios Fazenda Noronha e Quadrado de Trancoso, em Porto Seguro). Já os recipientes de uso doméstico, freqüentemente, foram tratados em sua superfície externa com grafite, e realizadas nas bordas faixas corrugadas.

Diversos sítios relacionados á essa tradição foram identificados nos municípios abordados, mas apenas um sítio registrado está dentro da área de influência, a Fazenda Cascata, em Teixeira de Freitas.

Tradição Tupiguarani

Tradição de agricultores ceramistas de ampla difusão no território brasileiro, relacionada etnograficamente aos índios do tronco lingüístico Tupi-Guarani. Na região sudeste, ocorre a *Sub-Tradição Pintada*, com decoração rica e formas variadas, destacando-se a pintura característica vermelha e/ou preta sobre fundo branco ou creme. Formavam assentamentos semi-permanentes, podendo manter acampamentos específicos para a exploração de um recurso (CARVALHO, 1987).

No Espírito Santo, os sítios dessa tradição são encontrados desde a década de 40 (Neves, 1943; Ruschi, 1953; Orsich, 1981), com ampla ocorrência já registrada. Na região norte do estado, foi registrada a Fases Cricaré.

Os sítios da **Fase Cricaré** ocorrem próximos às margens de rios, com grande concentração no vale do Rio Doce (18 sítios habitações) e médio Rio São Mateus (5 sítios) no norte do Espírito Santo (Perota, 1971b e 1974). Localizam-se entre 100 e 1500 metros das margens dos rios, com dimensões de até 100X200 metros, sem indicação da profundidade do refugio arqueológico. Pequena quantidade de material lítico, ocorrendo afiadores, lascas de quartzo e machados polidos.

A cerâmica dessa fase é friável, temperada com quartzo, feldspato e raramente mica. Além dos fragmentos simples e da pintura policrômica característica em branco, vermelho e preto, ocorre também decoração plástica (corrugada, ungulada, incisa, escovada, entalhada e ponteadas). Ocorrem formas variadas, como tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular. Há uma datação para essa fase obtida no sul do estado, próximo ao rio Itapemirim, 895±80 d.C. (SI-828).

Perota (1971b) relaciona essa fase á fase Itapecuru, da Bahia pela morfologia do vasilhame e características da pintura.

Teixeira (2002) menciona diversos sítios dessa tradição no norte do Espírito Santo, alguns deles dentro da área de influência do empreendimento¹⁰. Ao menos quatro sítios relacionados à essa tradição estão dentro da área de influência do empreendimento, no município de São Mateus. São eles os sítios RPO I, São Francisco, Santa Bárbara I e Santa Bárbara II. Esse último pode estar com parte de sua área dentro da AID (Perota e Teixeira, 1999). Caldarelli (2002) faz referência a vestígios arqueológicos encontrados em meados do século XX na “Fazenda dos Suíços”, Em Sapê do Norte, próximo ao Rio Cricaré. Pelas informações levantadas com antigos moradores da região, essa fazenda era de propriedade da família Braga, ocupando grandes extensões de terras, atualmente propriedade da Aracruz Celulose. A sede da antiga fazenda foi localizada, mas não o local de ocorrência arqueológica. Na mesma região, Neves (1943) registra a ocorrência de cerâmica típica dessa tradição, além de lâminas de machado, na fazenda de Fridolino Braga, próximo ao Córrego da Sapucaia. Considerando a época aproximada desses dois relatos, a coincidência do sobrenome dos proprietários e da região, é possível que se trate do mesmo sítio.

Os grupos Tupiguarani, construtores de grandes aldeias e produtores de uma cerâmica rica em formas e decorações, residiam no litoral sul da Bahia e Recôncavo à chegada dos portugueses. O sítio Mirante de Santa Cruz de Cabralia, de grandes dimensões, corrobora esta afirmação ao apresentar uma datação, obtida por C14, de aproximadamente 450 anos. Ademais, cabe lembrar que foram grupos indígenas de origem Tupi, o principal alvo da ação catequista dos missionários jesuíticos que fundaram os núcleos de Trancoso, Arraial de Ajuda, Vale Verde, Olivença, entre outros.

A localização precisa de vários sítios arqueológicos mencionados na bibliografia, porém não localizados nesse trabalho, precisa ser investigada nas fases subseqüentes do programa arqueológico, de forma a assegurar que não venham a ser por ele afetado.

Sítios de Contato ou Históricos

Esses sítios arqueológicos se referem ao momento após o contato com o colonizador europeu, quando há adoção de novos elementos culturais quanto a matérias prima, tecnologias e morfologias. Alguns pesquisadores fazem uma diferenciação quanto a sítios “de contato”, e “históricos” Os primeiros, seriam aqueles em que elementos europeus estão presentes, mas em que o modo de vida identificado é ainda principalmente indígena, correspondentes aos primeiros momentos de contato. Os outros sítios

¹⁰ Na bibliografia não havia coordenadas para esses sítios, e os mapas de localização foram suprimidos da cópia consultada, o que não permitiu sua localização exata. Os sítios identificados foram aqueles para os quais as fichas de registro no Iphan estavam disponíveis para consulta. Dessa forma, é provável que mais sítios estejam dentro da área do empreendimento.

se referem a períodos posteriores, onde há o claro predomínio da cultura pós-colonial, muitas vezes contendo estruturas monumentais, como fortes, igrejas, etc. Nesse trabalho não é discutido diferenças de abordagem, e os dados são apresentados conforme indicados por seus autores. São, porém, apresentados dentro do mesmo item, por não haver dados suficientes nas informações levantadas que permitam diferenciá-los de forma inequívoca.

No **norte do Espírito Santo**, Perota menciona a presença da Tradição Neobrasileira, que possui influência européia, principalmente quanto à morfologia. O sítio encontrado fica situado no vale do médio rio São Mateus, e está relacionado á Fase Moenda. Os vestígios encontrados são cerâmica acordelada, temperada com quartzo, pasta bem alisada, coloração preta ou marrom. Formas variadas, arredondadas com bordas inclinadas para dentro, bojo carenado, globulares e pequenas tijelas com bordas inclinadas para fora. Ocorrência de bases planas. Ocorrem também porcelana, cerâmica de torno, vitrificada e esmaltada, geralmente com pintura azul (PEROTA, 1971b).

Em Conceição da Barra, Wust (SIMBIOS, 2000) menciona diversos sítios relacionados ao período histórico, alguns deles registrados anteriormente por Perota. Esses sítios, entretanto, estão fora da área de influência do empreendimento, conforme definida pelo empreendimento. Teixeira (2002) informa sobre grande quantidade de sítios históricos encontrados no norte do Espírito Santo, mas as informações obtidas não permitiram a identificação de todos eles¹¹. Os sítios “Do Meio”, “Do Macaco 1” e “Água Preta” ficam no município de São Mateus, fora da AII definida para o meio físico, porém próximos a ela (PEROTA E TEIXEIRA, 1999). É possível que vários dos outros sítios estejam dentro da área de influência do empreendimento, devendo ser identificados nas fases subseqüentes da pesquisa, de forma a assegurar que não sejam afetados.

No **sul da Bahia**, diversos sítios históricos são registrados, muitos deles tombados como patrimônio nacional. Em Porto Seguro, destacam-se: as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Outeiro da Glória, sítio histórico do século XVI tombada pelo Iphan, registrado por Edna Morley (BA-PSS-002). No local erguia-se a primeira igreja do Brasil (1503), ainda que os restos construtivos atuais sejam, provavelmente do século XVIII. O sítio Engenho do Itacimirim (BA-PSS-001) registrado por Etchevarne, em 1998, corresponde a restos de um engenho de açúcar, que segundo datações por TL remontam às primeiras duas décadas do século XVI. Este sítio constitui um caso exemplar dos primeiros contatos entre portugueses e indígenas Tupi, já que em uma mesma estratigrafia, foram achados juntamente fragmentos de vasilhames domésticos e formas de pão de açúcar portugueses com

¹¹ Na bibliografia não havia coordenadas para esses sítios, e os mapas de localização foram suprimidos da cópia consultada, o que não permitiu sua localização exata.

fragmentos de cerâmica indígena Tupiguarani e um tembetá. Esses sítios estão fora da AII definida para o meio físico (SGPA).

No município de Nova Viçosa, Perota registrou um sítio com vestígios cerâmicos associado ao período histórico, sendo também observados fragmentos de metal. Esse sítio, BA-NV-01 (Helvetia 1), está em área atualmente ocupada por plantio de eucalipto, na margem direita do rio Itanhém, fora da AII definida para o meio físico (PEROTA, 1997).

No Recôncavo baiano, Etchvarne registra 75 sítios coloniais e 35 de contato.

- Contexto Etno-Histórico

Referências etnográficas

A presença indígena é registrada desde os primeiros contatos com o europeu. Os antigos viajantes do século XVI, como Jean de Lèry (1972), citam a presença de índios Tupi no litoral da Bahia e Espírito Santo. Um pouco mais para o interior, ao longo dos Rios Doce, São Mateus, Mucuri, Itanhaém e Jequitinhonha, são registrados a partir do século XVII, vários grupos indígenas, principalmente os denominados genericamente “Botocudo”, em alusão aos discos auriculares labiais utilizados como distintivos étnicos por vários subgrupos.

Os Botocudo (entre eles, Gueren) eram também denominados Borun. Os Gueren eram encontrados no século XVII no litoral entre Ilhéus e Itacaré, nas proximidades dos rios das Contas e Pardo, e em direção norte, a oeste de Valença, dando nome a atual localidade de Gueren. No início do século XIX, os Botocudo ocupavam a área entre o Rio Doce e o Rio Pardo, um pouco afastados da costa, para onde ocasionalmente desciam através dos rios, como o São Mateus (STEWART, 1946). Os Botocudo são frequentemente citados como selvagens, em constantes lutas com os brancos. Maximiliano (1958) e Coutinho (2002) citam a povoação de Santa Ana, “oito léguas” acima de São Mateus, como local de residência de índios Botocudo, possivelmente civilizados.

Estes grupos, de caçadores-coletores e pescadores, transitavam pelas matas, desde o sul da Bahia, passando pelos vales do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce. A vegetação de mata tropical nestes vales, ainda intacta, oferecia inúmeros recursos alimentares, além da rica fauna que habitava este ecossistema. Alguns grupos também praticavam a horticultura e uma agricultura incipiente.

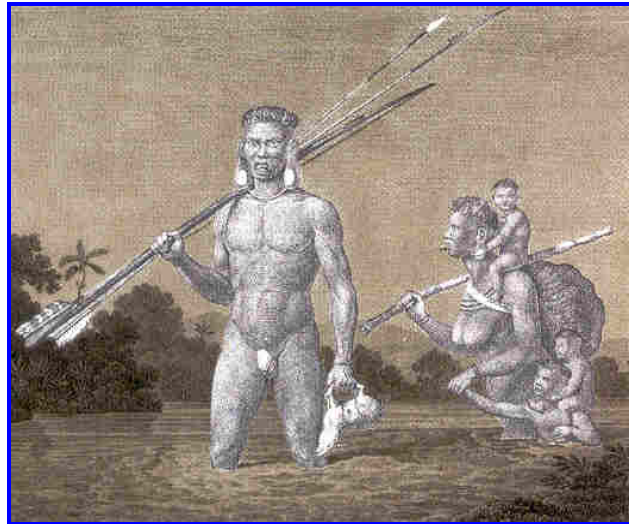


Foto 5.229- Família de Botocudos, por Maximiliano (1816), reproduzido de R.N. Teixeira, 2002.

Dentre a cultura material, Hartt menciona arco e flecha como as armas dos botocudos; sendo as clavas raramente usadas. Nunca observou quaisquer utensílios de pedra, sendo seu principal instrumento de corte navalhas de bambu, além de facas de ferro. Fabricam também alguns ornamentos, e sacos feitos de fibras de diferentes plantas. Também registrou costumes funerários, sendo o corpo enterrado na imediata vizinhança do campo, ou mesmo na cabana. O corpo é enterrado em posição horizontal, algumas vezes com as mãos amarradas juntas, acendendo um fogo para afastar maus espíritos. Não há acompanhamentos funerários, e algumas vezes um abrigo de folhas de palmeira é construído sobre a sepultura. A existência de cerâmica foi negada por diversos viajantes, mas ao menos em tempos recentes fabricaram pequenos potes globulares.

Também há referências a grupos “Masakarí” (ou Machacali, séculos XVIII e XIX), Cumanacho e pataxó, que habitariam as margens do rio São Mateus (principalmente a margem norte) e o litoral do extremo sul da Bahia. Os Mashacalí foram empurrados pelos botocudos em direção a costa, ocupando inicialmente o alto rio Mucuri, e depois se estabelecendo próximo a Caravelas, vale do rio Itanhaém (STEWART, 1946). Habitaram também o vale do rio Jequitinhonha.

Os pataxó, segundo Maximiliano, são os principais ocupantes das florestas do Mucuri, sendo raro encontrar botocudos nesse trecho da costa. Essa observação é endossada por Hartt (1941), que no final do século XIX considera o numero total de índios da bacia do Mucuri entre duas mil e oitocentas e três mil almas. São encontrados também nos vales dos rios Itanhaém, Pardo e Gongogi.

Outros grupos registrados (séculos XVIII e XIX) são os Kamakã, encontrados nos vales dos rios Pardo (denominando a cidade homônima) e Jequitinhonha, onde se estabelece no litoral o sub-grupo Manyá.

Mais para o norte, nos vales dos rios das Contas e Paraguaçu, são registrados nos séculos XVIII e XIX o grupo Kariri (NIMUENDAJU, 1981).

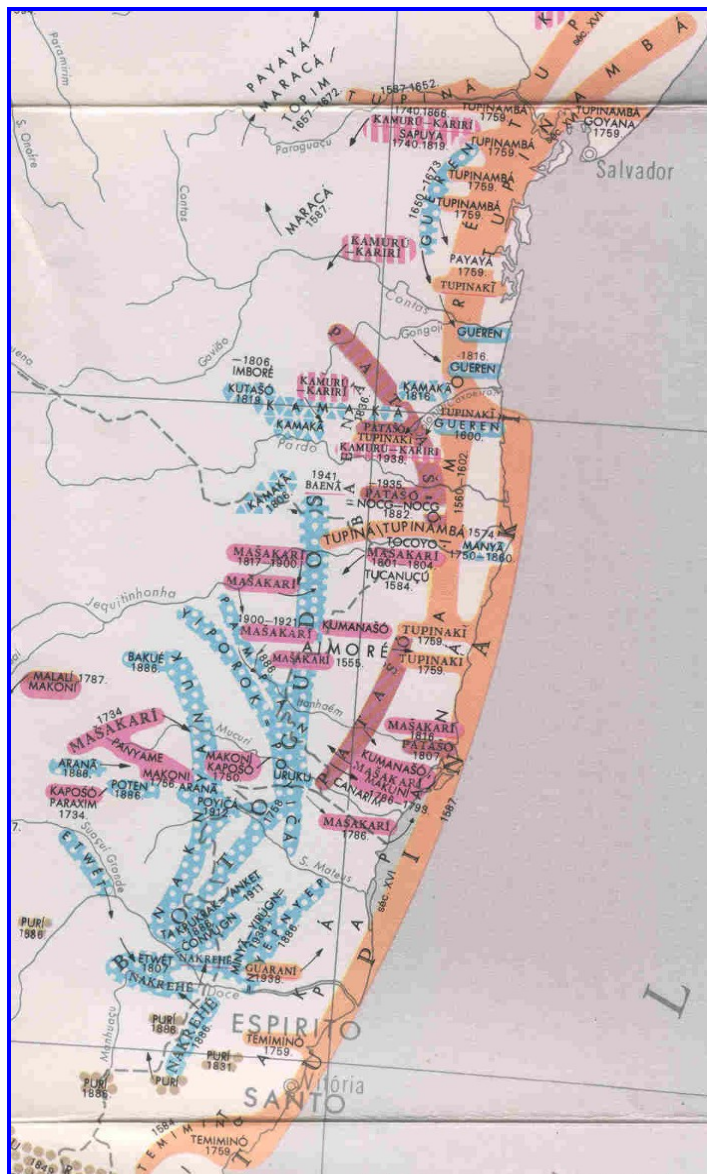


Figura 5.23- Mapa Etno-Histórico dos Estados da Bahia e Espírito Santo, segundo Nimuendaju (1981)

A colonização europeia

Norte do Espírito Santo

Com a colonização europeia, a partir do século XVI, os grupos indígenas entram em processo de extermínio. As primeiras levadas de europeus foram atraídas para a região através das entradas que utilizavam os Rios Doce, Cricaré e Mucuri como via de acesso a minerais preciosos para os quais havia notícias terra adentro. A descoberta de ouro se consolida no século XVIII, após diversas

tentativas malogradas, dando o início ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Para controlar o acesso ao ouro e evitar o contrabando, a Coroa portuguesa “*tomou medidas drásticas para garantir uma extensa região vazia e inacessível, formando um escudo geográfico protetor entre as minas e a costa*”. Em 1773, a circulação pelo Rio Doce, principal via de acesso na região, fica proibida, sendo criadas fortificações na costa, formando uma “barreira protetora”. Com a criação dessa “área proibida” no Espírito Santo, criou-se um refúgio seguro para as tribos bravias, especialmente os botocudos, dificultando e atrasando ainda mais a colonização da região (R. TEIXEIRA, 2002).

O processo de ocupação do norte do Espírito Santo, dessa forma, se dá de maneira lenta, devido à ferocidade dos botocudos, que atacavam fazendeiros e quartéis, e a própria falta de interesse da metrópole. A ocupação começa a se intensificar no século XIX, com a exaustão das minas de ouro, tornando-se desnecessário permitir que área tão grande ficasse “desocupada”. Para permitir a colonização, o genocídio indígena é acelerado, não só pelas práticas de captura e extermínio deliberado, como pela propagação de doenças até então desconhecidas dos índios, para as quais não tinham resistência. Novos fortes são criados para permitir o povoamento, entre eles o de Coutins, que deu origem à cidade de Linhares (R. TEIXEIRA, 2002)

Em meados do século XIX, Saint-Hilaire (1974) observa que a aldeia de Linhares, ou Santa Cruz de Linhares era composta apenas de choupanas; dispostas com simetria formando os 4 lados de uma praça perfeitamente quadrada, coberta de grama; ficando a igreja em construção na época do lado norte da praça. Esta vila é a última paróquia da diocese do Rio de Janeiro, e a primeira divisão militar da província. As pequenas tropas da região militar estão espalhadas por diversos pontos, mas a principal fica em Linhares, protegendo dos botocudos.

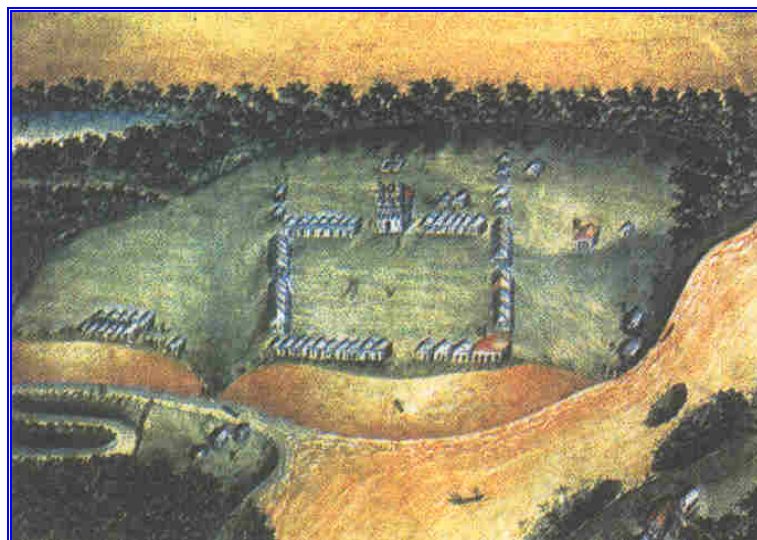


Foto 5.230- Gravura do Forte de Coutins, meados do século XIX (reproduzido de R. Teixeira, 2002).

Maximiliano (1958: 166), após ter relatado a exuberância do Rio Doce e sua intensa ocupação por Botocudos, relata a desolação encontrada na etapa seguinte de sua viagem, realizada em meados do século XIX:

“O trecho do Rio Doce a São Mateus, como já observamos antes, é uma solidão melancólica, na maior parte da qual nem mesmo água fresca se encontra; não se deve portanto, de nenhum modo deixar passar os poucos lugares em que pode ser achada.”

Na margem norte do rio Barra Seca, há um antigo posto militar, findando a diocese do Rio de Janeiro e a jurisdição administrativa do Espírito Santo. Em suas proximidades, havia água fresca de boa qualidade, descoberta considerada por Maximiliano (1958) como de valor inestimável na região. Esse naturalista observa um acampamento indígena para coleta de recursos alimentares, possivelmente ovos de tartaruga e de peixes, fartos em Barra Seca.

Em 1764, o povoado de São Mateus era formado por duas ruas e quatro travessas. É elevada a categoria de vila em 1764 pelo Ouvidor de Porto Seguro, estando submetida à Capitania de Porto Seguro até janeiro de 1823. Através do empenho do Barão de Aymorés, São Mateus volta a pertencer ao Espírito Santo em 1809. O Porto de São Mateus recebe navios de diversos lugares, incluindo Rio de Janeiro e Porto Seguro, com fins comerciais (NARDOTO E OLIVEIRA, 1999). As fazendas cultivavam mandioca e produziam farinha, principais produtos exportados no século XVIII, além da cana-de-açúcar, do milho e do feijão, e a partir do século XIX, o café (OSÓRIO et alii, 1999).

No início do século XIX, a povoação chamada Barra de São Mateus era constituída de vinte e cinco casas. Aproximadamente oito léguas rio acima, erguia-se a vila de São Mateus, considerada insalubre por esse naturalista devido aos pântanos vizinhos. A vila tinha cerca de 100 casas, possuindo o distrito aproximadamente 3000 habitantes entre brancos e negros. As terras cultivadas se estendiam por apenas oito léguas rio acima, além da cidade de S. Mateus, onde se localizava o Quartel Galveias, último posto militar estabelecido contra os índios “selvagens”. Cerca de meia légua rio acima, ficava a povoação de Santa Ana, ainda existente, formada por aproximadamente vinte famílias de índios. (MAXIMILIANO, 1958)

Entre 1840 e 1870 são construídos imponentes sobrados, mostrando o poder econômico da elite local. Em 1862, existiam no município 250 fábricas de farinha e 50 engenhos (NARDOTO E OLIVEIRA, 1999). A formação de quilombos é mencionada por Nardoto e Oliveira (1999), no século XVIII às margens do Riacho Doce (Zacimba Gaba) e do Rubério, atual povoado de Santana, em Conceição da Barra. Esse último foi destruído devido à ameaça que representava à São Mateus.

Deve também ser destacada a extração de madeira na região, principalmente no extremo norte do Espírito Santo e sul da Bahia. O Vale do rio Mucuri foi no período pré-colonial, um importante canal de comunicação entre o litoral e as matas do interior, que abrangem hoje os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Nas matas da região, havia vários tipos de madeiras cobiçadas, dentre elas, jacarandá, oiticica, jequitibá, vinhático, cedro, caixeta, ipê, peroba, putumuju, pau brasil, dentre outros, que passaram a ser exploradas por serrarias a partir do século XVIII (MAXIMILIANO, 1958). A economia da região permanece por muitos anos voltados para a atividade predatória de extração de madeira, até o esgotamento desta riqueza natural.

Sul da Bahia¹²

A 21 de abril de 1500, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral avista o Monte Pascoal, no atual município de Porto Seguro. Aporta na Baía Cabralia em 24 de abril, permanecendo até 2 de maio, quando rumaram para a Índia, deixando dois degredados e dois grumetes que desertaram. Assim se inicia a ocupação da Bahia e do Brasil por homens brancos.

Apesar do primeiro contato, esta região permaneceu pouco ocupada e marginalizada da vida econômica e social do Estado até pelo menos o século XIX. A notícia da descoberta do Brasil, no auge do comércio com a Índia, havia sido recebida em Portugal com certo desânimo, face à pobreza do país em especiarias e metais preciosos. Só o pau-brasil despertou algum entusiasmo. O sistema de capitânicas hereditárias fracassou, tendo, no máximo, semeado, ao longo da imensa costa, algumas povoações e vilas, que viviam isoladas, premidas entre o oceano, povoado de corsários, e a Mata Atlântica, infestada de selvagens.

Os comerciantes portugueses enviavam embarcações à costa brasileira para contrabandear pau-brasil, aves de plumagem colorida, peles, raízes medicinais e escravos índios. Surgem, assim, as primeiras feitorias. Diogo Álvares, o Caramuru, estabeleceu-se desde 1510 na barra da Baía de Todos os Santos. Outra feitoria foi a chamada Aldeia Velha de Santa Cruz, próxima ao local da Descoberta.

A colonização da costa baiana só teve sucesso no período colonial na Baía de Todos os Santos, escolhida para sede do Governo-Geral, meio século após a descoberta, em cujas margens prosperou a agroindústria açucareira.

¹² Resumido do “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia”, Vol. V, 1982.

De Porto Seguro partiram, ainda no século XVI, várias entradas de desbravamento do sertão, embora não tenham chegado a criar povoações. Dentre as mais notáveis destacam-se a de Francisco Bruza Espinosa (1553), que supostamente explorou a bacia do Jequitinhonha, as cabeceiras dos rios Pardo e das Velhas, alcançando o S. Francisco; a de Martim de Carvalho (1567), que subiu o Jequitinhonha, chegando à serra de Itacambira, onde descobriu areias auríferas; a de Sebastião Fernandes Tourinho, (1572), que explorou o vale do rio Doce, tendo, possivelmente, chegado até a atual Diamantina, e a de Antonio Dias Adorno (1574) que, partindo de Salvador por mar, penetrou no rio Caravelas e por terra chegou ao vale do Rio Mucuri, alcançando terras do atual Estado de Minas Gerais.

Outro fator de colonização do litoral baiano foi a ação catequizadora das ordens religiosas. Por volta de 1516, chegavam a Porto Seguro dois missionários da Província de S. Francisco de Portugal, que desenvolveram a catequese entre os Tupi e a assistência religiosa aos colonos, soldados e degradados portugueses. Foram eles que construíram a primeira igreja no país, dedicada a São Francisco de Assis e localizada no Outeiro da Glória.

Quem, porém, desempenhou o maior papel na colonização do litoral foram os jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, com o I Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. Além do Colégio de Salvador, estabeleceram, imediatamente, residências em Porto Seguro e Ilhéus. A partir destes pontos, criaram várias aldeias em suas vizinhanças. Há informações que, durante o século XVI, existiram na capitania de Porto Seguro nove missões jesuíticas. Conhece-se o nome de, pelo menos, seis: Casa do Salvador, em Porto Seguro; Aldeia do Espírito Santo de Patatiba (1564), atual Vale Verde; Aldeia de Caravelas (1581); São João Batista (1586), atual Trancoso; Santo André e São Matéus, situadas, respectivamente, em frente à Vila de Santa Cruz e ao sul de Porto Seguro. Devido aos ataques dos índios, estavam reduzidas, em 1643, a quatro.

Os ataques indígenas constituíram um fator desestabilizador da colonização na região, com diversos ataques no século XVI e XVII por Aimoré e Gueren a Caravelas e Porto Seguro. A extensa costa baiana não esteve livre de ameaças e ataques estrangeiros, durante todo este período. Tais ameaças ensejaram a fortificação de vários pontos. Porto Seguro, por exemplo, teve seu primeiro fortim em 1504, construído por Gonçalo Coelho e reforçado no século XVII.

Durante os séculos XVII e XVIII a região ao sul da Baía de Todos os Santos conseguiu se firmar como produtora de farinha de mandioca e materiais de construção, especialmente madeira, mas o resto da costa permanecia despovoada. A integração do litoral sul só se processaria a partir do século XIX, com a organização da pesca da garoupa, em Porto Seguro e Caravelas; a produção de café, no Extremo Sul,

e a introdução do cacau, em Ilhéus. Mas os efeitos destas novas atividades econômicas só se fariam sentir a partir de meados do século, ou no início do século atual, no caso do cacau, que se transformaria em esteio econômico do Estado.

Na primeira metade do século XVIII, registra-se a elevação de algumas povoações a vilas, transformando muitas vezes em vilas as missões jesuíticas, com a intenção de afastar os índios da influência dos padres. São criadas, entre outras, Caravelas, Prado, Alcobaça, Belmonte e, S. José de Porto Alegre, atual cidade de Mucuri.

Com a mudança da capital do país para o Rio de Janeiro, o Governo da Bahia ordenou, em 1777, ao Ouvidor de Porto Seguro criar paradas de correio, vilas e povoações entre Salvador e Espírito Santo. No Extremo Sul, no mesmo século, o Governador Imperial tenta, sem sucesso, fixar colonos alemães, filandeses, suíços, poloneses e brasileiros, e desenvolver a cafeicultura, no período que vai a segunda à sétima década.

A economia do litoral baiano foi, durante três séculos, exclusivamente extrativista. A princípio, o alvo era o pau-brasil, muito valorizado pelas tinturarias européias, e disputado por comerciantes portugueses, contrabandistas e piratas. Depois, incluíram-se na pauta de exportação e contrabando madeiras destinadas à construção naval e civil.

O cacau teria sido introduzido no Estado, presumivelmente, no século XVII, sem sucesso, sendo reintroduzida no século XVIII com sementes provenientes do Pará em Canavieiras. A difusão desta cultura deu-se a partir de dois focos: Ilhéus, de onde se alastrou para o interior e para o norte, e o Vale do Jequitinhonha, de onde se estendeu para o Extremo Sul. No século XIX o cacau se afirma como cultura predominante. À semelhança do que ocorrera no Recôncavo, durante o ciclo da cana-de-açúcar, no sul do Estado a cacauicultura está muito relacionada com os rios regionais: Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Contas. Os cacauais subiram os vales destes rios, que foram, durante muito tempo, as únicas vias de escoamento da produção para os portos litorâneos.

A pesca constituiu atividade econômica importante na região, incentivando a construção naval. Em Caravelas, defronte ao Arquipélago dos Abrolhos, a pesca da baleia e a construção de barcos tomaram incremento a partir de meados do século XVIII sendo a vila era apontada como muito rica. Nessa mesma época, a pescaria de garoupas fora da barra, em Santa Cruz Cabralia, era a maior ocupação dos habitantes da vila, além de roças de mandioca e de legumes. Ainda hoje, a pesca constitui uma atividade econômica importante destes municípios. A construção naval foi outra vertente de

industrialização da madeira. Caravelas e Porto Seguro, portos onde se abrigaram grandes frotas de pesqueiros, desenvolveram, paralelamente, uma indústria naval.

No final do século passado, são introduzidas, na região, as primeiras ligações ferroviárias. Para facilitar o acesso ao nordeste mineiro, a partir do porto de Caravelas, foi iniciada, em 1891, a estrada de ferro Bahia-Minas, que atingiu Teófilo Otoni em 1898.

Região Cacaueira

A região denominada por cacaueira, está situada a sudoeste da capital baiana, possuindo uma área de aproximadamente 17.091km², composta por 31 municípios. A área do empreendimento abrange 20 desses municípios: Mascote, Camacan, Arataca, Jussari, Itapé, Ibirataia, Itabuna, Ilhéus, Itajuípe, Comendador Lomanto Júnior, Itapitanga, Aurelino Leal, Nova Ibiá, Ipiaú, Gandú, Teolândia, Coaraci, Barra do Rocha, Lage e Valença.

É importante ressaltar que, a exceção de Itabuna e Valença, todas as outras cidades citadas acima, foram emancipadas no século XX. A cidade de Ipiaú foi emancipada no ano de 1933, sendo que todas as demais, após a década de 60. Este fato é muito significativo para compreender que a história desses locais, que estavam vinculados a um contexto maior e, na atualidade, são referenciais no processo de reconstrução dos elementos significativos da existência dessas comunidades.

Esta região foi colonizada no século XVI, com a criação da Capitania de Ilhéus, que rapidamente prosperou, principalmente através da exploração do Pau Brasil.

Como sede da Capitania, Ilhéus foi fundada em 1536 e, posteriormente, outras Vilas foram sendo constituídas, como a Vila de Nossa Senhora do Carmo de Belo Monte, atual Belmonte. Foram desmembradas de Ilhéus as cidades de Canavieiras (1832), Una (1890) e Itabuna (1906).

Além da exploração do Pau Brasil, houve várias tentativas de incentivo a cultura da cana-de-açúcar, inviabilizadas pelos constantes ataques e conflitos, com os grupos indígenas, nativos da região. Outra tentativa que não obteve sucesso foi a pecuária. Devido a estes dois fatores, a região atravessou o século XVIII apresentando um baixo desenvolvimento econômico, reagindo, somente, no século seguinte com a cultura do cacau.

A difusão da cacauicultura começou a partir do início do século XIX, em Ilhéus, de onde se estendeu para outras partes da região, principalmente para o interior e Vale do Jequitinhonha, de onde passou

para os municípios do Extremo Sul. Uma observação importante, é que esse processo foi muito lento, sendo impulsionado, apenas, a partir do final do século, proporcionando o desenvolvimento das localidades, colocando a região no cenário econômico nacional e mundial e transformando a paisagem em grandes fazendas com características arquitetônicas muito peculiares, destacando-se os locais de secagem do cacau, conhecidos por barcaças.

Atualmente, a paisagem desta região está modificada devido, principalmente, a terrível praga da “vassoura de bruxa”, que destruiu grandes plantações de cacau, que sobrevive, em pequena escala e em poucas propriedades, com a técnica da clonagem do fruto. Esta antiga cultura divide espaço com a pecuária, que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, e em algumas regiões, inicia-se o cultivo das seringueiras.

Apesar da decadência da cultura cacaeira, ainda se preservam remanescentes arquitetônicos desse passado histórico, símbolos da riqueza da região e da particularidade de suas construções, além das relações sociais, vinculadas diretamente com a lavoura do cacau.

Recôncavo Baiano

A área que contorna a Baía de Todos os Santos, formada por manguezais, tabuleiros e baixios, foi classificada, desde o século XVI, como Região do Recôncavo, que hoje reúne 35 municípios, com cerca de 10.400Km². Deste universo territorial, o empreendimento atinge 12 municípios: Jaguaripe, Muniz Ferreira, Santo Antonio de Jesus, Nazaré, São Felipe, Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Catú. Cabe aqui ressaltar, que todos municípios acima citados possuem monumentos históricos, inventariados pelo IPAC - BA (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia)¹³.

Nesta área, com sedimentação cretácea, rica em materiais orgânicos, são encontrados solos argilosos, de coloração escura, com pouca susceptibilidade a erosões, de pouca permeabilidade, porém mantendo a umidade por longo período, conhecidos na região como massapés (vertissolos). Aliado ao o clima tropical, os portugueses encontraram o local perfeito para aplicar o cultivo da cana-de açúcar¹⁴.

¹³ O IPAC-BA, realizou na década de 70, uma pesquisa de campo, por todo o Estado, inventariando os monumentos históricos e culturais de relevância para a história do Brasil.

¹⁴ Experiência já realizada na Ilha da Madeira e nos Açores.

A ocupação pelo colonizador desde o início do século XVI, inclusive instalando na área a capital da Colônia, demonstra a importância da região para a Coroa Portuguesa, que empenhou grandes esforços para organizar e manter os ideais colonialistas que eram muito lucrativos para a Metrópole.

No final do século XVI¹⁵, Gabriel Soares de Souza, em “Tratado descritivo do Brasil” informa existir no Recôncavo Baiano, 36 engenhos moentes e correntes, sendo que destes, 15 eram movidos por bois e mais 4 engenhos estavam sendo construídos, fazendo com que as duas margens do Iguape estivessem bastante povoadas.

Durante quatro séculos, o Recôncavo foi um importante referencial para a economia do Brasil. Cidades como Cachoeira e Santo Amaro, por exemplo, preservam remanescentes arquitetônicos que são testemunhos desses períodos, representando um significativo patrimônio material, símbolos do processo histórico e cultural da região.

Os saberes e fazeres tradicionais

Norte do Espírito Santo

Dentre os costumes que subsistem dos primórdios da colonização da região destaca-se a fabricação de farinha de mandioca, observada com bastante persistência no norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Alimento popular desde o século XVI por sua produção simples, barata e generalizada no Brasil, é uma herança indígena, incorporada pelos negros e adotada pelos brancos. Sua produção era feita tanto por grandes fazendeiros (como por exemplo, na Fazenda Cascata, em Teixeira de Freitas), como por pequenos fabricantes, descendentes dos escravos, ainda encontrados em pequenas comunidades de São Mateus e Conceição da Barra.

No século XIX, a produção de farinha de mandioca de São Mateus era exportada para o Rio de Janeiro, onde o produto era bem cotado, gerando recursos significativos. Além da farinha torrada, também se extrai a goma da mandioca para preparo de tapiocas, beijus e outros derivados, ainda hoje consumidos (PACHECO E NEVES, 1994).

¹⁵ Ano de 1587.



Fotos 5.231 e 5.232- Casa de farinha da Fazenda Cascata, final do século XIX, Teixeira de Freitas (BA). Foto Christiane Machado



Foto 5.233- Casa de farinha do Sr. Amadeus Cardoso ainda em atividade, construída no início do século XX, em Santana, Conceição da Barra (ES). Foto Christiane Machado



Foto 5.234- Preparo da mandioca para produção de farinha por sr. Domingos e D. Maria do Carmo da Penha, Córrego da Taboa, Rio Preto, São Mateus (ES). Foto Christiane Machado



Foto 5.235- Fabricação de farinha em andamento, Fazenda Opinião, Itagimirim (BA). Foto Christiane Machado

Apesar de percebido o declínio dessa atividade tradicional, a pesca continua a ser praticada em algumas comunidades, notadamente no Rio Doce. Foi observada a fabricação de armadilha para captura de pitu, denominada “jiqui” na comunidade identificada como “quilômetro 13”, na rodovia São Mateus – Nova Venécia (ES). Segundo D. Docina, antiga moradora da região, é uma atividade tradicional no rio São Mateus, sendo porém originalmente era trançado com cipó.



Foto 5.236- Fabricação de armadilhas para captura de Pitu (jiqui), km 13 rodovia São Mateus – Nova Venécia (ES). Foto Christiane Machado.

No norte do Espírito Santo, a cultura local se caracteriza pela combinação de tradições indígenas e européias, com manifestações religiosas do catolicismo popular, como a devoção de São Benedito. Como parte significativa da população da região de São Mateus e Conceição da Barra tem ascendência negra, o culto a esse santo se destaca dentre as manifestações religiosas tradicionais. O ritual de louvor a São Benedito, apresentado inicialmente em 27 de dezembro, no dia do santo, atualmente é encenado entre 23 de dezembro e 20 de janeiro (NARDOTO e OLIVEIRA, 1999; VIANNA *et alii*, 2000).

São cultuados os heróis negros Benedito Meia Légua e Zacimba Gaba, que comandaram a resistência escravista. Zacimba Gaba, conhecida como princesa, viveu no final do século XVII, mantida presa como garantia em uma revolta de escravos. Violentada pelo senhor, fugiu e passou a liderar movimentos de fuga e libertação, fundando um quilombo. Foi capturada e castigada até a morte (VIANNA *et alii*, 2000).

Benedito Meia Légua organizou o povo em irmandades para orientar fugas e propagou o culto a São Benedito. Perseguido por mais de 60 anos, foi queimado vivo junto com a imagem desse santo (OSÓRIO *et alii*, 1999). É considerado um herói do movimento de resistência cultural em um segmento bastante significativo da população do norte do Espírito Santo, como São Mateus e Conceição da Barra, que concentram as comunidades negras.

A imagem de São Benedito, segundo a tradição encontrada intacta junto ao corpo carbonizado de Meia Légua, sai no ciclo das festas natalinas e percorre as redondezas acompanhando os festejos dos devotos. Nesse período, o ticumbi sai de Conceição da Barra, em procissão fluvial, buscar o santo em Barreiras. O santo retorna, em ritual religioso, musical e coreográfico de grande significado cultural (VIANNA *et alii*, 2000).

O “jongo”, permitido pelos senhores brancos, é encenado há mais de um século pelos negros devotos, constituindo rica herança da cultura negra na região. É uma espécie de samba de roda do qual participam homens, mulheres e crianças e tem como principal característica a movimentação no sentido anti-horário. Os instrumentos musicais utilizados são tambores, reco-recos (casacas) e caixas, geralmente confeccionados artesanalmente pelos próprios componentes do grupo. O texto, que os negros cantavam em suas línguas de origem, foi, com o tempo, sendo modificado até chegar a variante do português local. O mastro e os uniformes foram introduzidos em meados do século XX (NARDOTO E OLIVEIRA, 1999).

A folia de reis é uma manifestação popular remanescente da península Ibérica, possivelmente realizada há mais de 300 anos, com base religiosa. A denominação varia de acordo com a região, sendo

conhecido no norte do Espírito Santo como Reis-de-Bois, unindo a temática dos reisados ao auto do Bumba-meu-boi. É encenada entre 06 de janeiro (Santos Reis) e 03 de fevereiro (São Brás), sendo os instrumentos musicais utilizados sanfona, violão, pandeiro e chocalhos. Os grupos usam camisas de mangas compridas, faixa de fita cruzada sobre o peito, chapéu de palha adornados de espelhos, flores e fitas multicoloridas. Nessa ocasião, visitam as casas das pessoas mais populares, cantando o “abre-portas”, anunciando que nasceu o Menino Jesus. Após a apresentação nas casas, é oferecido comida e bebidas aos participantes, único pagamento que recebem pela louvação aos Reis Magos e ao Menino Jesus (NARDOTO E OLIVEIRA, 1999).

Em São Mateus existem vários grupos de ternos de reis, com apresentações entre o Natal ao Carnaval. Nessa época, também os grupos de jongo e o ticumbi de Conceição da Barra percorrem a região celebrando São Benedito. O ticumbi, variante do congado, é uma das mais genuínas tradições religiosas negras, manifestação da identidade cultural através do culto a São Benedito (OSÓRIO *et alii*, 1999).

Para as festas, é produzido o artesanato do qual saem instrumentos musicais (tambores, casacas), estandartes dos santos do congo (ticumbi) e do jongo, além das vestes, chapéus e dos bichos para reis-de-boi (VIANNA *et alii*, 2000).

O trançado de cipó é praticado em alguns poucos núcleos domésticos do município, pois a matéria-prima é atualmente escassa. Em Igrejinha e Barreiras, localidades de São Mateus, existem núcleos de produção de cestaria. Tradição passada em família, são produzidos samburás, balaies, cestas ovais, redondas, rasas, fundas, grandes, pequenas, sendo a maioria das peças destinadas à colheita, ao transporte e armazenamento de alimentos. São também produzidos alguns objetos em madeira, principalmente utilitários, assim como tambores e casacas simples e antropomorfas, instrumentos musicais tradicionais (VIANNA *et alii*, 2000).

A produção de cerâmica na região é limitada á D. Antônia, em São Mateus, procedente de Jequié, na Bahia. Aprendeu a fazer cerâmica com a mãe, paneleira, sendo essa prática tradicional em sua família. Fabrica manualmente peças utilitárias e decorativas: moringas, pratos, painéis, garrafas, copos, vasos, a maioria sem pintura. Diversas comunidades da região compravam para seu uso as painéis dessa ceramista, atualmente com 88 anos. A tradição ceramista, como percebemos, não floresceu na região norte do Espírito Santo, ao contrário do observado no litoral central do estado.

Região Cacaueira

A cidade de Camacan, localizada na AII do empreendimento, apesar de emancipada há apenas 43 anos, tem sua história territorial relacionada com o século XIX, quando os primeiros desbravadores chegaram com a intenção de disseminar a lavoura cacaueira, tendo prosperidade tempos mais tarde. Quando esses homens chegaram encontraram grupos indígenas, que segundo a historiografia local eram os Camacuas, origem do nome da cidade e significa “terras elevadas”. Desse passado ficou o registro histórico e elementos simbólicos que podem ser encontrados nas manifestações culturais realizadas atualmente na cidade, tendo como destaque para a festa de emancipação do município, realizada no dia 30 de agosto. Na data em que se comemora a emancipação do município, existe a tradição de realizar um concurso para “quebrar o cacau”, uma simbólica homenagem aos primeiros disseminadores da cultura dessa planta, que tão bem se adaptou à região, e uma forma de preservar a técnica de se lidar com esse fruto.

Em Anuri, localidade do município de Arataca, localizada na AII do empreendimento, foi registrada uma atividade que está relacionada com antigas tradições indígenas. Trata-se da utilização do “jiqui”, como é conhecido pelos moradores locais, um tipo de rede feito em madeira, com uma grande abertura frontal que vai afinando até um fundo muito estreito. Essa atividade também é praticada no norte do Espírito Santo.

A utilização desse objeto é muito simples e prático: coloca-se o jiqui (geralmente mais de um) estrategicamente numa corredeira do rio, amarrando com firmeza suas extremidades e deixa durante o dia. Os peixes que descem o rio, acompanhando mo fluxo de água das corredeiras, passam pela entrada do jiqui e acabam ficando presos no fundo do objeto.



Foto 5.237- Técnica de pesca, conhecido por “jiqui”, herdada pelos grupos indígenas da região. Foto

Mirta Barbosa

Recôncavo Baiano

O Samba de Roda também é tradição importante no Recôncavo, com destaque para Cachoeira e São Félix pelo empenho em se manter viva essa tradição de música e dança, recentemente tombada pelo Iphan como Patrimônio Imaterial. É caracterizado pela execução de dois tipos diferentes: o barravento e o samba corrido. O barravento consiste em tocar em intervalos, possibilitando a entrada e a saída da “baiana”, em momentos diferenciados, de acordo com a chamada da música. No corrido, como o próprio nome sugere, o samba é tocado sem intervalos, tendo a participação da “baiana” de maneira constante. Preservam em sua linguagem musical, elementos de uma simbologia que tem sua origem nos batuques das antigas senzalas e, mais recentemente, nos cânticos de trabalho entoados nas roças da região.

O Trança-fitas é uma manifestação cultural que consiste em 12 fitas coloridas conduzidas por 12 meninas realizando uma dança rítmica transformando-se em belo trançado, praticada principalmente durante os festejos juninos. Esta tradição conserva, entre outras coisas, a linguagem musical e corporal típica das festas juninas.

Filarmônicas fundadas no fim do século XIX e início do século XX são uma tradição cultural mantida na região, especialmente em Cachoeira e São Félix, participando de diversos eventos religiosos, cívicos e populares.

As manifestações associadas ao Candomblé mantêm viva, nas suas tradições, o legado do negro africano. Diversas outras celebrações religiosas são registradas, destacando-se os festejos de São João, Santo Antônio e a Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte, e Nossa Senhora do Rosário, que ocorrem desde o Século XIX.

O artesanato é prática tradicional na região, conhecimento esse muitas vezes transmitido pela família. São utilizadas diferentes matérias primas, como madeira, argila e fibras vegetais. O trabalho em madeira é feito a partir de árvores encontradas na região, como jaqueiras, sucupiras, jacarandás, entre outras. São feitas em peças decorativas, tendo como conteúdo temático, a religiosidade católica (imagens sacras) e afro-descendente (objetos representativos do Candomblé), além de outros objetos como carrancas, cachimbos, pilões e tigelas. Em argila são confeccionadas figuras de Orixás, de irmãs da Boa Morte, capoeiristas, “bainas”, entre outros. O trançado em fibras vegetais, técnica de origem indígena, foi adaptado para novos materiais e usos. São utilizados piaçava, palha de milho, de banana, bucha, casca de coco, búzios, retalhos e outros materiais, na confecção de bolsas, cestos, luminárias, sandálias e porta-moeda, entre outros objetos.

No município de Maragogipe, as comunidades de Nagé e Coqueiros são conhecidas pelo fabrico de cerâmicas, principalmente para uso doméstico, utilizando, ainda, as tradições das comunidades indígenas, que mantêm a técnica de confecção e cozimento. As cerâmicas são, até hoje, trabalhadas apenas pelas mulheres dessas duas comunidades, que confeccionam seus objetos através da técnica do roletado e realizam a queima utilizando as chamadas “fogueiras de bruxa”, que consiste em colocar os objetos de barro, já secos, entre troncos de madeira em forma de pirâmide, onde é colocado fogo para realizar a queima das cerâmicas.



Foto 5.238- Objetos e utensílios domésticos fabricados em Nagé e Coqueiros. Foto Mirta Barbosa

Em São Félix, são produzidos charutos confeccionados de maneira artesanal, exigindo muita atenção das charuteiras que num bailar de mãos manuseia o fumo com maestria, moldando sua forma e estrutura, elaborando o produto final.

Bens do Patrimônio Histórico e Cultural Registrados

Norte do Espírito Santo

Nos municípios abrangidos pelo empreendimento no Espírito Santo, o Conselho Estadual de Cultura - CEC, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, tombou alguns bens relacionados á história da região, assim como marcos paisagísticos. Nenhum desses bens está dentro da faixa de influência do gasoduto definida para o meio físico. Não há bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nessa região.

Em **Linhares**, foram tombados pelo CEC o *Farol do Rio Doce*, Resolução 05/98, Processo 08/83 - 30/98; e a *Ilha do Imperador*, Resolução 02/99, Processo47/91.

Em **São Mateus**, o *Núcleo Histórico* formado pelo conjunto de imóveis do século XIX na área do cais do porto é tombado pelo CEC através do Processo nº302/75, inscrito no Livro de Tombo Histórico sob nº 01 a 21, folhas 02, 03 e 04.



Foto 5.239- Núcleo Histórico de São Mateus (ES). Foto Christiane Machado

Em **Conceição da Barra**, as *Dunas de Itaúnas* foram tombadas pelo CEC como monumento paisagístico, abrigando também sítios arqueológicos históricos e pré-históricos. Está registrada no Processo nº 18/84, inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico nº 7, Página 4 Verso 5.



Foto 5.240- Sítio “ES-SM-02”, sobre as Dunas de Itaúnas, Conceição da Barra (ES). Foto Christiane Machado

Sul da Bahia¹⁶

Região do descobrimento do Brasil, **Porto Seguro** tem na história de sua colonização a do próprio país. Dessa forma, o município é considerado monumento nacional pelo decreto nº 72.107 de 18/04/1973.

- **Porto Seguro, conjunto arquitetônico e paisagístico:** tombado pelo IPHAN sob o nº 446 no Livro de História e sob o nº 062 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 01/03/1974.

- **Marco do descobrimento:** Situado na Cidade Alta de Porto Seguro, em pedra de lioz, datado de 1503. Tombado pelo IPHAN sob o nº 414 no Livro de História e sob o nº 045 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 15/07/1968.

Os bens registrados nessa região estão fora da área afetada pelo gasoduto. Deve ser destacado, contudo, a proximidade do eixo do gasoduto com a **Fazenda Cascata, em Teixeira de Freitas**, importante conjunto do século XIX inventariado pelo IPAC como de grande relevância histórica e cultural, abrigando ainda um sítio arqueológico registrado. Essa Fazenda será novamente mencionada no item “Levantamento de Campo”, uma vez que está dentro da área de influência definida para o meio físico.

Em Itamaraju, observado marco paisagístico, o Monte Pescoço, fora da AII do gasoduto.



Foto 5.241- Monte Pescoço, em Itamaraju. Foto Christiane Machado.

¹⁶ Devido a grande quantidade de monumentos inventariados pelo IPAC na Bahia, optamos por apresentar relacionados no texto somente aqueles tombados pelo IPHAN. Tabela com a quantidade de bens inventariados pelo IPAC em cada município segue em anexo.

Região Cacaueira

Com o início da colonização ainda no século XVI com a extração de madeira, e o grande desenvolvimento gerado no século XVIII pelo cultivo do cacau, que emprestou seu nome a essa parte do estado, diversos bens históricos são registrados nessa região.

Em **Ilhéus, a Capela de Nossa Senhora de Santana** (ou Capela do Rio do Engenho de Santana), fez parte do antigo Engenho de Santana, do século XVII, que pertenceu á família de Men de Sá. Fica no Distrito de Coutos, á margem do rio do Engenho. Tombado pelo IPHAN sob o nº 492 no Livro de História e sob o nº 556 no Livro de Belas Artes, em 20/02/1984.

Os bens registrados nessa região estão fora da área afetada pelo gasoduto.

Recôncavo Baiano

O município de **Cachoeira** possui parte do centro histórico na AII do gasoduto, na altura do km 850 do mesmo. Está localizado a 109km da capital baiana, com acesso pela BA/026. É uma cidade histórica, considerada Monumento Nacional, pelo Decreto Lei nº 68.045, de 13/01/1971. Tombada pelo IPHAN sob o nº 049 do **Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 21-9-1971**. Diversos bens foram tombados pelo IPHAN, e relacionados no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia:

- **Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo (IPAC Nº.: BR: 32103-1.0-F002):** A Igreja e Convento do Carmo estão situados em zona tombada pelo IPHAN e inventariada sob o nº. 32103-0.3-F001. Tombado pela IPHAN sob o nº. 103 do Livro de História às fls. 19 em 22/8/1938.

- **Ordem Terceira do Carmo (IPAC Nº.: BR: 32103-1.0-F003):** A ordem 3ª do Carmo está localizada ao lado do convento. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 104 do Livro de História às fls.19 em 22/8/1938.



Foto 5.242- Conjunto Arquitetônico do Carmo – Século XVIII. (Ordem 1ª; Ordem 3ª e Convento).

Foto Mirta Barbosa

- **Casa de Câmara e Cadeia (IPAC N.º: BR: 32103-1.2-F004):** A Casa de Câmara e Cadeia está construída sobre um terrapleno na Praça da Aclamação. É considerado um dos mais importantes e característicos prédios públicos de Cachoeira. Está inventariado sob o n.º. 32103-0.3-F001 e tombado pela IPHAN sob o n.º. 127 do Livro de História, fl. 27, em 09/08/1939.



Foto 5.243- Casa de Câmara e Cadeia – Século XVIII. Foto Mirta Barbosa

- **Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (IPAC N.º: BR: 32107-1.0-F006):** Tombado pela IPHAN sob o n.º. 120 do Livro de História, fl. 21 em 15/09/1939 e do Livro de Belas Artes, fl. 47, em 15/09/1939.



Foto 5.244- Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Século XVIII. Foto Mirta Barbosa

- Conjunto de sobrados – Século XVIII



Foto 5.245- Conjunto de Sobrados do Século XVIII. Foto Mirta Barbosa

- Casa de Ana Nery (IPAC N°.: BR: 32103-1.3-F008): A Casa Natal de Ana Nery faz parte do Centro Histórico de Cachoeira. Inventariado sob o n°. 32103-0.3-F001. Tombado pela IPHAN sob o n°. 157 do Livro de História, fls.26, em 01/03/1941.



Foto 5.246- Fachada e lateral da Casa Natal de Ana Nery. Foto Mirta Barbosa

Também no município de Cachoeira, o **Engenho Vitória do Paraguaçu** está na AID do gasoduto, próximo ao km 845 do mesmo. É um monumento do início do século XIX, tombado pelo IPHAN sob n. 206 do Livro de História (23/03/1943) e sob n. 271-A do Livro de Belas Artes (23/03/1943). Está relacionado no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, de onde foram retiradas essas informações.

O antigo Engenho, que foi uma referência para a economia baiana durante os fins do século XIX e início do XX, encontra-se abandonado, servido de abrigo para algumas famílias. Do seu complexo arquitetônico remanescem as ruínas da fábrica e do sobrado, além dos alicerces de outras estruturas.



Foto 5.247- Antigo Engenho Vitória localizado às margens do Rio Paraguaçu. Foto Mirta Barbosa

Em **Nazaré**, o centro histórico fica a aproximadamente 4km do eixo do gasoduto, também na área de influência. Foram inventariados pelo IPAC 26 monumentos nesse município, de arquitetura civil e

religiosa. São construções dos séculos XVII, XVIII e XIX. Apenas um monumento foi tombado pelo IPHAN.

O **Sobrado á Travessa Capela, 2**, foi residência de Fernão Cabral de Ataíde, com inscrição de 1819 na fachada. Tombado pela IPHAN sob o nº. 341 do Livro de História, em 11/04/1962.

Em **Santo Amaro**, o centro histórico está a aproximadamente 3 km do eixo do gasoduto, também na área de influência. Foram inventariados pelo IPAC 29 monumentos nesse município, de arquitetura civil e religiosa. São construções dos séculos XVII, XVIII e XIX. Seis monumentos foram tombados pelo IPHAN.

- **Matriz de Nossa Senhora da Purificação**: Antiga Matriz de Santo Amaro, a construção se inicia no século XVIII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 175 do Livro de História e sob o nº 241-A do Livro de Belas Artes, em 25/09/1941.

- **Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos**: A construção se inicia no século XVIII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 188 do Livro de História e sob o nº 255-A do Livro de Belas Artes, em 24/06/1942.

- **Prédio á rua da Matriz, 9**: Também conhecido como Sobrado á praça da Purificação e Sobrado de Biju, com data na porta de 1809. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 221 do Livro de História, em 16/09/1943.

- **Paço Municipal**: Casa de Câmara e Cadeia, a construção se inicia no século XVIII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 180 do Livro de História em 16/10/1941.

- **Santa Casa de Misericórdia**: Prédio central, datado do século XVIII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 348 do Livro de História em 10/08/1962.

- **Solar do Conde de Subaé**: Também conhecido como Prédio á rua do Imperador, 1 e Solar Araújo Pinho, data do século XIX. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 465 do Livro de História e sob o nº 532 do Livro de Belas Artes em 30/01/1979.

Em **Jaguaripe**, o IPHAN tombou 3 monumentos:

- **Casa dos Ouvidores**: Também conhecida como Casa á rua da Ajuda, 1, possivelmente do século XVII. A tradição atribui sua construção aos jesuítas, que fundaram a vila. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 347 do Livro de História em 27/07/1962.

- **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda:** No final do século XVI foi construída a capela jesuítica, reconstruída no século XVIII pelos moradores da localidade. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 174 do Livro de História e sob o nº 240-A do Livro de Belas Artes em 25/09/1941.

- **Paço Municipal:** Uma das mais antigas Casas de Câmara e Cadeia do Estado, construída no final do século XVII às margens do rio Jaguaripe. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 166 do Livro de História e sob o nº 236-A do Livro de Belas Artes em 02/09/1941.

Em **Maragogipe**, há 4 monumentos tombados pelo IPHAN.

- **Forte do Paraguassú:** Também denominado Forte do Alemão, Forte Santa Cruz do Paraguassu, entre outros, foi construído originalmente no século XVII na margem direita do do rio Paraguassu, reconstruído no século XVIII, atualmente em ruínas. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 040 do Livro de História e sob o nº 094 do Livro de Belas Artes em 24/05/1938.

- **Fazenda de São Roque:** Casa Grande e Capela do Antigo Engenho de São Roque, nas proximidades da margem Direita do rio Paraguassú, a partir daí desenvolveu-se a vila. Engenho registrado desde o século XVII, é um dos mais antigos da Bahia. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 192 do Livro de História e sob o nº 259-A do Livro de Belas Artes em 16/12/1943.

- **Igreja matriz de São Bartolomeu:** Um dos primeiros templos baianos, construída possivelmente em meados do século XVII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 155 do Livro de História e sob o nº 296 do Livro de Belas Artes em 21/02/1941.

- **Paço Municipal:** Casa de Câmara e Cadeia do Estado, construída no século XVIII. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 177 do Livro de História e sob o nº 246-A do Livro de Belas Artes em 26/09/1941.

Em **São Sebastião do Passe**, há apenas um monumento tombado pelo IPHAN, o **Engenho Lagoa**, um dos mais sofisticados conjuntos de sobrado e capela do Recôncavo, possivelmente construído no final do século XVIII, no atual Distrito de Cinco Rios. Tombado pelo IPHAN sob o nº. 189 do Livro de História e sob o nº 256-A do Livro de Belas Artes em 06/07/1942.

- Levantamento de Campo

Conforme definido nos procedimentos de pesquisa, o trabalho realizado nesse momento é um levantamento preliminar, de forma a subsidiar o programa de prospecções a ser implementado na fase seguinte, conforme previsto na Portaria Iphan nº 230.

Para os primeiros 80Km foi considerado que diversos levantamentos arqueológicos foram realizados anteriormente na área em questão ou em suas proximidades, além de já ter sido implantado gasodutos na maior parte desse trecho apresentam a realidade do local. Ainda segundo a Portaria nº 230, o levantamento de campo para o diagnóstico arqueológico deve ocorrer nas áreas arqueologicamente desconhecidas, sendo portanto justificável que esse trecho seja apenas estudado através de levantamentos secundários. Entretanto, deve ser lembrado que o potencial dessa área ainda não está esgotado, conforme percebido pelos dados secundários obtidos, e seu estudo será intensificado nas fases subsequentes da pesquisa.

Segundo os procedimentos de pesquisa anteriormente definidos, o levantamento de campo contemplou entrevistas com os moradores dentro da área de influência definida para o meio físico, além de observações de superfície e sub-superfície, nas áreas de interseção entre os acessos existentes e o traçado planejado do gasoduto. Insere-se aqui algumas informações de ocorrências obtidas durante recente estudo realizado para a Aracruz Celulose, uma vez que estão dentro da área de influência do gasoduto (MACHADO, 2004b).

Município de São Mateus, Comunidade do Espírito Santo

Informações: D. Maria Aparecida Josefa da Penha, esposa do proprietário.

Localização: AII, entre Km 81,5 e km 85 do gasoduto.

Informação sobre ocorrência de muitos fragmentos de cerâmica entre o Córrego da Grande e o da Taboa, há aproximadamente 30 anos atrás, encontrados quando se fazia roça para plantio de mandioca, destinada a fabricação de farinha. Atualmente área de plantio de eucalipto.

Município de São Mateus, Sítio Córrego da Taboa

Informações: Sr. Silvio Manoel dos Santos, proprietário, nascido e criado na localidade de Rio Preto (63 anos), assim como os pais e avós.

Localização: AID, estrada de terra a oeste da BR-101, próximo km 85 do gasoduto. Coordenadas UTM 7920374/403096.

Informação de que em sua propriedade, Córrego da Taboa, já encontrou muitos fragmentos de cerâmica e cachimbos feitos por “índios”. Sua família, há mais de 100 anos na região, é a Laudêncio,

mas assinam Santos por ser anteriormente terras do Engenho do Espírito Santo, que deu nome á comunidade do Espírito Santo. Segundo sr. Silvio, só ouviu falar em quilombo após artigo de um jornalista na década de 70, até então ninguém da família ou da região falava nisso, apesar de sem dúvida serem descendentes de escravos. Considera o termo um modismo, assim como anteriormente era usado “comunidade”. Fabricavam farinha de mandioca.

Município de São Mateus, Igreja do Divino Espírito Santo

Informações: Sr. Silvio Manoel dos Santos, nascido e criado na localidade de Rio Preto (63 anos), assim como os pais e avós.

Localização: AII, estrada de terra a oeste da BR-101, próximo km 85 do gasoduto. Coordenadas UTM 7920430/404626.

Informação de ter sido encontrado pelo sr. Silvio muitos fragmentos de cerâmica, em terreno anteriormente de sua propriedade onde hoje fica a igreja do Divino Espírito Santo e a escola.



Foto 5.248- Área da Igreja do Divino Espírito Santo, na comunidade de mesmo nome, em São Mateus, em que há informações de vestígios arqueológicos. Foto Christiane Machado.

Município de São Mateus, Sítio Irmãos Penha

Informações: Sr. Domingos da Penha, proprietário, nascido e criado no local (49 anos), assim como os pais e avós.

Localização: AII, estrada de terra a oeste da BR-101, próximo km 81,5 do gasoduto. Coordenadas UTM 7919949 / 403578.

Ocorrência de vestígios históricos. Foram encontrados na roça pelos proprietários fragmentos de cerâmica, cachimbos, porcelana, moedas de cobre e “corisco¹⁷”. Havia também vestígios de uma antiga bouladeira (mecanismo de casa de farinha). Foram observados pelos pesquisadores na roça fragmentos de porcelana e um possível tinteiro em cerâmica torneada. Ainda fabrica farinha de mandioca.



Foto 5.249- Fragmentos de porcelana observados no sítio “Irmãos Penha”, em São Mateus. Foto Christiane Machado.



Foto 5.250- Possível tinteiro encontrado no sítio “Irmãos Penha”, em São Mateus. Foto Christiane Machado.

¹⁷ Também chamado de “Pedra de raio”, é uma designação popular para lâminas de machado em pedra polida, associadas a raios. Eventualmente, são confundidos pelos informantes com seixos naturais.

Município de São Mateus, Estrada São Mateus – Nova Venécia

Informações: D. Tereza Barronque, proprietária da Fazenda Imbaubeira; D. Maria de Lurdes Chagas de Jesus, proprietária da Fazenda Morro dos Coqueiros; Sr. Gelson Timóteo.

Localização: ES 381, acesso interseção Km 96 do gasoduto.

Informações de D. Tereza e D. Maria de Lurdes indicam a existência de muitos vestígios cerâmicos entre os km 41 e 47 dessa estrada, onde existiu uma grande fazenda com senzala. O sr. Gelson Timóteo já encontrou cerâmica em Nova Venécia, e nessa região, “corisco”. Essas informações, entretanto, estão distantes da AII definida para o meio físico, e servem apenas como um indicativo dos vestígios encontrados no município.

Município de São Mateus, Rio Cricaré

Informações: D. Docina Coelho dos Santos, idosa nascida e criada na região, moradora do km 13 ES 381; D. Ana Gomes Figueiredo, moradora do km 14 ES 381; Sr. Francisco Santos, morador do km 16 ES 381.

Localização: AII (podendo ocorrer na AID), ES 381 (estrada São Mateus – Nova Venécia), entre Km 96 e 104 do gasoduto.

Informações de ocorrências arqueológicas próximas ao Rio Cricaré. D. Docina Encontrou muitos fragmentos de cerâmica, panelas de ferro e vidro antigos em vala próxima ao Rio Cricaré, onde atualmente é a Fazenda Santa Rita. Nessa mesma área, próximo ao Cricaré, D. Ana) informa já ter sido encontrado pote com moedas, correntes de ferro e “pedra de raio”. O Sr. Francisco também encontrou em sua roça junto ao Cricaré muitos fragmentos de cerâmica e pedra de raio. Todas essas informações estão entre os km 96 e 104 do gasoduto, dentro da AII, podendo algumas delas estar dentro da AID.

Município de São Mateus, Sítio São José

Informações: D. Ana Jorge.

Localização: AII, ES 313, próximo Km 105 do gasoduto. Localidade de Sapê do Norte. Coordenadas UTM 7938569 / 399112.

Informação de muitos fragmentos de cerâmica e “corisco” encontrados na roça de mandioca, próximo ao córrego, atualmente área de plantio de eucalipto. Seu pai fabricava farinha de mandioca.

Município de São Mateus, Rancho Terra Nova (Antiga Fazenda São José)

Informações: Sr. Tilico, 78 anos, nascido e criado no local. Proprietário Antônio Jorge.

Localização: AII, ES 313, próximo Km 105 do gasoduto. Localidade de Córrego Seco, em Sapê do Norte. Coordenadas UTM 7938613 / 398798.

Informação de muitos fragmentos de cerâmica na área próxima à residência, atualmente roça de pimenta. Havia ali também uma antiga casa do tempo dos escravos. A casa atual em taipa foi construída por volta de 1940, com a ajuda do sr. Tilico.



Foto 5.251- Residência atual do Rancho Terra Nova.

Município de São Mateus, Fazenda São Sebastião

Informações: Sr. Sebastião Manoel Barbosa, proprietário.

Localização: AID, ES 313, próximo Km 105 do gasoduto. Próximo à Piaúna, em Sapê do Norte. Coordenadas UTM 7939927 / 394236.

Informação de possível sítio histórico. A fazenda pertence a essa família há mais de 100 anos. O bisavô, José Abel de Almeida era grande proprietário de escravos.

Município de São Mateus, Sapucaia¹⁸

Informações: Sr. Manoel Medina, proprietário.

Localização: AII, entre Km 110 e 120 do gasoduto, AID do traçado alternativo, próximo ao Córrego Sapucaia. Coordenadas UTM 7945017 / 24K 0402420.

Ocorrência observada de um fragmento de cerâmica, mas o proprietário informou encontrar com frequência cerâmica e louça na roça. Segundo informações dos moradores mais velhos da região, a fazenda Sapucaia seria muito antiga, havendo informações sobre a existência de roda para amarrar os cativos.

Município de São Mateus, Santana¹⁹

Informações: Sr. Amadeus Cardoso, proprietário.

Localização: AII, entre Km 110 e 120 do gasoduto, AID do traçado alternativo, próximo ao Córrego de Santana. Coordenadas UTM 7944329/ 24K 0403340.

Informação de ocorrência de muitos fragmentos de cerâmica e também “corisco”, nome popular para lâminas de machado, encontrados próximo ao córrego anos atrás. Esses vestígios também eram encontrados onde vivia o pai, próximo ao córrego do Sapato (atualmente área da Arcel). A casa de farinha que montou há aproximadamente 50 anos ainda está em funcionamento, mas o filho quer refazê-la em um barracão moderno. A construção é em taipa, e as peças de madeira da prensa, cocho e bouladeira são entalhadas em grandes troncos de madeira. Segundo sr. Amadeus, essas peças foram compradas da antiga casa de farinha da Fazenda dos Suíços, sendo então ainda mais velhas.

Município de Conceição da Barra, São Domingos²⁰

Informações: Sr^a Eugênia da Conceição Cardoso, proprietária.

Localização: AII, entre Km 110 e 120 do gasoduto, AID do traçado alternativo, próximo ao Córrego São Domingos. Coordenadas UTM 7948021/ 24K 0403306.

¹⁸ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

¹⁹ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

²⁰ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

Informação de ocorrência de muitos fragmentos de cerâmica anos atrás, e até peças inteiras, mas o local é difícil de ser encontrado por ser atualmente plantio de eucalipto da Arcel. Ainda existe a antiga prensa da casa de farinha, que pelas informações pode ter mais de 80 anos.

Município de Conceição da Barra, Córrego da Lama²¹

Informações: Sr. Silvestre Jerome Alves, proprietário.

Localização: AII, entre Km 110 e 120 do gasoduto, AID do traçado alternativo, próximo ao Córrego da Lama. Coordenadas UTM 7949690/ 24K 0402350.

Informação de ocorrência de muitos fragmentos de cerâmica anos atrás na roça.

Município de Conceição da Barra, Lagoa do COCB²²

Proprietário: Aracruz Celulose

Localização: AII, entre Km 110 e 120 do gasoduto, AID do traçado alternativo, próximo ao Córrego da Lama. Coordenadas UTM 7944718/ 24K 0405427.

Na área do Centro de Operações de Conceição da Barra - COCB, da Aracruz Celulose, uma vistoria no entorno da Lagoa revelou alguns fragmentos de cerâmica, localizados a aproximadamente 8 metros da margem. Como essa área é mais baixa que o entorno, deve ser investigada a área de plantio de eucalipto adjacente, verificando a existência de um sítio arqueológico nessa direção.

Município de Conceição da Barra, comunidades de Água Preta e Nova Canaã²³

Localização: extremidade oeste da AII, entre Km 155 e 160 do gasoduto. Coordenadas UTM 7983000/24K 0406000 e UTM 7986184/ 24K 0408296.

Informações sobre a existência de vestígios arqueológicos foram gerais para a área da comunidade de Água Preta, sem indicar um local específico, pois teriam sido encontrados há muito tempo, pelos primeiros moradores. Na localidade de Nova Canaã, vilarejo que já foi próspero na época do café e hoje está quase deserto, foi obtida informação sobre ocorrência de lâminas de machado no entorno da

²¹ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

²² Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

²³ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

vila, sem indicação do local exato, uma vez que o informante procurou obter compensação financeira pela informação. Essas localidades estão fora da AII definida para o meio físico, porém bem próximas a ela.

Município de Pinheiros, Fazenda Brunelio²⁴

Informações: D. Ângela Brunelio e Sr. Liandro Tonieti.

Localização: Estrada de terra a oeste do Km 135 do gasoduto, fora da AII definida para o meio físico. Coordenadas UTM 7971527 / 389818 (machado) e 7971942 / 389951 (cerâmica D. Ângela).

Ocorrência de vestígios arqueológicos em área próxima ao limite oeste da AII definida para o meio físico do gasoduto, na direção de Pinheiros. Foi verificada a ocorrência de machado lítico polido na Fazenda Brunelio (propriedade do Sr. Ângelo), sendo também obtida informação sobre pote de cerâmica em seu terreno e no de D. Ângela, idosa pioneira na ocupação da região.



Foto 5.252- Lâmina de machado encontrada na Fazenda Brunelio. Foto Christiane Machado.

Município de Mucuri, Fazenda Santa Maria

Informações: D. Judithe Rodrigues dos Santos, 72 anos, proprietária, residente no local há 47 anos.

Localização: estrada de acesso ao Km 181 do gasoduto. Coordenadas UTM 8009577 / 416581.

²⁴ Informação obtida durante estudo para Aracruz Celulose (Machado, 2004b).

Informação vaga, sobre uma “pedra polida semelhante a um rim de porco”, encontrada pelo filho, podendo se referir a um seixo rolado, porém sendo possível um artefato lítico polido. Essa região é de grandes propriedades, principalmente criação de gado, ocorrendo também plantio de eucalipto e mamão.

Município de Mucuri, Nova Brasília

Informações de ocorrências arqueológicas próximo ao rio Mucuri, nessa localidade, fora da AII definida para o meio físico.

Município de Nova Viçosa, Fazenda do Jorge Carioca

Informações: João de Oliveira Lima, funcionário da Fazenda Dois Irmãos, vizinho de Jorge Carioca.

Localização: AII, estrada de acesso ao Km 186 do gasoduto. Coordenada UTM 8014100/414818.

Informação de artefato lítico polido encontrado na fazenda vizinha, de propriedade do Sr. Jorge Carioca. A informação do vizinho, sr. João, foi bastante precisa quanto ao local e tipo de vestígio, pedra polida “tipo uma cunha”. Fomos ao local indicado, área de elevação suave próxima a córrego, favorável a existência de sítio arqueológico, atualmente utilizada como pasto. O capim muito denso dificulta a observação de superfície, e nada foi encontrado. O sr. Jorge não estava em casa.



*Foto 5.253- Área da Fazenda do Jorge Carioca com informação de ocorrência arqueológica. Foto
Christiane Machado*

Município de Nova Viçosa, Helvécia

Localização: BA/418, estrada de acesso ao Km 197 do gasoduto. Coordenada UTM 8031500 / 430400.

Área de grandes propriedades, principalmente plantio de eucalipto e criação de gado. Ocorrem ainda pequenas propriedades, com antigos moradores e plantio de mandioca. Não foram obtidas informações para a AII definida para o meio físico, mas nas proximidades foi indicado uma localidade de relevância histórica, Helvécia. Povoado de colonização européia, com estação de trens do século XIX, construída para o escoamento de madeira, de Minas Gerais até Ponta de Areia.



Foto 5.254- Estação ferroviária desativada do século XIX, em Helvécia. Foto Christiane Machado.

Município de Teixeira de Freitas, Fazenda Baixa Grande

Informações: Maria da Graça Rocha Coelho, proprietária.

Localização: AII, BA/290, acesso interseção Km 242 do gasoduto. Coordenada UTM 8062786/427958.

Informação de ocorrência arqueológica. Há mais de 30 anos o pai da atual proprietária encontrou lâmina de machado no terreno, que segundo ele (recentemente falecido) era um local de “morada de índio”. D. Graça não sabe o local exato do achado, a fazenda vai até a margem do rio Alcobaça. O machado está guardado, segundo o funcionário Manoel, mas como a proprietária estava de saída não pôde procurar.

Município de Teixeira de Freitas, Fazenda Cascata

Informações: José Sérgio Figueiredo, proprietário.

Localização: AII, BA/290, acesso interseção Km 242 do gasoduto. Coordenada UTM. 8063521/431428

Sítio arqueológico pré-histórico e Patrimônio Histórico e Cultural, a Fazenda Cascata é propriedade da mesma família desde final do século XIX. Testemunho dos diferentes ciclos econômicos do sul da Bahia, a fazenda possui preservado todo o conjunto de instalações para o processamento do café, cacau e mandioca que produziam, além de mais recentemente o gado e eucalipto. Também estão preservadas a residência principal, venda, escola, igreja, canoas para escoamento da produção, formando um conjunto único representativo da produção, comercialização, transporte e modo de vida em uma fazenda do final do século XIX. Vários objetos, além de documentos escritos e fotográficos, são preservados pela família, apesar do constante assédio de antiquários e caçadores de relíquias diversas, que dispersaram esse patrimônio antes existente nas fazendas da região. Esse conjunto foi tombado como Patrimônio Histórico do Município de Teixeira de Freitas, e reconhecido como de “relevante interesse histórico” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia - IPAC. A fazenda é ainda guardiã do saber tradicional, mantendo a tradição do Terno de Reis.



Foto 5.255- Residência do século XIX, Fazenda Cascata. Foto Christiane Machado



Foto 5.256- Estufa para secar café e cacau, Fazenda Cascata. Foto Christiane Machado



Foto 5.257- Venda da Fazenda Cascata. Foto Christiane Machado



Foto 5.258- Tulha para armazenamento, Fazenda Cascata. Foto Christiane Machado

Além dos vestígios materiais históricos, existe ainda um sítio arqueológico pré-histórico, registrado em 2003 após o achado acidental de um conjunto com seis machados líticos polidos próximo à margem do rio Itanhém. Em breve prospecção realizada no local, o prof Elvis Pereira Barbosa, da Universidade Estadual de Santa Cruz, encontrou ainda diversos fragmentos cerâmicos e artefatos líticos lascados, relacionando o sítio à Tradição Aratu (BARBOSA, 2004). Deve ser ressaltada a existência de fonte de argila de boa qualidade na margem oposta do rio Itanhém, onde atualmente existe uma olaria, em frente ao sítio arqueológico.



Foto 5.259- Conjunto de artefatos líticos polidos encontrados na Fazenda Cascata. Foto Christiane Machado

Por sua relevância arqueológica, histórica e cultural, e considerando a proximidade com área do empreendimento, a Fazenda Cascata deve desde já ser alvo de ações de preservação, com a delimitação do sítio arqueológico, e implantação de um programa de recuperação desse patrimônio. Em anexo, encaminhamos a documentação fornecida pelo proprietário, mostrando que já existe um projeto de recuperação e uma fundação criada para esse fim, beneficiado por incentivos fiscais pelo “Programa Faz Cultura” do Governo do Estado da Bahia.

Município de Teixeira de Freitas, Fazenda Janina

Informações: José Sérgio Figueiredo, proprietário da Fazenda Cascata. Proprietário “Grilo”.

Localização: AII, BA/290, acesso interseção Km 242 do gasoduto. Coordenada UTM 8064232/432996.

Informação de ocorrência arqueológica pelo proprietário da Fazenda Cascata. Também fazenda antiga da região, possivelmente do final do século XIX, foram encontradas na Fazenda Janina lâminas de

machado. Essa informação foi confirmada por moradores da fazenda, inclusive Pedro, irmão do sr. Grilo, mas apenas o proprietário, que não estava, poderia mostrar.



Foto 5.260. Residência da Fazenda Janina. Foto Christiane Machado.

Município de Itamaraju, Fazenda Rio do Norte

Informações: Aurenice Max de Oliveira, funcionária que mora no local há 12 anos. Proprietário Anselmo Carminatti.

Localização: AII, acesso interseção Km 290 do gasoduto. Coordenada UTM 8111066 / 44681.

Informação de ocorrência arqueológica. D. Aurenice encontrou lâmina de machado lítica polida, com “ponta bem afiada e lugar de pegar”, próximo a uma mangueira, em área de pasto. Segundo o proprietário, “era coisa de índio”.



Foto 5.261- Área da Fazenda Rio do Norte com informação de ocorrência arqueológica. Foto Christiane Machado.

Municípios de Porto Seguro e Eunápolis

Informações: moradores da região.

Sem informações para a área investigada, apenas para áreas próximas como rio dos Frades, córrego da Sapucaieira, rio do Peixe, rio do Prado, Queimados e Trancoso. Esses locais, porém, estão fora da AII definida para o meio físico. O rio Buranhém, interceptado pelo gasoduto, também é mencionado como local de ocorrência arqueológica, devendo ser investigado nas fases subsequentes do empreendimento.

Próximo ao km 390 do gasoduto foram observados afloramentos de quartzo (fonte potencial de matéria prima). Nessa área se inicia o Rio João de Tiba, para o qual há uma informação secundária pouco precisa de sítio arqueológico, que pode estar ou não dentro da área de influência.

Município de Itagimirim, Fazenda Bom Jesus

Informações: Francisco, filho da proprietária Neide Pereira da Silva.

Localização: AII, acesso interseção Km 408 do gasoduto. Coordenada UTM 8223706/442011.

Informação de ocorrência arqueológica. O sr. Francisco encontrou fragmentos de cerâmica em mata na área da propriedade, mas o local está “muito sujo” para ir.



Foto 5.262- Área em que foram encontrados vestígios arqueológicos na Fazenda Bom Jesus. Foto Christiane Machado

Também foi obtida informação sobre fonte matéria prima potencial: Segundo Sr. Adalberto Lopes, da Fazenda Montes Claros, já funcionou nas proximidades uma olaria, em local chamado ‘Barreiro’, havendo argila de boa qualidade. São observados na área diversos afloramentos de quartzo.

Município de Itapebí - Fazenda Minas Nova (antiga Faz. Sta. Luzia)

Proprietários: Sr. Edson Ribeiro de Queiroz e Sr^a. Joana Dimas dos Santos.

Localização: AII, acesso interseção km 430 do gasoduto, região conhecida por Córrego do Verena.

Coordenadas UTM 8245601 / 24L 0445915

Sítio arqueológico identificado a partir de informações de moradores locais, principalmente as do Sr. Emiliano dos Santos, de 78 anos, que relatou ter visto, quando criança, um “pote de índio” dentro do qual observou um chumaço de cabelo. A Sra. Joana Dimas dos Santos, esposa do Sr. Edson Ribeiro de Queiroz, proprietários da fazenda, confirmou o relato do Sr. Emiliano, ressaltando que sua filha havia encontrado vários fragmentos cerâmicos em diferentes áreas da fazenda. Dentre os vestígios cerâmicos observados, destacam-se três fragmentos de borda, com decoração corrugada.



Foto 5.263- Fragmentos de Cerâmica Corrugada. Foto Mirta Barbosa

A maior parte dos fragmentos cerâmicos foi observada em um pequeno barranco de aproximadamente 10cm de altura, próximo a cancela de acesso à fazenda, sendo também encontrados em superfície, ao longo da cerca e em frente da casa.

No quintal, foi encontrado um fragmento de borda cerâmica, com diâmetro entre 8 e 12cm, com características de produção tipicamente portuguesa: parede externa lisa e espessura fina, cozimento completo da pasta, decoração no extremo da borda e argila de coloração avermelhada. Aparenta ser um fragmento de vasilhame pequeno típico da produção da região de Extremoz, Alentejo, Portugal, que teve acentuada circulação na metrópole e na colônia, em função da qualidade do acabamento.



Foto 5.264- Fragmento de borda cerâmica com características de produção portuguesa. Foto Mirta Barbosa

A vegetação da área onde se encontra o sítio é atualmente pastagem, estando muito próximo ao curral, com árvores frutíferas.

Município de Itapebí - Fazenda Lombardia

Proprietário: José Maria Magnavita.

Localização: AII, acesso interseção km 430 do gasoduto. Coordenadas UTM 8244816 / 24L 0443604.

Sítio Histórico. A fazenda Lombardia foi fundada em 20 de fevereiro de 1905. Nesses (quase) 100 anos de existência sempre esteve em posse da família Pasquale Magnavita. Seu conjunto arquitetônico é típico das fazendas de cacau do século XIX, formada pela Casa (residência dos proprietários), Barcaças²⁵, Secadores, Armazém, Casa dos Trabalhadores e a Capela.



Foto 5.265- Uma das antigas barcaças da fazenda abandonada há cerca de 50 anos. Foto Mirta Barbosa

²⁵ Local de secagem do cacau.

A sede da fazenda, uma casa de único pavimento, foi erguida utilizando como matéria-prima o adobe. Ainda preserva esta estrutura construtiva, além de ser encontrado em seu interior objetos antigos, como telefones, relógios de parede e alguns mobiliários, que outrora, foram utilizados pelos proprietários.

A Capela foi construída em louvor a Nossa Senhora de Fátima. O seu espaço sagrado continua sendo utilizado pelos moradores da fazenda e da redondeza, com a realização de celebrações religiosas que acontecem a cada final de mês, proferida por um padre da região.

A fazenda continua trabalhando com a cultura do cacau, havendo, segundo informações do Sr. José Castro dos Santos²⁶, uma produção muito menor do que no passado.

Município de Arataca -. Fazenda São João

Informações: Sr. José Alves Rodrigues – gerente da fazenda, morador da região há 37 anos e Sr. Gileno Bispo dos Santos. Proprietário: Sr. Fidélis Ferraz Pomponet.

Localização: AII, acesso ao km.502 do gasoduto. Povoado de Anurí. Coordenadas UTM 8312609 / 24L 0446944

Informações referentes à existência de vestígios arqueológicos nesta região por moradores da região, principalmente, nas áreas que correspondem à Fazenda São João. O proprietário, Sr. Fidélis, não estava presente para conversar com a equipe, mas alguns trabalhadores de fazendas vizinhas confirmaram estas informações.

Segundo o Sr. Gileno Bispo dos Santos, de cerca de 75 anos, que afirma ser descendente dos primeiros desbravadores da região, foram encontrados alguns “potes de índios” nas proximidades da fazenda, identificando também, a existência de dois abrigos de pedra, conhecidos na região como “Pedra de Caboclo” e “Pedra D’Água”, ambos localizados na serra ao lado das construções da propriedade, com fragmentos cerâmicos espalhados ao seu redor.

Município de Jussari

Localização: AID, próximo km 510 do gasoduto.

²⁶ Conhecido na região pelo nome de Gastão, é o Gerente-Geral da fazenda, residindo no local há 12 anos.

Informações: Sr. Osvaldo das Neves (jornalista) – Assessor de Imprensa do Prefeito e o Sr. José Raimundo Ferreira, conhecido por “Zequinha Dorot”²⁷.

Informações referentes à existência de vestígios da cultura material pertencentes a grupos pré-coloniais, obtidas junto a alguns moradores locais. Os depoimentos dos moradores confirmam que esses grupos indígenas estiveram na região até o início do século XX, quando chegaram os primeiros desbravadores e os expulsaram, em decorrência de sucessivos conflitos.

Segundo os entrevistados, foram encontrados “potes de índios” na escavação de um roçado, feito numa região conhecida por Areia Branca²⁸ e na escavação de um buraco para a colocação de uma tubulação de água, em Botafogo (área fora da intervenção do Gasoduto).

As informações sobre esses vestígios arqueológicos foram fornecidas pelo Sr. Zequinha, que esteve presente nas duas situações. Na primeira (escavação do roçado), ele afirma que ainda é possível observar o “pote”, pois a outra pessoa que estava com ele na ocasião, deixou no mesmo lugar, não comprometendo a integridade física do objeto. Porém não foi possível observar o material, devido ao longo percurso a ser pesquisado e ao curto prazo disponibilizado para a sua realização.

Município de Aurelino Leal - Fazenda Nossa Senhora da Conceição

Informações: Sr. Augusto José Sena Baracho – 60 anos de idade, morador da região há 40 anos - Gerente da fazenda.

Localização: AII, BA/658, acesso km 610 do gasoduto. Coordenadas UTM 8410485 / 24L 0440809.

Ocorrência de diversos fragmentos cerâmicos observados, apesar do desconhecimento desses vestígios por parte do gerente da fazenda. Estavam dispersos pela superfície, principalmente em duas áreas: na estrada de terra que dá acesso ao rio e na área do curral.

Os vestígios estavam na margem da estrada de acesso ao Rio Pontal do Sul, a aproximadamente 100m de distância, estavam misturados a fragmentos de telhas, confundindo a sua identificação. Nesta área também, foi encontrado um objeto lítico, uma lasca de quartzo leitoso, com talão cortical. Alguns retoques curtos e marginais contribuíram a dar a forma e também o bordo ativo. Na parte proximal apresenta uma reentrância que parece ter marcas de uso.

²⁷ Referência histórica na cidade, preservando na memória as informações obtidas dos seus antepassados, que faziam parte dos primeiros grupos que tentaram colonizar a região.

²⁸ Areia Branca, Distrito de Jussará, encontra-se a aproximadamente 1,5km do traçado do Gasoduto (km 520).

Na área do curral foi encontrada a maior quantidade de fragmentos cerâmicos, de tecnologia indígena, facilmente identificados em uma área onde o sedimento apresentava coloração escura. Destaca-se um conjunto de fragmentos com alguns pedaços de carvão ao seu redor.



Foto 5.266- Fragmentos de cerâmica encontrados próximo ao curral da fazenda. Foto Mirta Barbosa

Município de Ibirataia - Fazenda Oiteiro Bonito

Informações: Sr. José Francisco dos Santos – 83 anos de idade, morador da fazenda desde 1957; Sr^a. Eunice Ferreira dos Santos, esposa do Sr. José; Sr. Joaquim Ferreira da Costa Neto – 43 anos de idade, nascido e criado na fazenda, filho do Sr. José e da Sr^a. Eunice.

Localização: AID, BA/033, acesso ao km 670 do gasoduto. Coordenadas UTM 8455159 / 24L 0429648

Ocorrência de diversos fragmentos cerâmicos, encontrados em uma elevação a cerca de 240m da sede da fazenda e do Rio Água Branca, em área de mata fechada, dificultando o acesso da equipe para uma observação mais minuciosa. O local onde se encontra o material é conhecido por “Boa Esperança”. A maior parte dos vestígios estava em superfície, em solo de cor escura, sendo encontrados fragmentos de bordas e do bojo, possivelmente de grandes objetos, considerando a larga espessura das peças. Apresentavam marcas de queima e nenhuma decoração, sendo a tecnologia de fabricação é caracteristicamente indígena.



Foto 5.267- Fragmentos espessos de bordas e bojos cerâmicos. Foto Mirta Barbosa.

O filho do proprietário da fazenda, o Sr. Joaquim, informou que no perímetro onde estavam os vestígios, havia uma roça de mandioca, não utilizada há mais de 20 anos. Ao lado deste antigo roçado, onde também foi encontrado material arqueológico, existe uma área de pasto na qual passa um duto da PETROBRAS, instalado na década de 90, a aproximadamente 20m das áreas de maior concentração de vestígios.

O Sr. Joaquim afirmou que, nessa antiga roça, seu pai, o Sr. José Francisco dos Santos encontrou, durante a preparação do plantio, vasos cerâmicos identificados pelos moradores como “potes de índios”, apresentando as mesmas características dos fragmentos registrados pela equipe.



Foto 5.268- Local onde passa uma tubulação da PETROBRAS. Nas proximidades foram encontrados vários fragmentos cerâmicos de tecnologia indígena. Foto Mirta Barbosa



Foto 5.269- Pesquisadores e morador verificando a área de concentração dos materiais em superfície.

Foto Mirta Barbosa

Município de Ibirataia - Fazenda Riacho do Cedro

Proprietária: Sr^a. Antônia Magalhães Lima – 65 anos de idade

Localização: AID, BA/033, acesso ao km 681 do Gasoduto. Coordenadas UTM 8466574/24L 0433791

Ocorrência de fragmentos cerâmicos encontrados em uma pequena roça de mandioca, em frente à sede. No mesmo roçado, foram localizados vestígios de material lítico, espalhados por todo o terreno que circunda a plantação, apresentando características que indicam a potencialidade de uma possível indústria lítica na região.



Foto 5.270- Lasca de quartzo encontrada na roça de mandioca da fazenda. Foto Mirta Barbosa.

Entre os vestígios líticos encontrados, destaca-se uma lasca espessa de quartzo leitoso, totalmente descorticada, apresentando retoques marginais curtos e abruptos que permitiram o acabamento da forma triangular (dimensões aproximadas 3,5cm de comprimento e 2,5cm de largura).

Município de Nazaré - Fazenda Senhor do Bonfim (Antigo Engenho São José)

Proprietária: Sr^a. Maria de Lourdes Santos Andrade²⁹

Localização: AID, próximo ao km 805 do gasoduto. Coordenadas UTM 8561567/24L 0494860.

Sítio Histórico. A fazenda Senhor do Bonfim preserva a arquitetura e as estruturas funcionais de um antigo Engenho denominado São José, inventariado pelo IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. O sobrado, apesar de ter passado por intervenções significativas, apresenta alguns elementos arquitetônicos do século XIX, tendo como destaque o porão, construído acima dos padrões dos séculos anteriores.



Foto 5.271- Fachada e escadarias laterais da Fazenda Senhor do Bonfim. Foto Mirta Barbosa

A fábrica apresenta objetos característicos dos engenhos, como a roda D'água e os tachos. A proprietária mantém em funcionamento o alambique, produzindo a cachaça, utilizando como matéria-prima cana-de-açúcar cultivada na própria fazenda, preservando uma atividade econômica tradicional.

Os trabalhadores da fazenda, segundo informações da proprietária, são de famílias descendentes dos antigos escravos que eram a força motriz do engenho. Essas pessoas, além de trabalhar nos canaviais e no alambique, possuem uma roça de subsistência plantando mandioca, aipim e verduras.

²⁹ Mais conhecida na região como professora Lourdes Altamiranda.

Município de São Felipe - Fazenda Coração de Jesus

Informações: Sr. Roberto Almeida e Silva – gerente da fazenda

Localização: AID, próximo km 815 do gasoduto. Coordenadas UTM 8572393/24L 0496021

Sítio Histórico. Na área da fazenda Coração de Jesus foram localizadas as ruínas de um antigo engenho. Foram encontradas a estrutura de uma construção e de uma represa, feitas com pedras e argamassa. Esta evidência demonstra que as águas do rio eram represadas e utilizadas para o abastecimento local, além de ser canalizada para fábrica fazendo girar a roda D'água, mecanismo que fazia funcionar a moenda de cana-de-açúcar.



Foto 5.272- Vestígios de antigas estruturas em pedra. Foto Mirta Barbosa.



Foto 5.273- Ruínas da represa no Rio Cupioba. Foto Mirta Barbosa.

Próximo a essas duas estruturas reside a Sra. Maria da Conceição da Silva. Ao lado da sua casa funciona uma fábrica que ainda produz melaço de cana-de-açúcar, utilizando uma moenda a motor e que no passado, segundo seu relato, funcionava por tração animal. A Sra. Conceição afirma que, não obstante a proximidade das duas ruínas mencionadas, a sua propriedade sempre foi independente da primeira podendo se considerar sendo esta área a de um outro engenho.

A fábrica ainda apresenta elementos arquitetônicos que a caracterizam como uma construção dos fins do século XIX ou início do século XX. A Sra. Maria confirmou que esta área pertencia a um antigo engenho, enfatizando que quando chegou encontrou as estruturas, mas foi intervindo e adaptando sua construção. Ela relatou, também, que já foram encontrados diversos fragmentos de “louça”, naquelas proximidades.



Foto 5.274- Área da antiga fábrica de engenho que hoje funciona para produção de melaço de cana.

Foto Mirta Barbosa.

Município de São Felipe – localidade de Cupioba do Sul

Informação: Sra. Raimunda de Jesus Nascimento Santos, que desconhece o nome da fazenda.
Propriedade da Sra. Amélia Barbosa Silva.

Localização: AID, próximo ao km 815 do traçado do gasoduto. Área rural de São Felipe, conhecida por Cupioba do Sul. Coordenadas UTM 8573511/24L 0495571

Sítio Histórico. Nesta fazenda foram registrados vestígios arquitetônicos de um antigo Engenho. Numa elevação, aproximadamente 50m da casa, foram identificadas as ruínas da represa, construída em pedra. Em frente à casa, estão escondidas, entre a mata, as estruturas da caneleta de pedra que conduzia a água para a fábrica. Ainda se preserva no local o espaço onde era colocada a roda D'água.

A Sra. Raimunda informou que seu marido sempre comentou sobre o funcionamento daquela fábrica e dos canaviais existentes na região, hoje substituídos por pastos e plantações mistas, como bananeiras e mandioca.



Foto 5.275- Ruínas da Canaleta de pedras escondida entre a vegetação. Foto Mirta Barbosa

Município de Maragogipe - Comunidade de Cachoeirinha

Localização: AID, próximo km 833 do gasoduto. Coordenadas UTM 8587178/24L 0501733

Informações: Sr. Bartolomeu Pereira da Silva – 50 anos de idade (nascido e criado na região) e sua esposa, Sr^a. Célia de Jesus

Segundo os moradores, existiram três Engenhos próximos a esta região. Realizando uma vistoria na área, a equipe localizou essas ruínas construtivas, porém não foi possível fazer um registro fotográfico, devido à densidade da vegetação, que encobria a maior parte das estruturas.

Município de Santo Amaro - Fazenda Nossa Senhora do Socorro (Antiga Usina Passagem)

Localização: AII, acesso km 880 do traçado do gasoduto. Coordenadas UTM 8616393/24L 0534541

Informações: Sr. José Simão Bispo – 81 anos de idade (nascido e criado na região), Sr^a. Maria do Carmo de Jesus e o Sr. José do Carmo Nascimento.

Sítio Histórico. Neste local foram registradas as ruínas arquitetônicas da antiga Usina Passagem e de outras construções que faziam parte do seu complexo agro-industrial, como a sede da fazenda e a Capela. Ao redor desse espaço estão algumas casas dos trabalhadores que executavam, no passado, diferentes atividades na região, principalmente na Usina. A paisagem do local, outrora tomada pelo verde dos canaviais, está cercada de mato e de vegetação mista, principalmente por árvores frutíferas.

Tendo como referência o depoimento dos informantes, principalmente do Sr. José Nascimento, que trabalhou por muitos anos na usina, constatou-se que ela foi muito importante para a economia da região durante vários anos do século XX, empregando dezenas de funcionários e produzindo vários derivados da cana-de-açúcar, como o melaço e a cachaça.

A casa dos antigos proprietários está, hoje, ocupada por trabalhadores que continuam residindo na região. A Capela, construída em louvor a Sr. dos Passos, encontra-se abandonada, apresentando rachaduras em suas paredes, servindo de depósito para objetos e materiais utilizados pelos moradores locais. A fábrica está em ruínas, apenas com o esqueleto da sua estrutura arquitetônica e com materiais construtivos espalhados por todo perímetro.



Foto 5.276- Ruínas da antiga Usina Passagem. Foto Mirta Barbosa

Município de Santo Amaro – Engenho Velho

Localização: AII, acesso km 878 do traçado do Gasoduto. Coordenadas UTM 8618473/24L 0532045

Informações: Sr. José Simão Bispo – 81 anos de idade (nascido e criado na região), Sr^a. Maria do Carmo de Jesus e o Sr. José do Carmo Nascimento.

Sítio Histórico. Além dos remanescentes arquitetônicos da Usina, encontra-se também nesta região, conhecida por Passagem, as ruínas do Engenho Velho, um engenho que é citado num relatório do século XVIII³⁰. Segundo O Sr. José Bispo, ainda há evidências estruturais da antiga Capela e da fábrica. A equipe fez uma incursão pelos locais indicados pelo informante, mas devido à densidade da vegetação, só foi possível identificar a chaminé.



Foto 5.277- Chaminé do antigo engenho. Foto Mirta Barbosa

Município de São Sebastião do Passe - Fazenda Nossa Senhora do Carmo

Informações: Sr. Sérgio das Mercês Araújo – Gerente da fazenda há cerca de 9 anos. Proprietário: Sr. Armando.

Localização: AII, acesso Km 907 do traçado do Gasoduto. Coordenadas UTM 8621737/24L 0558693

Sítio Histórico. Nesta fazenda foi registrada uma Capela em louvor a Nossa Senhora do Carmo. Sua arquitetura apresenta característica do século XIX e encontra-se em excelente estado de conservação. A Capela localiza-se na parte baixa da fazenda, aproximadamente 250m de distância da sua sede.

³⁰ Inventário do IPAC.



Foto 5.278- Capela de N. Sra. do Carmo vista da sede da fazenda. Foto Mirta Barbosa



Foto 5.279- Vista da lateral da Capela. Foto Mirta Barbosa

A casa, também em excelente estado de conservação, possui um estilo muito peculiar na região, tendo pavimento único e o avarandado, utilizado em residências do século XIX. Segundo informações de moradores da região do Carmo, o local pode ter sido um antigo engenho pertencente a uma comunidade de frades (possivelmente da Ordem dos Carmelitas), podendo ter sido os primeiros proprietários.

A cerca de 500m da Casa Sede, no alto de uma colina, existe um Cruzeiro, que segundo o Sr. Sérgio, é o local onde foram enterrados os escravos do então Engenho. O Cruzeiro de madeira ficava sobre um pilar de tijolinhos, que com o passar do tempo foi ficando danificado. O atual proprietário reergueu o Cruzeiro, dessa vez, sobre uma base de cimento.



Foto 5.280- Casa Sede da Fazenda N. Sra. da Conceição. Foto Mirta Barbosa

Município de Cachoeira (Centro Histórico)

Localização: AII, BA/026, acesso ao km 850 do traçado do Gasoduto.

Informações: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.

Patrimônio: Cidade Histórica, tombada como Patrimônio Nacional.

Patrimônio histórico tombado. A cidade de Cachoeira foi tombada em 18 de janeiro de 1971, pelo Decreto Federal n. 68.045, considerada desde então patrimônio nacional. O conjunto arquitetônico das suas construções, civis e religiosas, é um testemunho do processo de colonização do nosso país. Os bens tombados estão inventariados no item “*Bens do Patrimônio Histórico e Cultural Registrados*” desse relatório.

Município de Cachoeira - Engenho Vitória do Paraguaçu

Localização: AID, próximo ao km 845 do Gasoduto.

Informações: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Proprietário: Área Federal.

Patrimônio histórico tombado. O Engenho Vitória do Paraguaçu é um monumento do início do século XIX, tombado pelo IPHAN sob n. 206 do Livro de História (23/03/1943) e sob n. 271-A do Livro de Belas Artes (23/03/1943). Está relacionado no item “*Bens do Patrimônio Histórico e Cultural Registrados*” desse relatório.

- Considerações Finais

O levantamento de dados secundários demonstrou a existência de diversos sítios nos municípios afetados pelo empreendimento, alguns deles dentro da AII, e eventualmente dentro da AID. Várias prospecções arqueológicas já foram efetuadas em áreas próximas ou dentro da área de influência do gasoduto em seu trecho inicial, entre os km 0 a 80 (AQUACONSULT, 1990; BIODINÂMICA, 2003; CALDARELLI, 2002; PEROTA e TEIXEIRA, 1999 a 2002; MACHADO, 2003 e 2004a). Nos 50km iniciais, os sítios de ocorrência provável são os sambaquis e acampamentos conchíferos indicados por Teixeira (2002) no Vale da Suruaca, mas sua localização exata não foi identificada com os dados disponíveis.

No trecho próximo a Cacimbas, ponto inicial do gasoduto, as características ambientais da área não favorecem a ocupação de longa duração, devido principalmente à distância de fontes de água doce próximas e por estar sujeita a inundações periódicas. Isso está de acordo com a observação feita por Maximiliano (1958) ao passar pela região no século XIX, considerando um trecho inóspito pelas raras fontes de água e desabitado, após ter relatado a exuberância do Rio Doce e sua intensa ocupação por Botocudos.

Os sítios prováveis nessas condições ambientais seriam relacionados a atividades temporárias, geralmente de pequenas dimensões, e com menor concentração de vestígios que um sítio ocupado de forma mais prolongada (ou freqüentemente re-ocupado). Nesse trecho, dentro da planície litorânea costeira, ocupações humanas anteriores ao ótimo climático, relacionadas a condições ambientais distintas, seriam de difícil detecção, devido a grande possibilidade de destruição pelo intenso retrabalhamento por ondas ocorrido com o avanço e recuo do mar, além de mudanças na foz do Rio Doce, resultando em depósito arenoso espesso.

Essa área vem sendo ocupada por fazendas há décadas, sendo a criação de gado a atividade predominante nos últimos anos. A atividade petrolífera também contribui para a intensificação das ações antrópicas na região, com sondagens, aberturas de acesso, instalação de poços, gasodutos e oleodutos. A atividade humana, se por um lado causa impacto na integridade dos sítios arqueológicos, muitas vezes até mesmo destruindo-os, é também, por outro lado, um agente revelador de sua existência.

Os levantamentos já realizados, e a intensidade das ações antrópicas já realizadas, nos permite considerar a baixa probabilidade da existência de sítios arqueológicos nesse trecho do gasoduto. Os dados obtidos indicam a existência de vestígios arqueológicos em locais mais próximos á foz do Rio

Doce e do rio Barra Seca, reforçando nossas observações e coerentes com os dados etno-históricos (MACHADO, 2003 e 2004a).

Entre os km 55 e 80 do gasoduto, entretanto, os levantamentos realizados anteriormente registraram três sítios dentro da faixa da AII, a aproximadamente 2,5km do eixo do gasoduto, entre os km 70 e 75. Esses sítios são denominados Santa Bárbara I, São Francisco e RPO I. Esse último está sendo alvo de projeto de salvamento. Um outro sítio, denominado Santa Bárbara II, está dentro da faixa definida para AID, a aproximadamente 200 metros do eixo do gasoduto, na altura do km 70. Outros 16 sítios arqueológicos estão localizados entre aproximadamente 11 e 1km a oeste do limite da área de influência indireta definida para o meio físico. (PEROTA e TEIXEIRA, 1999).

A partir do km 80, o traçado do gasoduto se afasta alguns quilômetros da costa, mudando as condições ambientais. Além dos sítios pré-cerâmicos mencionados, as informações obtidas para o restante da área do empreendimento apontam para a existência também de assentamentos de populações pré-históricas ceramistas, além de diversos vestígios relacionados ao período histórico.

Na região de Sapê do Norte, área limítrofe entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, foram obtidas diversas informações com moradores sobre a ocorrência de vestígios arqueológicos, dos quais 5 estão dentro da área de influência do gasoduto, entre os km 110 e 120 do mesmo. Cabe ressaltar que o traçado alternativo do gasoduto pode afetar diretamente esses possíveis sítios, mas sua localização exata ainda não foi identificada.

Dos 12 municípios do Recôncavo afetados pelo empreendimento – todos com patrimônio histórico inventariados pelo IPAC – três merecem uma atenção especial, devido aos centros históricos estarem dentro da área de influência do gasoduto: Cachoeira (já enfatizada no diagnóstico), Santo Amaro e Nazaré. As outras cidades e seus monumentos mais significativos estão fora da área de influência estabelecida para o meio físico.

Até o momento, não foram registrados sítios arqueológicos na área afetada na região do Recôncavo, o que não exclui a possibilidade de existirem, de acordo com o conhecimento histórico e arqueológico dessa região, tanto para os grupos horticultores pré-históricos quanto para a ocupação colonial. No diagnóstico são informados alguns sítios arqueológicos cadastrados, a partir dos trabalhos de Valentin Calderón na baía de Aratu, no município de Simões Filho, e dos trabalhos de Etchevarne no município de Jaguaripe, mostrando o potencial de ocorrência de sítios arqueológicos nessa área (CALDERÓN 1964, 1969, 1973; CARDIM, 1939; CECH, 1996; COSTA, 2000; ETCHEVARNE, 1998; ETCHEVARNE & MACEDO NETO, 2000; NÓBREGA, 1988; SOUZA, 2000; VILHENA, 1969).

Foram obtidos durante esse levantamento de campo inicial na área de influência do gasoduto aproximadamente 17 informações sobre ocorrências de vestígios arqueológicos³¹, sendo observadas 12 ocorrências arqueológicas³². Além desses, há pelo menos 5 sítios arqueológicos já registrados dentro da área de influência definida para o meio físico, número esse que sobe para centenas se considerarmos a totalidade dos municípios definidos. Há também 2 ocorrências e 3 informações arqueológicas obtidas em levantamentos anteriores dentro da AII, que coincidem com o traçado alternativo para o gasoduto.

Dentro da AID, ou seja, sujeitos a impactos diretos pela instalação do gasoduto, há 2 informações sobre vestígios arqueológicos, 5 ocorrências, 1 sítio registrado e 1 bem tombado. No caso deste último, o Engenho Vitória do Paraguaçu, bem tombado pelo IPHAN.

Essas informações estão concentradas principalmente nas bacias e sub-bacias dos rios São Mateus, Itaúnas, Mucuri, Alcobaça, Jurucuçu, Jequitinhonha, Cachoeira, Contas, Jaguaripe e Paraguaçu, além dos rios Doce e Barra Seca, anteriormente mencionados.

Na área do traçado do gasoduto, são observadas grandes áreas destinadas à criação de gado, plantio de eucalipto, plantações de cana, além de outras culturas e áreas urbanas. Os processos de desmatamento, destoca e mecanização do solo já ocorridos podem ter afetado ou destruído possíveis sítios arqueológicos, agravados nas áreas de pastagem pelo contínuo pisoteio do gado. Nas áreas de plantio de eucalipto, a possibilidade de preservação dos sítios é maior que a observada nas outras atividades, uma vez que a interferência no solo é realizada a intervalos de tempo consideravelmente maiores, a cada sete anos aproximadamente.

No caso de sítios paleontológicos, não são esperadas ocorrências no domínio dos depósitos quaternários flúvio-marinhos e no domínio do Grupo Barreiras. No domínio de embasamento pré-Cambriano com depósitos pleistocênicos continentais, devido às características de restrição lateral das ocorrências da Formação Cacimbas, e o histórico de achados fossilíferos em áreas de mesma latitude, é possível a ocorrência de depósitos de paleomastofauna pleistocênica. No domínio dos depósitos mesozóicos: devido às características das formações mesozóicas da bacia do Recôncavo é possível a ocorrência de depósitos com invertebrados e icnofósseis, principalmente em fácies pelíticas e carbonáticas. Esses ambientes devem então ser investigados para identificação de possíveis depósitos.

³¹ Considerando “informações” os dados fornecidos por moradores que não puderam ser checados em campo, porém prováveis de se referirem a sítios arqueológicos.

³² Considerando “ocorrências” os vestígios observados em campo, que deverão ser alvo de estudos complementares para seu registro como sítio arqueológico.

Apesar da grande interferência antrópica, é possível que sítios arqueológicos ainda desconhecidos venham a ser encontrados na área de influência do gasoduto, uma vez que a pesquisa realizada não contou com intensidade suficiente para uma investigação exaustiva. Dessa forma, é necessário como medida mitigadora aos impactos causados pela construção do gasoduto, a adoção de programas intensivos de prospecção arqueológica e paleontológica, de forma a assegurar que sítios dessa natureza não venham a ser afetados pela implantação do empreendimento.

A Localização de Sítios e Informações arqueológicas está apresentado no anexo de Mapas, como figura DE-4450.74-6521-986- BOR-018.

Tabela 5.168- Tabela de sítios

JAGUARIPE				
Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
BA – REC - 01	Fazenda Caipé - Jaguaripe	Sítio Histórico – estrutura construtiva (piso); cerâmica simples e vidrada.	24L 505756 8549100	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 02	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (galeria de drenagem)	24L 5113860 8550590	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 03	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – ruínas da antiga Capela da Lapa	24L 511146 8549890	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 04	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (piso, parede, fundações e teto) – antiga Casa de Câmara e Cadeia. Séc. XVII	24L 511386 8550590	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 05	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (piso, parede, fundações e teto) – antiga Casa do Ouvidor	24L 511396 8550400	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 06	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (piso, parede, fundações e teto) – monumento de natureza religiosa – séc. XVI.	24L 511324 8550370	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 07	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico - estruturas construtivas (piso, parede, fundações e teto) – monumento de natureza religiosa	24L 511697 8550370	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 08	Distrito de São Bernardo, Fazenda Santo	Sítio Histórico – estruturas construtivas (pilares e paredes) – antigo Engenho	24L 497176 8549650	Cloves Macedo Neto

JAGUARIFE

Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
	Antônio - Jaguaripe			
BA – REC - 09	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e vidrada, louça e faiança	24L 510948 8550020	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 10	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (poço, composta por alvenaria de tijolos e argamassa); cerâmica simples e vidrada	24L 510885 8550000	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 11	Distrito de São Bernardo - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (fonte)	24L 499390 8548600	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 12	Distrito de São Bernardo - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (fundações, piso, paredes e teto)	24L 499390 8548600	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 13	Fazenda Cajazeira - Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e vidrada	24L 505927 8549190	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 14	Fazenda Rio Solimões - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (fundações e fachada)	24L 505510 8551520	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 15	Fazenda Bem te Vi -Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e vidrada e louça	24L 506747 8548610	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 16	Fazenda Itapitanga - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (fornos de olaria e fundações de habitação); cerâmica simples e vidrada e louça	24L 508426 8549630	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 17	Comunidade Religiosa “Jesus ajunta suas ovelhas” - Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e vidrada	24L 505510 8551520	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 18	Fazenda Esperança -	Sítio Histórico – olaria (forno); cerâmica simples e vidrada	24L 506817 8551340	Cloves Macedo Neto

JAGUARIPE

Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
	Jaguaripe			
BA – REC - 19	Distrito de Camassandi, Fazenda Oitinga - Jaguaripe	Sítio De Contato – concentração de cerâmica indígena e cultura material nacional	24L 503661 8547110	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 20	Sede Municipal - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas do antigo sistema de drenagem da cidade	24L 511506 8550370	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 21	Distrito de São Bernardo - Jaguaripe	Sítio Histórico - estruturas construtivas (alvenaria e pedra – barragem do antigo engenho)	24L 496644 8549780	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 22	Sede Municipal - Jaguaripe	Sítio Histórico – vestígios de edificação	24L 511268 8550440	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 23	Fazenda Itapichaquara - Jaguaripe	Sítio Pré-colonial – cerâmica e lítico	24L 503367 8549520	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 24	Fazenda Itapichaquara - Jaguaripe	Sítio Histórico – vestígios construtivos de habitação, olaria e porto	24L 504183 8548750	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 25	Sede Municipal - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtivas (escada); cerâmica simples e vidrada, telhas e tijolos	24L 511283 8549780	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 26	Cidade de Jaguaripe	Sítio Histórico – depósito superficial de telhas (área aterrada)	24L 512482 8550000	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 27	Fazenda Esperança - Jaguaripe	Sítio Histórico – depósito superficial de cerâmica simples e vidrada	24L 506327 8551160	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 28	Distrito de Camassandi - Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas construtiva religiosa	24L 500940 8544580	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 29	Fazenda Cavala - Jaguaripe	Sítio Pré-colonial – material lítico lascado, cerâmica simples e decorada (pintada, unglada e incisa)	24L 503793 8550650	Cloves Macedo Neto

JAGUARIPE

Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
BA – REC - 30	Fazenda Cavala - Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples, decorada e esmaltada	24L 505960 8549220	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 31	Fazenda Cavala - Jaguaripe	Sítio Pré-colonial – cerâmica simples e lítico	24L 503807 8550160	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 32	Fazenda Cavala - Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e decorada, material lítico	24L 503937 8550250	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 33	Fazenda Cavala - Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e louça monocroma	24L 504033 8550430	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 34	Fazenda Porto da Espada - Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e vidrada, louça e artefato lítico convergente	24L 504180 8552040	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 35	Fazenda Porto da Espada - Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples	24L 504140 8552400	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 36	Fazenda Porto da Espada - Jaguaripe	Sítio Histórico – estrutura de fundação, cerâmica simples e vidrada, telha e tijolos	24L 504429 8552750	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 37	Fazenda Porto da Espada - Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica (técnica de torno) e material lítico	24L 504035 8551420	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 40	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica pintada e vidrada, lasca e núcleo	24L 504215 8549877	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 41	Jaguaripe	Sítio Pré-colonial – Artefatos líticos	24L 505012 8550065	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 42	Jaguaripe	Sítio Pré-colonial – Artefatos líticos e cerâmica simples	24L 505660 8549480	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 43	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e vidrada, material lítico	24L 505661 8549707	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 44	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e material lítico	24L 504942 8549351	Cloves Macedo Neto
BA – REC - 45	Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples, louça e tijolo. Período colonial	24L 505435 8549290	Cloves Macedo Neto
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico - cerâmica simples e	24L 505504	Cloves Macedo Neto

JAGUARIPE

Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
REC - 46		vidrada e tijolos. Período colonial	8549197	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica vidrada.	24L 504435	Cloves Macedo Neto
REC - 47		Período colonial.	8550358	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – Cerâmica simples	24L 504677	Cloves Macedo Neto
REC - 48		(indígena) e vidrada.	8550318	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica simples e	24L 513334	Cloves Macedo Neto
REC - 49		vidrada e tijolos simples e vidrados.	8550414	
BA –	Jaguaripe	Período colonial	24L 505118	Cloves Macedo Neto
REC - 50		Sítio Pré-colonial – material lítico	8550151	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica vidrada e	24L 504714	Cloves Macedo Neto
REC - 51		material lítico	8550362	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica vidrada,	24L 504727	Cloves Macedo Neto
REC - 52		indígena e material lítico	8550147	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico – cerâmica vidrada e	24L 505546	Cloves Macedo Neto
REC - 53		simples. Colonial	8550538	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico - cerâmica vidrada e	24L 505190	Cloves Macedo Neto
REC - 54		simples. Colonial	8550581	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato - cerâmica vidrada e	24L 504264	Cloves Macedo Neto
REC - 55		simples, material lítico	8551616	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico - cerâmica vidrada e	24L 504341	Cloves Macedo Neto
REC - 56		simples. Colonial	8551566	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e	24L 504426	Cloves Macedo Neto
REC - 57		vidrada, material lítico	8550889	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e	24L 504560	Cloves Macedo Neto
REC - 58		vidrada, material lítico	8551720	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e	24L 504688	Cloves Macedo Neto
REC - 59		vidrada e artefato lítico	8551852	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples	24L 505012	Cloves Macedo Neto
REC - 60		(acordelada e torno) e artefato lítico	8551121	
BA –	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples	24L 504429	Cloves Macedo Neto
REC - 61		(acordelada e torno) e artefato lítico	8552750	
BA –	Jaguaripe	Sítio Histórico – estruturas de	24L 496704	Cloves Macedo Neto

JAGUARIPE				
Nome do Sítio	Localização	Materiais Encontrados	Coordenadas	Pesquisador Responsável
REC - 62		fundações; alvenaria de pedra	8549874	
BA – REC - 63	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e vidrada; cerâmica (técnica acordelada)	24L 503528 8550131	Cloves Macedo Neto
BA – REC – 64	Jaguaripe	Sítio De Contato – cerâmica simples e vidrada; material lítico	24L 503705 8550601	Cloves Macedo Neto

Tabela 5.169- Tabela de Monumentos - Cacaueira

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA			
Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
LITORAL SUL			
Belmonte	9	Civil – 9 (Prefeitura Municipal, Sobrado, Casas, Sindicato Rural, Fazenda, Estufa)	
Ilhéus	14	Religiosa – 4 (Igrejas e Capelas); Civil – 10 (Prefeitura Municipal, Casas, Palacete)	*Capela de Sant’Ana - Tombado pelo IPHAN nos livros de Tombo Histórico e no Livro de Belas Artes em 20.02.1984 pelo IPAC através decreto 30.483 de 10.05.1984.
Itapé	1	Civil – 1 (Casa de Fazenda)	
Lomanto Júnior	4	Civil – 4 (Casas, Barcaça, Estufa)	
Uruçuca	1	Civil – 1 (Fazenda Boa Sorte)	
Itacaré	2	Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 1 (Casa dos Padres)	
EXTREMO SUL			
Alcobaça	13	Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 12 (Sobrados, Cacimba, Estufa, Edifício, Casas, Casa de Farinha)	
Mucuri	1	Civil – 1 (Fazenda Guanabara)	

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Porto Seguro	29	Religiosa – 7 (Igrejas e Capelas) Civil – 22 (Casas, Marco do Descobrimento, Fortim, Chalé, Sobrados, Pousadas, Solar, Antiga Estação Telegráfica, Sítio, Fonte)	<p>*Marco do Descobrimento - Tombamento pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n°s 414 e 416 Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1°/III/74.</p> <p>*Casa de Câmara e Cadeia - Tombada pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62, fls. 11 e 14 do Livro do Tombo Arqueológico, em 15/08/1968 e sob n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1°/03/1974.</p> <p>*Matriz de Nossa Senhora da Pena - Tombado pela IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/07/1968 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1°/03/1974.</p> <p>*Igreja da Misericórdia - Tombada pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/8/68 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1/03/1974.</p> <p>*Igreja do Outeiro da Glória - Tombado pelo IPHAN sob o n° 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n°s 414 e 446, Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1°/III/1974.</p> <p>*Fortim - Tombado pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/8/1968 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1°/03/1974.</p> <p>*Capela Colégio do Salvador - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o n° 32605-0.4-F001 (Não é tombada individualmente mas faz parte de sítio tombado pelo IPHAN).</p>

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			<p>*Casa do Ouvidor - A casa não é tombada individualmente, mas integra sítio tombado pelo IPHAN e inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001.</p> <p>*Casas à R. Dr. Antônio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, sob os nºs 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro do Tombo Arqueológico em 1/3/1974).</p> <p>*Chalé do Dr. Antonio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (Edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inscrito sob os nº 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro de Tombo Arqueológico... em 1/3/1974.);</p> <p>* Igreja N. S. da Ajuda - Tombado pelo IPHAN sob os nºs 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/08/1968 e sob os nºs 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Sítios Inventariados pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.3-I002:</p> <p>Sobrado à Av. Portugal nº 390; Sobrado à Av. Portugal nº 526; Sobrado à Av. Portugal nº 532; Pousada Colonial; Casa da Lenha; Casa à Av. Portugal 318; Casas Geminadas; Casa na Av. Portugal 482;</p>

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			Casa à Rua Mal. Deodoro 154; Solar dos Martírios; Casa à R. Mal. Deodoro 328; Antiga Estação Telegráfica; Pousada Casa Azul; Conj. Família Ribeiro Coelho; Sítio do Trancoso; Ig. de São João Batista; Fonte de N. S. da Ajuda; Cap. do Divino Espírito Santo.
Prado	2	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 1 (Sobrado)	
Nova Viçosa	5	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 4 (Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado, Estação Ferroviária, Casa)	
Caravelas	13	Religiosa – 1 (Catedral de Santo Antônio); Civil – 12 (Casas, Edifício, Sobrado, Chalé)	

TABULEIRO DE VALENÇA

Camamú	20	Religiosa – 4 (Igrejas); Civil – 16 (Sobrados, Casas, Engenho, Antiga Prefeitura Municipal, Chalé)	
Valença	13	Religiosa – 3 (Igrejas); Civil – 10 (Sobrados, Fórum, Estância, Vila Operária, Fábricas, Paço Municipal, Fazenda)	
Marauá	3	Religiosa – 2 (Igrejas); Civil – 1 (Casa)	

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Ibirapitanga	1	Civil – 1 (Fazenda Conjunto Ouriço – Área Rural)	

Tabela 5.170- Tabela de Monumentos – Recôncavo
MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Amélia Rodrigues	1	Civil – 1 Casa de Engenho (Área Rural)	-
Catú	3	Religiosa - 1 Igreja (Sede); Civil - 2 Residências (Casas de Engenho – Área Rural);	-
Santo Amaro	29	Religiosa – 10 (Igrejas e Capelas); Civil – 19 (Sobrados, Solares e Hospitais)	*Matriz Nossa Senhora da Purificação – Tombado pelo IPHAN sob n. de 175 do livro de História, em 25/09/1941. (sede); *Matriz Oliveira dos Campinhos – Tombado pelo IPHAN sob. N. 788 do livro de História, em 24/06/1942. (Distrito de Campinhos); *Santa Casa de Misericórdia – Tombado pelo IPHAN sob n. 348 do livro de História, em 10/08/1962 (sede); *Casa de Câmara e Cadeia – Tombado pelo IPHAN sob n. 180 do livro de História, em 16/10/1941 (sede); *Casa localizada na rua Matriz, n. 9 – Tombado pelo IPHAN sob n. 221 do livro de História, em 16/09/1943 (sede). *Convento de Santo Antonio – Tombado pelo IPHAN sob n. 249 – A do livro de História, em 17/10/1941 (sede);
São Francisco do Conde	22	Religiosa – 11 (Igrejas e Capelas); Civil – 11 (Sobrados e Solares)	*Casa do Engenho São Miguel e Almas – Tombado pelo IPHAN sob n. 235 do

MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
São Sebastião do Passe	7	Religiosa – 1 (Capela); Civil – 6 (Sobrados e Casas de Engenho)	livro de História, em 28/06/1944 e sob n. 302 do livro de Belas Artes, em 28/06/1944. (Distrito Monte Recôncavo). *Capela do Engenho Lagoa – Tombado pelo IPHAN sob n. 189 do livro de História, em 06/07/1942 e sob n. 256 – A do livro de Belas Artes, em 06/07/1942. (área rural); *Sobrado do Engenho Lagoa - Tombado pelo IPHAN sob n. 189 do livro de História, em 06/07/1942 e sob n. 56 do livro de Belas Artes, em 06/07/1942. (área rural)
Terra Nova	6	Religiosa – 4 (Igrejas e Capelas); Civil – 2 (Casas de Engenho)	-
Aratuípe	5	Religiosas – 3 (Igrejas e Capelas) Civil – 2 (Engenhos)	-
Jaguaripe	9	Religiosas – 5 (Igrejas e Capelas); Civil – 4 (Casas)	*Matriz Nossa Senhora da Ajuda - Tombado pelo IPHAN sob n. 174 do livro de História, em 25/09/1941 e sob n. 240 do livro de Belas Artes, em 25/09/1941. (sede); *Casa de Câmara e Cadeia - Tombado pelo IPHAN sob n. 166 do livro de História, em 02/09/1941 e sob n. 236 do livro de Belas Artes, em 02/09/1941. (sede); *Casa do Ouvidor - Tombado pelo IPHAN sob n. 347 do livro de História, em 27/07/1962. (sede)

MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Maragogipe	17	Religiosa – 4 (Igrejas e Capelas); Civil – 13 (Sobrados, Casas, Hospital e Forte)	<p>*Matriz de São Bartolomeu - Tombado pelo IPHAN sob n. 155 do livro de História, em 21/02/1941 e sob n. 296 do livro de Belas Artes, em 21/02/1941. (sede);</p> <p>*Capela de São Roque - Tombado pelo IPHAN sob n. 192 do livro de História, em 16/02/1943 e sob n. 259 - A do livro de Belas Artes, em 16/02/1943. (Distrito de São Roque);</p> <p>*Casa de Câmara e Cadeia - Tombado pelo IPHAN sob n. 177 do livro de História, em 26/09/1941 e sob n. 246 do livro de Belas Artes, em 26/09/1941. (sede);</p> <p>*Casa – Grande do Engenho de São Roque - Tombado pelo IPHAN sob n. 192 do livro de História, em 16/02/1943 e sob n. 259 - A do livro de Belas Artes, em 16/02/1943. (Distrito de São Roque).</p>
Muniz Ferreira	1	Religiosa – 1 (Capela Senhor do Bonfim – Distrito de Onha)	-
Nazaré	25	Religiosa – 3 (Igrejas e Capelas); Civil – 22 (Sobrados, Ponte, Cemitério, Casas e Engenhos)	<p>*Matriz Nossa Senhora de Nazaré - Tombado pelo IPHAN sob n. 461 do livro de Belas Artes, em 26/01/1962;</p> <p>*Capela Nossa Senhora da Conceição - Tombado pelo IPHAN sob n. 462 do livro de Belas Artes, em 26/01/1962;</p> <p>*Capela Nossa Senhora de Nazaré - Tombado pelo IPHAN sob n. 463 do livro de Belas Artes, em 26/01/1962;</p> <p>*Fórum Edgard Matta – Tombado pelo Governo do Estado, através de decreto n.</p>

MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO INVENTARIADOS PELO IPAC – BA

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			28.398 10/11/1978.
Santo Antônio de Jesus	10	Civil – 10 (Sobrados de Engenhos, Casas e Matadouro)	-
São Félix	7	Religiosa – 2 (Igrejas – Sede); Civil – 5 (Sobrados, Casas e Mercado Municipal)	-
São Felipe	7	Religiosa – 1 (Igreja de São Benedito); Civil – 6 (Sobrados de Engenhos, Casas e Prefeitura Municipal)	-

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Belmonte	9	Civil – 9 (Prefeitura Municipal, Sobrado, Casas, Sindicato Rural, Fazenda, Estufa)	
Ilhéus	14	Religiosa – 4 (Igrejas e Capelas); Civil – 10 (Prefeitura Municipal, Casas, Palacete)	*Capela de Sant’Ana - Tombado pelo IPHAN nos livros de Tombo Histórico e no Livro de Belas Artes em 20.02.1984 pelo IPAC através decreto 30.483 de 10.05.1984.
Itapé	1	Civil – 1 (Casa de Fazenda)	
Lomanto Júnior	4	Civil – 4 (Casas, Barcaça, Estufa)	
Uruçuca	1	Civil – 1 (Fazenda Boa Sorte)	
Itacaré	2	Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 1 (Casa dos Padres)	

EXTREMO SUL

Alcobaça	13	Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 12 (Sobrados,	
-----------------	----	--	--

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Mucuri	1	Cacimba, Estufa, Edifício, Casas, Casa de Farinha Civil – 1 (Fazenda Guanabara)	
Porto Seguro	29	Religiosa – 7 (Igrejas e Capelas) Civil – 22 (Casas, Marco do Descobrimento, Fortim, Chalé, Sobrados, Pousadas, Solar, Antiga Estação Telegráfica, Sítio, Fonte)	<p>*Marco do Descobrimento - Tombamento pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n°s 414 e 416 Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1°/III/74.</p> <p>*Casa de Câmara e Cadeia - Tombada pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62, fls. 11 e 14 do Livro do Tombo Arqueológico, em 15/08/1968 e sob n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1°/03/1974.</p> <p>*Matriz de Nossa Senhora da Pena - Tombado pela IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/07/1968 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1°/03/1974.</p> <p>*Igreja da Misericórdia - Tombada pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/8/68 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1/03/1974.</p> <p>*Igreja do Outeiro da Glória - Tombado pelo IPHAN sob o n° 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n°s 414 e 446, Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1°/III/1974.</p> <p>*Fortim - Tombado pelo IPHAN sob os n°s 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/8/1968 e sob os n°s 414 e 446 do Livro de</p>

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA**LITORAL SUL**

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			<p>História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Capela Colégio do Salvador - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (Não é tombada individualmente mas faz parte de sítio tombado pelo IPHAN).</p> <p>*Casa do Ouvidor - A casa não é tombada individualmente, mas integra sítio tombado pelo IPHAN e inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001.</p> <p>*Casas à R. Dr. Antônio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, sob os nºs 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro do Tombo Arqueológico em 1/3/1974).</p> <p>*Chalé do Dr. Antonio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (Edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inscrito sob os nº 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro de Tombo Arqueológico... em 1/3/1974.);</p> <p>* Igreja N. S. da Ajuda - Tombado pelo IPHAN sob os nºs 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/08/1968 e sob os nºs 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Sítios Inventariados pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.3-I002:</p>

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			Sobrado à Av. Portugal nº 390; Sobrado à Av. Portugal nº 526; Sobrado à Av. Portugal nº 532; Pousada Colonial; Casa da Lenha; Casa à Av. Portugal 318; Casas Geminadas; Casa na Av. Portugal 482; Casa à Rua Mal. Deodoro 154; Solar dos Martírios; Casa à R. Mal. Deodoro 328; Antiga Estação Telegráfica; Pousada Casa Azul; Conj. Família Ribeiro Coelho; Sítio do Trancoso; Ig. de São João Batista; Fonte de N. S. da Ajuda; Cap. do Divino Espírito Santo.
Prado	2	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 1 (Sobrado)	
Nova Viçosa	5	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 4 (Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado, Estação Ferroviária, Casa)	
Caravelas	13	Religiosa – 1 (Catedral de Santo Antônio); Civil – 12 (Casas, Edifício, Sobrado, Chalé)	

TABULEIRO DE VALENÇA

Camamú	20	Religiosa – 4 (Igrejas); Civil – 16 (Sobrados, Casas,	
---------------	----	--	--

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
		Engenho, Antiga Prefeitura Municipal, Chalé	
Valença	13	Religiosa – 3 (Igrejas); Civil – 10 (Sobrados, Fórum, Estância, Vila Operária, Fábricas, Paço Municipal, Fazenda)	
Maraú	3	Religiosa – 2 (Igrejas); Civil – 1 (Casa)	
Ibirapitanga	1	Civil – 1 (Fazenda Conjunto Ouriço – Área Rural)	
Belmonte	9	Civil – 9 (Prefeitura Municipal, Sobrado, Casas, Sindicato Rural, Fazenda, Estufa)	
Ilhéus	14	Religiosa – 4 (Igrejas e Capelas); Civil – 10 (Prefeitura Municipal, Casas, Palacete)	*Capela de Sant’Ana - Tombado pelo IPHAN nos livros de Tombo Histórico e no Livro de Belas Artes em 20.02.1984 pelo IPAC através decreto 30.483 de 10.05.1984.
Itapé	1	Civil – 1 (Casa de Fazenda)	
Lomanto Júnior	4	Civil – 4 (Casas, Barcaça, Estufa)	
Uruçuca	1	Civil – 1 (Fazenda Boa Sorte)	
Itacaré	2	Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 1 (Casa dos Padres)	

EXTREMO SUL

		Religiosa – 1 (Igreja); Civil – 12 (Sobrados, Cacimba, Estufa, Edifício, Casas, Casa de Farinha)	
Alcobaça	13		
Mucuri	1	Civil – 1 (Fazenda)	

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA**LITORAL SUL**

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
		Guanabara)	
			<p>*Marco do Descobrimto - Tombamento pelo IPHAN sob os n^{os} 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n^{os} 414 e 416 Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1º/III/74.</p> <p>*Casa de Câmara e Cadeia - Tombada pelo IPHAN sob os n^{os} 45 e 62, fls. 11 e 14 do Livro do Tombo Arqueológico, em 15/08/1968 e sob n^{os} 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Matriz de Nossa Senhora da Pena - Tombado pela IPHAN sob os n^{os} 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/07/1968 e sob os n^{os} 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Igreja da Misericórdia - Tombada pelo IPHAN sob os n^{os} 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/8/68 e sob os n^{os} 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1/03/1974.</p> <p>*Igreja do Outeiro da Glória - Tombado pelo IPHAN sob o n^o 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os n^{os} 414 e 446, Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1º/III/1974.</p> <p>*Fortim - Tombado pelo IPHAN sob os n^{os} 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14 em 15/8/1968 e sob os n^{os} 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Capela Colégio do Salvador - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN,</p>
Porto Seguro	29	Religiosa – 7 (Igrejas e Capelas) Civil – 22 (Casas, Marco do Descobrimto, Fortim, Chalé, Sobrados, Pousadas, Solar, Antiga Estação Telegráfica, Sítio, Fonte)	

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			<p>inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (Não é tombada individualmente mas faz parte de sítio tombado pelo IPHAN).</p> <p>*Casa do Ouvidor - A casa não é tombada individualmente, mas integra sítio tombado pelo IPHAN e inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001.</p> <p>*Casas à R. Dr. Antônio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, sob os nºs 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro do Tombo Arqueológico em 1/3/1974).</p> <p>*Chalé do Dr. Antonio Ricaldi - O edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inventariado pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.4-F001 (Edifício integra sítio tombado pelo IPHAN, inscrito sob os nº 45 e 62, fls. 11 e 14 no Livro de Tombo Arqueológico... em 1/3/1974.);</p> <p>* Igreja N. S. da Ajuda - Tombado pelo IPHAN sob os nºs 45 e 62 do Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/08/1968 e sob os nºs 414 e 446 do Livro de História, fls. 67 e 73, em 1º/03/1974.</p> <p>*Sítios Inventariados pelo IPAC-Ba sob o nº 32605-0.3-I002:</p> <p>Sobrado à Av. Portugal nº 390;</p> <p>Sobrado à Av. Portugal nº 526;</p> <p>Sobrado à Av. Portugal nº 532;</p>

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA
LITORAL SUL

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
			Pousada Colonial; Casa da Lenha; Casa à Av. Portugal 318; Casas Geminadas; Casa na Av. Portugal 482; Casa à Rua Mal. Deodoro 154; Solar dos Martírios; Casa à R. Mal. Deodoro 328; Antiga Estação Telegráfica; Pousada Casa Azul; Conj. Família Ribeiro Coelho; Sítio do Trancoso; Ig. de São João Batista; Fonte de N. S. da Ajuda; Cap. do Divino Espírito Santo.
Prado	2	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 1 (Sobrado)	
Nova Viçosa	5	Religiosa – 1 (Igreja) Civil – 4 (Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado, Estação Ferroviária, Casa)	
Caravelas	13	Religiosa – 1 (Catedral de Santo Antônio); Civil – 12 (Casas, Edifício, Sobrado, Chalé)	

TABULEIRO DE VALENÇA

		Religiosa – 4 (Igrejas);	
Camamú	20	Civil – 16 (Sobrados, Casas, Engenho, Antiga Prefeitura Municipal, Chalé)	
Valença	13	Religiosa – 3 (Igrejas);	

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA INVENTARIADOS PELO IPAC – BA**LITORAL SUL**

Município	Qtd. de Monumentos	Tipo(s) de Construção(ões) e Localização	Monumento(s) Tombado(s) - IPHAN
Marau	3	Civil – 10 (Sobrados, Fórum, Estância, Vila Operária, Fábricas, Paço Municipal, Fazenda) Religiosa – 2 (Igrejas); Civil – 1 (Casa)	
Ibirapitanga	1	Civil – 1 (Fazenda Conjunto Ouriço – Área Rural)	

II.5.3.3- Comunidades Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais

Do ponto de vista de sua ocupação por populações tradicionais, inclusive indígenas e quilombolas, a extensão territorial a ser cortada pelo gasoduto Cacimbas-Catu pode ser dividida, para fins de descrição histórica e etnográfica, em quatro grandes regiões, a saber, no sentido Sul-Norte:

- a) Norte Capixaba;
- b) Extremo Sul Baiano;
- c) Região Cacaueira;
- d) Recôncavo Baiano.

No que se refere às áreas ocupadas por indícios de populações quilombolas, nessas localidades foram realizadas entrevistas, as mesmas estão indicadas no mapa DE-4450.74-6521-986-BOR-018 e tabela 5.176, anexos a este documento. Constatam a localização dos territórios indígenas já regularizados. Quanto à localização dos indícios de comunidades de quilombos, como nenhum dos territórios quilombolas tratados neste diagnóstico está formalmente delimitado, apesar de caracterizados por Decreto Federal, foi possível apenas indicar, de forma aproximado, as nucleações dessas comunidades. A indicação pontual não representa todo o território de cada comunidade.

No caso das comunidades de quilombos no Recôncavo Baiano tratados, formalmente identificadas no presente estudo apenas a partir da Portaria publicada em 10 de dezembro de 2004, foi possível indicar

sua localização pontualmente no mapa, considerando que não há ainda estudos oficiais específicos sobre essas comunidades e os seus territórios.

A seguir, uma breve descrição de cada uma dessas regiões, com o objetivo de introduzir, de forma panorâmica, os contextos da presença histórica e atual de populações tradicionais em cada uma delas, para, em seguida, mapear, preliminarmente, os possíveis contextos de interferência do empreendimento com essas populações.

a) Norte Capixaba

Abrange, seguindo a diretriz do Empreendimento, no sentido sul-norte, os municípios de Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pinheiros e Pedro Canário; e a diretriz do Empreendimento desde o seu início (Km 0) até a divisa entre os Estados de Espírito Santo e da Bahia (Km 941,3).

A porção do Espírito Santo situada a norte do rio Doce foi incorporada ao seu território com a dissolução da capitania de Porto Seguro, logo após a independência do Brasil. Menos de duas décadas antes a região fora objeto da declaração de guerra do príncipe regente (depois rei João VI) aos seus então senhores, os índios Borum ou Botocudos.

A guerra aos Botocudos fez surgir o quartel de Linhares, núcleo original do atual maior centro regional, e abriu o rio Doce à navegação. Contudo, apenas no século XX a região seria de fato penetrada por uma frente econômica importante, representada pela frente madeireira que sustentou a sua economia por boa parte do século passado.

Esgotadas as principais reservas de madeira, a região seria tomada, ainda nas décadas finais do século XX, pelos plantios de eucalipto da agro-indústria de celulose; monocultura amplamente dominante em sua paisagem contemporânea.

Se não havia, no baixo curso do rio Doce, contingentes significativos de população tradicional à época da expansão pela região da supra referida frente madeireira, o mesmo não ocorria na outra importante bacia da mesma, mais ao norte, a do São Mateus ou Cricaré, na qual chegou a haver, no período imperial, entre os cursos do Cricaré e do Itaúnas, outro importante empreendimento madeireiro, direcionado para o porto da cidade de São Mateus e com vasto emprego de mão-de-obra escrava (KOINONIA, 2004), base da formação do tradicional campesinato negro que viria a caracterizar o cenário rural dos atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Atualmente, diversos núcleos de "remanescentes de comunidades de quilombos" que persistem travam uma luta desigual contra as agro-indústrias de celulose e de álcool e açúcar pela manutenção de pequenas faixas de seus antigos territórios e respectivas fontes de recursos naturais; ou pela recuperação dos mesmos, com base na legislação e nas políticas públicas de preservação de patrimônios territoriais e culturais de comunidades negras rurais ou de quilombo.

A diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu atravessa, em sua extensão inicial ao longo da faixa costeira do município de Linhares, zonas em que segmentos de população tradicional parecem já não acessar tão livremente as fontes de recursos naturais outrora disponíveis nos ecossistemas costeiros e da mata atlântica; ou no próprio oceano.

Trata-se de uma área já muito marcada, em sua paisagem, pela presença da exploração petrolífera - e dos equipamentos a ela associados, inclusive unidades de tratamento, dutos e reservatórios - bem como da pecuária e da cultura de eucaliptos.

A população das localidades tipicamente rurais de Zacarias - onde está situada a UTGC (Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas) - e de Degredo, entre os aglomerados costeiros de Povoação e Pontal do Ipiranga, mantêm os seus roçados familiares, mas, aparentemente, têm substituído o acesso aos recursos naturais já não disponíveis pela prática da carvoaria com fins comerciais.

Mais adiante, localidades costeiras tipicamente pesqueiras como Barra Seca e Uruçuquara - esta última já no município de São Mateus - parecem estar também assistindo à substituição da pesca tradicional por modalidades mais empresariais.

No município de São Mateus, a diretriz atravessa, sempre entre eucaliptais, três grandes conglomerados de comunidades de quilombos.

O primeiro desses, ainda junto à costa, situa-se nas proximidades do grande povoado de Nativo e parece ter como centro a localidade de São Miguel ou, mais especificamente, o seu núcleo denominado Ferrugem. Deste conglomerado fariam parte ainda outras localidades como a de Boca da Vala (KOINONIA, 2004).

O segundo conglomerado está situado na área em que a diretriz cruza o traçado da BR-101 e teria como referência central a localidade de Divino Espírito Santo, no vale do Rio Preto e próxima à própria rodovia, o que pode ser observado na tabela 5.177.

Incluiria ainda outras localidades ao longo do rio Preto e do córrego Grande; Santa Rita, Estiva etc.

Por fim, o terceiro e mais importante conglomerado de comunidades de quilombos, historicamente conhecido como Sapé do Norte, tem início, seguindo o sentido sul-norte da diretriz, no curso do rio Cricaré, sobretudo à sua margem esquerda, com povoações distribuídas ao longo do traçado da rodovia ES-315 (São Mateus - Boa Esperança), desde as proximidades do seu início na BR-101 (Km 60, no bairro Litorâneo) até os limites do município de São Mateus com o de Boa Esperança, mais de trinta quilômetros adiante.

Fazem parte desse conglomerado as localidades de São Jorge, Morro das Araras, Nova Vista, Dilô Barbosa, Chiado e São Domingos; e o mesmo se estende, na margem oposta do São Mateus, por povoações aparentemente mais recentes junto à BR-381, como as localidades de Quilômetro Treze e Quilômetro Catorze.

No sentido norte, o território de Sapé do Norte estende-se pelo município de Conceição da Barra, com diversas comunidades distribuídas ao longo dos cursos dos riachos Santana, São Domingos, Macuco e Angelim, dentre outros, cortados, em suas cabeceiras e, portanto, nos limites ocidentais desse território, pela diretriz do gasoduto.

Estas comunidades têm, todas, o seu território tradicional muito fortemente intrusado, hoje, pelos plantios das agro-indústrias de celulose e de álcool; e a comunidade do Angelim está entre as recentemente registradas como "remanescente de quilombo" pela Fundação Cultural Palmares (Portaria FCP 35, de 06/12/2004).

Nos limites setentrionais desse território, o povoado de Saionara e o grande povoado de Braço do Norte, também próximos à diretriz, abrigam importantes contingentes de população dos quilombos forçados a migrar de suas áreas de cultivo, mas que, mesmo a partir de situações de urbanização, seguem referidos ao seu território e comunidades de origem e fazendo uso, na medida do possível, dos recursos naturais neles ainda disponíveis (KOINONIA, 2004).

Mais para o norte, já nos municípios de Pinheiros e Pedro Canário, o duto atravessa extensas áreas de plantio de eucalipto, merecendo registro o fato deste aproxima-se da periferia urbana de Pedro Canário, na qual há contingentes de população que fazem uso de fontes remanescentes de recursos naturais no seu entorno.

b) Extremo Sul Baiano

Abrange, seguindo a diretriz do empreendimento no sentido Sul-Norte, os municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Prado, Itamaraju, Itabela, Porto Seguro, Eunápolis, Itajimirim e Itapebi; e a diretriz do empreendimento desde a divisa entre os estados do Espírito Santo e da Bahia (Km 161,419) até o cruzamento do rio Jequitinhonha (Km 429,772).

O Extremo Sul do Estado da Bahia, correspondente à porção norte da antiga capitania de Porto Seguro, permaneceu, ao longo dos três primeiros séculos de colonização, inteiramente à margem dos ciclos econômicos coloniais, com uma rarefeita população, formada pela mescla de colonos de origem portuguesa e de índios tupis, presa a diminutas povoações costeiras; e com todo o seu interior, e mesmo porções da costa, inteiramente dominados pelos muitos pequenos bandos de índios pataxós e maxacalis (SAMPAIO, 2000).

O empreendimento da guerra de apresamento e de extermínio aos povos indígenas da região toma toda a primeira metade do século XIX; e o seu desfecho pode ser assinalado na constituição da aldeia indígena colonial da foz do rio Corumbau, em 1861, quando o governo provincial determinou reunir toda a população indígena remanescente e vivendo, então, junto às povoações costeiras entre as embocaduras do Mucuri e do Jequitinhonha (Sampaio, 2000).

A conquista dos índios não determinaria, porém, a expansão colonial sobre a região e, ao longo dos cem anos seguintes, o único empreendimento de porte registrado na área foi, na virada para o século XX, a frustrada tentativa de implantação de colônias ao longo do eixo ferroviário da Bahia-Minas, nos atuais municípios de Nova Viçosa e Caravelas. A região permaneceu, inclusive, quase que inteiramente à margem da grande expansão cacaueteira que, à mesma época, começava a dominar toda a região contígua de mata atlântica imediatamente ao norte.

Apenas na segunda metade do século XX, acompanhando a construção da rodovia BR-101, a região foi invadida por uma frente madeireira que, em poucos anos, devastou completamente toda a sua cobertura vegetal.

Com a rodovia, também chegou ao litoral da região a indústria do turismo que ocupa, hoje, importante lugar em sua economia, impactando, significativamente, segmentos de população tradicional, sobretudo indígena.

Em seguida ao predatório surto madeireiro, a região foi alcançada por uma frente de expansão fruticultora - principalmente do mamão - ou pela implantação, em suas áreas mais devastadas, de uma pecuária bastante extensiva e pouco produtiva. Por fim, a agro-indústria da celulose, já a partir das décadas finais do século XX, impôs à região a monocultura do eucalipto, que domina, hoje, amplamente, a sua paisagem.

A monocultura do eucalipto alterou profundamente a estrutura fundiária da região, fazendo desaparecer, inclusive, diversos núcleos de população tradicional; seja pela incorporação direta de seus territórios, seja pela extinção de muitas das poucas reservas de recursos naturais ainda existentes. Curiosamente, os remanescentes de tais reservas são hoje ferreamente controlados pela própria agro-indústria, detentora dos territórios que as abrigam, tornando-as assim igualmente inacessíveis aos segmentos de população tradicional ainda presentes.

Em circunstâncias tão adversas, os mais significativos contingentes de população tradicional na região são os segmentos étnicos representados pelas comunidades negras camponesas formadas no refluxo econômico das colônias da Bahia-Minas - dentre as quais a vila de Helvécia, no município de Nova Viçosa, tem, no contexto regional, um lugar emblemático -; e pelo povo indígena pataxó, concentrado em trechos do litoral dos municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e, no que diz respeito à proximidade da diretriz do Empreendimento, na área em torno do Monte Pascoal, municípios de Prado, Itamaraju e Porto Seguro, esta não causará impactos diretos na população dessas localidades, por conta de sua distância em relação à área de influência.

Muitos outros segmentos de população tradicional ou foram, nas últimas décadas, incorporados às periferias urbanas dos grandes centros regionais de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis e Porto Seguro; ou se encontram reorganizados em assentamentos de reforma agrária, também freqüentes na região. Outros, ainda, permanecem no que restou dos seus antigos territórios e combinam a incipiente exploração de recursos naturais e de pequenos roçados com a prática da carvoaria, que aproveita os rejeitos do corte dos eucaliptos.

A diretriz do Gasoduto Cacimbas-Catu ingressa na região pelo município de Mucuri, onde há a assinalar apenas a presença, ao longo da BR-101, do pequeno povoado de 31 de Março e da grande povoação de Itabatã, junto a uma fábrica de celulose, situadas próximas ao Km 161,2 da diretriz.

No município seguinte, Nova Viçosa, destacam-se as comunidades negras do distrito de Helvécia, em especial a própria sede do distrito, junto à BR-418, e, as mais próximas à diretriz, estão as localidades

de Engenheiro Cândido Mariano (ou Km 87), na BA/294, e de Bela Vista, na BR-101, mas ambas são distantes da diretriz, fora da área de influência indireta.

Mais para o norte, a presença de núcleos de população tradicional nas proximidades da diretriz vai se tornando mais rara e, mesmo estes, merecem pouca atenção por já não terem grande possibilidade de acesso a recursos naturais significativos.

Nos municípios seguintes, Ibirapuã, Caravelas, Teixeira de Freitas e Alcobaça -, destacam-se apenas, pela sua proximidade com a diretriz, as povoações de Cascata, junto à BA/290 e ao rio Itanhém, entre os municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça; e a de Pouso Alegre, neste último.

No trecho em que cruza os municípios de Itamaraju, Itabela, Porto Seguro, Eunápolis, Itajimirim e Itapebi, a diretriz corta, quase em sua totalidade, áreas de eucaliptais e pastagens, com muito pouca presença humana.

Nesse trecho, merece destaque a proximidade com que a diretriz tangencia as periferias urbanas de Itamaraju, distante cerca de 2,5Km de seu perímetro urbano, e de Itabela, distante 2Km. Bem como o grande povoado de Guarani no município do Prado, distante 5Km da diretriz. Essas são áreas com evidente presença de segmentos populacionais, inclusive acampados, como no município de Itabela, que recorrem, subsidiariamente, à exploração de recursos naturais do seu entorno potencialmente impactáveis pelo empreendimento, caso não sejam adotadas as medidas compensatórias necessárias.

Vale referir ainda, justamente no trecho entre as sedes urbanas de Itamaraju e Itabela, a presença das comunidades indígenas pataxó, denunciada por sua forte presença em pequenos pontos de comércio ao longo da BR-101, nos quais se vendem principalmente, peças de artesanato em madeira, sementes e fibras vegetais e onde é possível manter roçados próximos, alguns derivados de mandioca.

Nesse trecho, porém, a diretriz do gasoduto desloca-se para oeste da BR-101, mantendo desta uma distância em média superior a 5 km, enquanto que as comunidades e os territórios pataxós situam-se a leste da rodovia.

c) Região Cacaueira

Abrange, seguindo a diretriz do Empreendimento no sentido Sul-Norte, os municípios de Belmonte, Mascote, Camacan, Arataca, Jussari, Itabuna, Governador Lomanto Júnior, Itajuípe, Ilhéus, Coaraci, Itapitanga, Aurelino Leal, Gongoji, Itajibá, Ipiaú, Ibirataia, Nova Ibiá, Gandu, Wenceslau Guimarães,

Teolândia, Presidente Tancredo Neves, Valença e Laje; e a diretriz do empreendimento desde o cruzamento do rio Jequitinhonha (Km 429,772) até o cruzamento do rio Jequiriçá (Km 791,102).

Nesta vasta região da mata atlântica correspondente, historicamente, à capitania de Ilhéus, a população colonial manteve-se, também, por três séculos, absolutamente presa a pequenas povoações costeiras sem maior expressão econômica, o que motivou, inclusive, a extinção da capitania no século XVIII.

Apenas no início do século XIX, com o ordenamento, pelo governo regencial, da guerra de extermínio às populações indígenas do interior da região, tornou-se propícia a progressiva ocupação colonial desta área.

Contudo, foi apenas a partir do final daquele século que, com a implantação da lavoura cacaueteira, teve início o ciclo econômico que veio a definir o perfil sócio-econômico muito marcadamente típico da região até o presente.

A base populacional da região, formada a partir do início do ciclo cacaueteiro, reúne mesclas de contingentes imigrados a essa época de outras áreas do nordeste com segmentos de população local, basicamente indígena. A presença negra é destacável quase que apenas ao longo da costa, em núcleos de povoamento mais antigo.

Há aqui, abrangendo áreas de dois municípios cruzados pela diretriz, duas importantes terras indígenas: a Reserva Caramuru-Paraguaçu, parcialmente situada no município de Camacan; e a Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada quase toda ela no município de Ilhéus.

As características próprias da lavoura cacaueteira, que exige a permanência de um ambiente de mata e o consorciamento do cacaueteiro com outras espécies que lhe fazem o sombreamento, fazem com que seja possível, apesar da monocultura, a exploração subsidiária de outros recursos próprios de um ecossistema de mata.

A presença de imóveis rurais cacaueteiros de médio e grande porte, quase sempre já bem consolidados, faz com que quase não haja, nas áreas atravessadas pela diretriz, segmentos de população tradicional territorialmente autônomo. Contudo, a relativamente grande quantidade de mão-de-obra exigida pela lavoura cacaueteira e a referida disponibilidade de outros recursos a ela associados faz com que haja, aí, contingentes importantes de população rural que, mesmo agregados às fazendas ou vivendo em povoações maiores - principalmente ao longo das vias de trânsito e dos principais rios -, quando não

nas próprias periferias urbanas, lança mão desses recursos como um importante componente de sua reprodução física e social, mantendo assim, pois, características de população tradicional.

A diretriz ingressa na região cruzando o interflúvio entre os cursos dos rios Jequitinhonha e Pardo, onde, quase que de imediato, a paisagem de eucaliptais dominante no Extremo Sul é substituída pelas "matas de cacau".

Nos municípios de Belmonte e Mascote, é já evidente, pelo comércio às margens da BR-101, a presença de exploração de recursos naturais ou associados à lavoura cacaeira, como frutos (banana, jaca), fibras e madeira (utilizadas em artesanato), ou mesmo da avifauna. O rio Pardo é, ainda, um importante recurso pesqueiro, como demonstra o permanente comércio de pitus junto à sua ponte.

As referências para identificação dos contingentes populacionais que lançam mão desses recursos são as povoações de Santa Maria Eterna (município de Belmonte), Teixeira do Progresso e São João do Paraíso (município de Mascote) e os seus arredores.

No trecho seguinte, após o rio Pardo, a diretriz ingressa na área central da região cacaeira, do município de Camacan ao de Itapitanga, onde as concentrações populacionais se adensam.

Dentre os núcleos populacionais que exploram os recursos naturais, destacam-se, sempre no sentido Sul-Norte, o povoado de Leventura, no município de Camacan, praticamente um subúrbio da sede municipal; o povoado de Anuri, no município de Arataca; a própria sede do município de Jussari, um acampamento de trabalhadores rurais próximo (Km 5 da BA/269) e o povoado de Areia Branca, no mesmo município; os distritos de Itamaracá e Ferradas, no município de Itabuna, o último uma extensão de periferia urbana da própria cidade. No trecho em que já há faixa de dutos, destacam-se os povoados de Sequeiro Grande e São Cristóvão, além da sede municipal, no município de Itajuípe; o distrito de Pimenteira, no município de Ilhéus; e os povoados de Três Braços, no município de Coaraci, e de Entroncamento, no município de Itapitanga, estes dois últimos ao longo da BA/124, no trecho entre as duas sedes municipais.

Em seguida, a porção ocidental do município de Aurelino Leal, no distrito de Poço Central, cortada pela faixa de dutos, representa um hiato em que as "matas de cacau" cedem temporariamente espaço em uma área bastante devastada e ocupada principalmente por pecuária, paisagem que se mantém até o interflúvio entre o Gongoji e o rio de Contas, onde voltam as "matas de cacau".

A povoação de Tapirama, no extremo noroeste do município de Gongogi e às margens do rio de Contas, no Km 654, próxima à faixa cerca de 450m, representa um bom exemplo de comunidade tradicional da região cacauceira, com uma população de fenótipos predominantemente indígenas, e que recorre, para a sua reprodução, à exploração de recursos pesqueiros, de frutos e fibras associados à cacauicultura, e aos serviços temporários em fazendas.

Após cruzar o rio de Contas bem próximo ao distrito de Japomirim e à sede municipal de Ipiaú, a faixa de dutos segue margeando os traçados da BA/015 e do rio Gandu, junto aos quais destacam-se os seguintes núcleos de povoamento com acesso aos recursos naturais próprios da região: acampamento Carlos Marighela no município de Ipiaú; periferia da cidade de Ibirataia e vila de Algodão no mesmo município; povoado de Paiol no município de Nova Ibiá; e, por fim, as próprias periferias urbanas das cidades de Gandu e Wenceslau Guimarães.

Ao norte da região cacauceira (municípios de Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves, Valença e Laje), a concentração de plantios de cacau já não é tão intensa junto à faixa de dutos, alternando-se com outros cultivos e com áreas de pastagem.

Após cruzar a BR-101 muito próximo à sede urbana de Wenceslau Guimarães, a faixa já não segue tão próxima as povoações mais destacáveis e o trecho tem uma densidade populacional nitidamente menor que a da área central da região cacauceira.

Contudo, certamente por isto mesmo, a área concentra faixas relativamente conservadas de vegetação nativa e, em todo o trecho, o comércio às margens da BR-101, principalmente de frutos, fibras e derivados de mandioca - deixa evidente a presença de segmentos de população tradicional, com acesso direto a recursos primários e com possibilidades de exploração de pequenos roçados familiares, o que não é comum no restante da região.

Merece destaque, como referência para a presença desse tipo de população e respectiva base econômica, a região do Quebra-Machado, nos limites dos municípios de Valença e Laje.

d) Recôncavo Baiano

Abrange, seguindo a diretriz do Empreendimento no sentido sul-norte, os municípios de Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Maragojipe, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca; e a diretriz do empreendimento desde o cruzamento do rio Jequiriçá (Km 791,102) até o seu final (km 941,300).

O Recôncavo é uma das regiões de mais antiga colonização do país. Foi ocupada, desde o século XVI, pela monocultura canavieira e, em sua porção mais central, também por uma tradicional agromanufatura fumageira.

Historicamente formada, pela monocultura colonial de exportação, a região foi maciçamente povoada por contingentes de mão-de-obra escrava de origem africana e os contingentes negros seguem sendo, hoje, a imensa maioria de sua população, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

O longo período de decadência e de estagnação econômicas que marcou a história da região, desde o século XVIII até meados do século XX, liberou contingentes de mão de obra que, relativamente autônomos, vieram a formar o tradicional e muito típico campesinato negro da região.

Nos municípios situados mais ao sul (Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Maragojipe, São Félix e Cachoeira), após o declínio das grandes monoculturas ainda no período colonial, a emergência, na segunda metade do século XX, de cultivos comerciais (como o dendê, a pimenta-do-reino e o cravo) e de alguma fruticultura (principalmente da banana), dentre outros, não chegou a abalar a sua estrutura fundiária, dominada por pequenas e médias unidades rurais, nas quais tais cultivos se alternam com alguma pecuária e, ainda, com a tradicional exploração da mandioca, que dá nome a um dos principais centros urbanos da região - Nazaré das Farinhas -; ou com a também tradicional agromanufatura do fumo, típica dos municípios de Maragojipe, São Félix e Cachoeira.

Uma tal ocupação rural, ainda que caracterizada pela presença de cultivos comerciais, convive muito bem com a presença de segmentos territorialmente autônomos de população tradicional, os quais inclusive chegam, por vezes, a também explorar tais cultivos, ao lado de cultivos para autoconsumo e do acesso direto a recursos naturais; estes ainda razoavelmente disponíveis em faixas relativamente preservadas de vegetação nativa e nos extensos manguezais estuarinos e costeiros da Baía de Todos os Santos.

Já no município de Santo Amaro, o mais marcada e tipicamente canavieiro de toda a região, a expansão, nas últimas décadas, da agro-indústria álcool-açucareira fez desaparecerem alguns núcleos de população tradicional que ainda subsistiam em meio a áreas de plantio da monocultura. Neste município, os segmentos de população tradicional parecem estar situados, principalmente, nas faixas costeiras e ocidentais do município, onde não há tanta concentração de plantios de cana-de-açúcar.

Por fim, nos três municípios mais setentrionais dentre os aqui tratados (São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca), a exploração petrolífera veio, a partir de meados do século XX, a modificar

significativamente a sua paisagem rural, provocando também a crescente urbanização de suas populações, hoje concentradas nos setores industrial e de serviços.

Contudo, segmentos de população tradicional parecem subsistir aqui; seja concentrados em alguns poucos povoados maiores; seja em diminutas aglomerações camponesas autônomas próximas ao curso dos rios e às vias de trânsito; seja ainda nas periferias urbanas, destacadamente a de São Sebastião do Passé.

No trecho inicial da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu na região, em que há, já, uma faixa de dutos implantada (municípios de Jaguaripe, Aratuípe, Muniz Ferreira e Nazaré), merecem destaque as relativamente amplas reservas de recursos naturais ainda existentes, destacadamente no flanco ocidental do município de Jaguaripe, distrito de Palma (ou Cunhaji), exploradas pela população tradicional desse distrito.

Também no município de Muniz Ferreira, a diretriz (próximo ao Km 818,3) cruza áreas de exploração tradicional das povoações de Onha, Rio Grande, Bangola e Sodoma, no vale do rio Jaguaripe. Essa exploração tradicional evidencia-se pelo tipo de artefatos confeccionados nessas comunidades, pelo tipo de ocupação rural (pequenas propriedades) e pela presença de algumas faixas de vegetação mais densas que se estendem em torno das povoações.

Em direção ao norte, onde ainda não há faixa de dutos (municípios de Maragojipe e São Félix), a diretriz segue cruzando áreas em que ocorre exploração de recursos naturais por parte de segmentos de uma população tradicional sempre marcadamente negra, como em toda a região.

Em síntese, destacam-se, em todo esse trecho meridional da diretriz na região (entre os cursos do Jequiriçá e do Paraguaçu), concentrações mais definidas de população tradicional no interflúvio entre os rios Jequiriçá, da Dona e Jaguaripe (municípios de Jaguaripe e Aratuípe); no vale do rio Jaguaripe (municípios de Muniz Ferreira e Nazaré); e mais próximas ao vale do rio Paraguaçu (municípios de Maragojipe e São Félix).

Na margem oposta do Paraguaçu, já no município de Cachoeira, o espaço é, nitidamente, quase todo ocupado pela presença de população tradicional, ainda que agregada a fazendas. Têm-se aí, na verdade, no recôncavo da bacia do Iguape, formada pelo estuário do Paraguaçu, um grande território negro onde estão situados quatro grupos de comunidades recentemente registrados pela Fundação Cultural Palmares como "remanescentes de quilombos" (Portaria FCP 35, de 06/12/2004); e onde, de fato, qualquer outra comunidade rural é passível de uma tal caracterização e registro.

Pouco adiante, Já no flanco ocidental do município de Santo Amaro, nos arredores do povoado de Arraial da Pedra, há ainda pequenos sítios e alguma concentração de população rural com características tradicionais.

Em direção a leste, porém, à medida em que a diretriz afasta-se do vale do Paraguaçu e se aproxima da cidade de Santo Amaro, intensificam-se as áreas de plantio de cana-de-açúcar e tornam-se mais esparsos os sinais de presença de população tradicional.

A maior parte do percurso da diretriz no município de Santo Amaro e no flanco ocidental do município de São Sebastião do Passé - distrito de Jacuípe - é amplamente dominado pela agricultura da cana-de-açúcar, sendo pequena a presença de segmentos de população tradicional. Destacam-se, dentre esses, as localidades de Estado e Santo André, no segundo município; devendo ser também referidas as povoações vizinhas de Mata da Aliança - no município de Amélia Rodrigues - e de Rio Fundo e Paranaguá - no município de Terra Nova - que, embora fora da área de influência indireta do empreendimento, nitidamente exploram remanescentes de recursos naturais na AII, como lenha, frutos e pesqueiros.

Vale ainda observar que, nesse trecho, nos limites setentrionais do núcleo urbano de Santo Amaro, há, inclusive, segmentos de população de periferia urbana lançando mão de recursos naturais do seu entorno.

Por fim, a diretriz proposta para o gasoduto Cacimbas-Catu atinge, em seu trecho final, nos municípios de São Sebastião do Passé, Catu e Pojuca, áreas já extremamente marcadas pela presença da exploração petrolífera, inclusive com a intensa presença, em sua paisagem, de dutos e reservatórios.

A exploração direta de recursos naturais e a agricultura camponesa parecem, entretanto, permanecer ainda bastante presentes nessas áreas, praticadas, não só em pequenos núcleos mais propriamente rurais, mas também pela população de alguns povoados e de seus entornos, como os de Banco de Areia (no município de São Sebastião do Passé), ou de Pedras e Caçarongongo (no de Catu); todos junto ao curso do rio Pojuca; ou motivados ainda pela população pobre da periferia da cidade de São Sebastião do Passé, ao longo do curso do rio Jacuípe.

Esses segmentos de população negra exploram remanescentes de vegetação nativa e recursos pesqueiros ainda existentes nas proximidades da diretriz; onde há, também, a presença de roçados, muitos deles espremidos entre estradas, riachos e dutos.

II.5.3.3.1- Comunidades Indígenas

Há, dentre os municípios cortados pela proposta de diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu, seis com presença, em seus territórios, de terras e comunidades indígenas: Prado, Itamaraju, Porto Seguro, Belmonte, Camacan e Ilhéus.

E há, nesses, sete Terras Indígenas, que são:

Terra Indígena	Município(s)
Território Pataxó do Monte Pascoal	Prado, Itamaraju e Porto Seguro
Terra Indígena Imbiriba	Porto Seguro
Terra Indígena Aldeia Velha	Porto Seguro
Terra Indígena Coroa Vermelha	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália
Território Tupinambá de Belmonte	Belmonte
Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu	Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil
Terra Indígena Tupinambá de Olivença	Ilhéus, Buerarema e Una

A seguir, analisar-se-á, cada um desses territórios, com destaque para a sua constituição histórica, situações demográfica e jurídica atual e situação com relação à diretriz do Empreendimento.

Além desses territórios em que há comunidades indígenas formalmente constituídas, reportar-se-ão três outras localidades onde há patrimônios e população de definida origem indígena: o distrito de Vale Verde, no município de Porto Seguro; o pequeno patrimônio de Santo Antônio dos Índios, no município de Aratuípe; e o povoado e patrimônio de Santo Antônio de Aldeia, no município de Maragojipe.

a) Território Pataxó do Monte Pascoal

A região do atual Extremo Sul Baiano tinha, ao se iniciar o século XVI, a sua faixa costeira ocupada principalmente por segmentos indígenas tupis, que haviam ingressado na região alguns séculos antes, expulsando para o interior os diversos grupos do tronco lingüístico Macro-Jê aí situados.

Os Tupis foram muito fortemente impactados pela primeira frente colonial européia e, ao final daquele século, subsistiam, na região, apenas em dois aldeamentos missionários ou junto a povoações de colonos.

Os grupos interioranos, contudo, organizados em numerosos pequenos bandos muito móveis - e que costumavam, inclusive, incursionar sobre o litoral, que ocupavam temporariamente, atacando, por vezes, e com muito sucesso, as pequenas povoações coloniais, como faziam antes às dos tupis -, lograram resistir em sua autonomia até o início do século XIX, quando passaram a enfrentar a guerra de apresamento e extermínio contra eles determinada pela Coroa portuguesa (SAMPAIO, 2000).

Consumada a conquista, remanescentes desses grupos, principalmente da família lingüística maxacali, com destaque para o grande segmento étnico denominado pataxó, foram compulsoriamente reunidos junto às povoações coloniais costeiras de Porto Alegre (Mucuri), Caravelas, Alcobaça, Prado, Cumuruxatiba e Santa Cruz, até que, em 1861, o governo da província da Bahia determinou o seu ajuntamento em um aldeamento único, a ser implantado junto à foz do rio Corumbau; uma área costeira de extensos manguezais a meio caminho entre as cidades de Prado e Porto Seguro, e já tradicionalmente freqüentada pelos pataxó anteriormente à conquista, como bem o reporta, o Príncipe de Wied-Neuwied (1820).

Não mais representando ameaça aos incipientes empreendimentos coloniais da época, os índios reunidos no aldeamento do Bom Jardim, mais tarde Barra Velha (pelo deslocamento da foz do Corumbau), voltaram a viver em relativamente grande isolamento, explorando um vasto território de manguezais e brejos costeiros e de mata atlântica, delimitado, à altura da costa, pelas pequenas povoações coloniais de Cumuruxatiba, ao sul, e de Caraíva, ao norte; estendendo-se para o interior desde o curso do rio Caraíva, ao norte, à bacia do Caí, ao sul, e até a cadeia de serras em que se destaca o Monte Pascoal, a oeste.

Essa comunidade indígena, formada pelo amálgama de populações de origem muito diversa, que incluía, dentre outros, desde pataxós recém trazidos das matas até segmentos de tupis há séculos estabelecidos junto a povoações coloniais costeiras, persistiria em seu isolamento até a metade do século XX. Apenas na década de 1940, registrar-se-ia uma primeira intervenção do governo federal sobre o seu território tradicional, representada pela comissão de estudos encarregada de projetar uma área de conservação que deveria, em conformidade com as concepções técnicas vigentes à época, preservar tanto patrimônios de fauna e flora, quanto o sítio histórico do descobrimento, (representado principalmente pelo Monte Pascoal); como a população indígena ali abrigada.

A mesma época, representantes dos pataxós ensaiaram os primeiros contatos com as autoridades indigenistas republicanas que, entretanto, foram abrupta e um tanto misteriosamente interrompidos em um violento episódio de confronto com a população do pequeno povoado próximo de Corumbau e

com as forças policiais da região, que resultou, para a comunidade indígena, em uma brutal repressão - com espancamentos, incêndios e estupros (CARVALHO, 1977) - cujos traumas são ainda hoje, duas gerações após, muito nitidamente presentes em sua população.

Criado em 1943 por um decreto federal que não lhe definiu limites, o Parque Nacional do Monte Pascoal foi implantado apenas em 1961 sobre uma área doada pelo Estado da Bahia - e a critério deste - compreendida entre os cursos do Caraíva e do seu afluente Cemitério, ao norte, e do Corumbau, ao sul; tendo exatamente ao centro de sua porção ocidental o Monte Pascoal e de sua porção costeira a aldeia de Barra Velha.

Sem a proteção da autoridade indigenista federal, os pataxós foram tratados pela autoridade ambiental encarregada de implantar o Parque como simples "posseiros" e, enquanto tais, forçados a abandonar as suas casas e roçados.

Coincidindo a ocasião com o início do ciclo madeireiro que devastou a região nas décadas seguintes, com a construção da BR-101 e com a intensificação de um processo de urbanização, dispersaram-se os pataxós pela região, assumindo, alguns, postos subalternos nos emergentes novos empreendimentos econômicos regionais (SAMPAIO, ib.)

Não demorou muito, porém, para que as duras condições de vida na diáspora viessem a instar muitos dos pataxós a retornar, de modo crescentemente organizado, para a sua aldeia, da qual muitos dos parentes jamais chegaram a sair. Passaram então a enfrentar decididamente a guarda do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e a voltar a tentar, mais de uma década após o trauma de 1951, o contato com autoridades federais indigenistas.

Apenas em 1971 a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) implantou um Posto Indígena em Barra Velha, acordando com o IBDF a permanência da aldeia e a exploração agrícola, pelos índios, das áreas de capoeira no interior do Parque; e deflagrando, nos anos seguintes, um processo de negociação com o órgão florestal para a partilha da área, o qual redundaria, em 1980, em um acordo que definiu e demarcou uma área de 8627 hectares para domínio indígena. Esta foi homologada em 1991 e registrada - em 1992 no CRI de Porto Seguro e em 1996 no SPU - com a designação de Terra Indígena Barra Velha.

A Terra Indígena Barra Velha e o Parque Nacional do Monte Pascoal são apenas mais um caso, dentre os mais de trinta existentes em todo o país, de superposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Com a demarcação, a longamente reprimida demanda indígena por território seria desafogada com a implantação, ainda na década de 1980, de duas novas aldeias, as de Boca da Mata e Meio da Mata, à margem direita do Cemitério e do Caraíva.

Enquanto isto, os pequenos núcleos de povoamento e de tradicional exploração econômica pataxó ao Sul do Corumbau, apartados do seu núcleo principal pela implantação do Parque e sem as atenções da autoridade indígenista, sofreram, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a pesada e violenta pressão da frente madeireira e da especulação imobiliária sobre o seu território, o que fez com que, também aqui, a população pataxó fosse esbulhada em suas formas tradicionais de subsistência e forçada a uma dispersão que viria, por algum tempo, a desarticular socialmente a maioria desses núcleos.

Dentre esses, apenas uma pequena comunidade concentrada nas cabeceiras do Córrego da Onça, afluente do Corumbau, logrou, a partir de 1985, a deflagração de um processo de regularização fundiária do remanescente de suas posses, que redundaria, apenas em 1998, com a demarcação e homologação de uma área de 1186 hectares registrada - em 2000 no CRI do município do Prado com a designação de Terra Indígena Águas Belas.

Também na década de 1980, um grupo de famílias pataxós que vivia da venda de artesanato acampado às margens da BR-498 (rodovia de acesso da BR-101 à sede do Parque Nacional), obteve de um fazendeiro, por mediação da Igreja Católica, a doação de uma pequena área de 1,3 hectare, junto ao entroncamento das duas rodovias, onde está hoje a pequena aldeia do Trevo do Parque.

Ao longo da década de 1990, os pataxós, crescentemente organizados e valendo-se da visibilidade alcançada com a aproximação do evento dos quinhentos anos do descobrimento, em 2000, deram início a um processo reivindicatório sistemático pela regularização e liberação, pelo governo federal, do seu território tradicional, em conformidade com o disposto no Artigo 231 da Constituição e com base nos estudos técnicos pertinentes.

Parte importante dessa estratégia seriam as "retomadas" ou ocupações, pelos índios, de faixas desse território, em especial as mantidas sem uso produtivo mais definido por parte dos seus detentores formais.

A primeira dessas retomadas, em 1998, ocupou, estrategicamente, a faixa de terras entre o limite norte da Terra Indígena Águas Belas e o limite sul do Parque Nacional de Monte Pascoal - onde já havia, inclusive, um assentamento de reforma agrária do Incra, reorganizando aí a aldeia do Corumbauzinho.

Por fim, a 18 de agosto de 1999, a FUNAI editou a Portaria que criou o Grupo Técnico encarregado da realização dos estudos para identificação e delimitação da Terra Indígena Corumbauzinho e revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 seguinte. Entre uma e outra data, a 19 de agosto, os pataxós empreenderam a mais importante de suas retomadas, ocupando integralmente o Parque Nacional de Monte Pascoal e assumindo a sua administração (SAMPAIO, 2000).

Atual mente, os estudos para identificação e delimitação do território pataxó do Monte Pascoal, sucessivamente interrompidos por motivos diversos, estão ainda em curso, tendo a sua conclusão prevista para o final de 2004.

Enquanto isto, parte dos pataxó mantém, com o Ibama, um acordo formal de gestão compartilhada do Parque e que tem, como contrapartida governamental, a implantação de programas de desenvolvimento sustentável nas quatro comunidades situadas em terras já demarcadas (Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata e Águas Belas).

Nos anos iniciais do século XXI, os pataxós seguiram empreendendo as retomadas, muitas delas bloqueadas judicialmente por fazendeiros em função da ausência, ainda, de conclusão formal, pelo governo federal, do processo de identificação e regularização de todo o tradicional território indígena.

Desde 2000, porém, os pataxós conseguiram, em retomadas bem sucedidas, implantar três novos aldeamentos em pontos estratégicos desse tradicional território: a Aldeia Nova do Monte, junto à entrada do Parque Nacional, no Km 0 da BR-498; a do Guaxuma, à margem da BR-101 (Km 773), junto ao ponto em que essa cruza o rio Guaxuma, no extremo noroeste do território reivindicado (ambas junto aos limites do município de Porto Seguro); e a do Craveiro, no vale do rio Corumbau (município do Prado), entre as aldeias do Corumbauzinho e de Nova do Monte.

Por outro lado, tentativas de retomadas por parte de segmentos de população pataxó vivendo mais próximos da faixa costeira do município do Prado foram, nesse período, violentamente reprimidas por seus atuais ocupantes, principalmente fazendeiros, e mesmo a pequena comunidade indígena do Pequi, espremida entre fazendas, se viu compungida a abandonar suas posses por pressões dos seus vizinhos; exatamente como ocorrera, alguns anos antes, com a comunidade que vivia nas proximidades da barra do rio Caí.

Atualmente, muitas famílias pataxós desterradas nessa região vivem na periferia da vila de Cumuruxatiba, ou em lotes do vizinho assentamento rural homônimo, e três grupos familiares extensos

estão temporariamente abrigados em áreas já desmatadas do Parque Nacional do Descobrimento, junto ao limite sul do território tradicional, após tentativas frustradas de retomadas de áreas vizinhas hoje ocupadas por fazendas. São as "aldeias" de Alegria Nova, Tauá e Tiba.

Segundo dados da Funasa (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2004), responsável pelo atendimento às comunidades indígenas, a população pataxó no território do Monte Pascoal tem, hoje, os seguintes números e distribuição:

Tabela 5.171- Comunidades no município de Porto Seguro

Barra velha	1.856
Boca da Mata	1.029
Meio da Mata	117
Total	3.002

O número referente a Boca da Mata inclui também a população das novas aldeias do Guaxuma e Nova do Monte, que é de cerca de uma centena de indivíduos em cada uma delas.

Tabela 5.172- Comunidades no município do Prado

Águas Belas	839
Corumbauzinho	211
Total	1.050

Do número total de Águas Belas, apenas cerca de 10% vive de fato na área demarcada correspondente à Terra Indígena Águas Belas; o restante está no entorno da vila de Cumuruxatiba ou nas três localidades internas ao Parque Nacional do Descobrimento.

Por sua vez, o total de Corumbauzinho inclui também a nova aldeia do Craveiro, que tem cerca de 50 habitantes.

Tabela 5.173- Comunidade no município de Itamaraju

Trevo do Parque	148
Total Geral	4.200

O ponto do tradicional território pataxó do Monte Pascoal mais próximo à diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu é o seu extremo sudoeste, na confluência das rodovias BR-101 e BR-498, onde está

localizada, no ângulo interno ao território, a aldeia do Trevo do Parque, a cerca de 2,5 quilômetros da diretriz.

A distância mais próxima da diretriz para áreas já demarcadas e regularizadas é de cerca de 18 quilômetros, para o extremo ocidental da Terra Indígena Barra Velha, junto à aldeia da Boca da Mata. Por sua vez, a Terra Indígena Águas Belas está a uma distância mínima de cerca de 25 quilômetros da diretriz.

Tabela 5.174- Principais distâncias de comunidades indígenas do território do Monte Pascoal para a diretriz

Comunidade	Km
Trevo do Parque	2,5
Guaxuma	8
Nova do Monte	12
Boca da Mata	18
Craveiro	18
Águas Belas	25
Corumbauzinho	25
Meio da Mata	25

As demais comunidades, situadas no exterior da base cartográfica adotada para o presente estudo, estão a mais de 30 quilômetros da diretriz.

As vias de acesso ao território pataxó do Monte Pascoal, internas e externamente a este, não sofrerão interferência significativa do gasoduto Cacimbas-Catu, nem das prováveis vias de acesso a este, de acordo com a diretriz proposta. Apenas rodovias federais próximas ao território indígena são interceptadas por essa diretriz, a saber: a BR-101, em seu trecho entre a aldeia do Trevo do Parque (entroncamento com a BR-498) e a cidade de Itamaraju (entroncamento com a BR-489); e a BR-489, em seu trecho entre o povoado de Guarani e a cidade de Itamaraju.

b) Terra Indígena Imbiriba

A comunidade de Imbiriba foi formada, na primeira metade do século XX, pela migração de uma família extensa de pataxós originária de Barra Velha. Nessa localidade, próxima à margem direita do

Rio do Frade, formou-se, em seguida, contiguamente à comunidade indígena, o povoado de Itaporanga.

Os estudos para identificação e delimitação do território da comunidade, realizados entre 1985 e 1986, definiram, inicialmente, uma área de cerca de 980 hectares. Contudo, antes que essa fosse definitivamente regularizada, segmentos da própria comunidade indígena abriram mão de suas posses, negociando-as com seus vizinhos não indígenas, ou optaram por regularizá-las como unidades particulares. Assim, a área enfim demarcada, homologada pela Presidência da República apenas em 2004, tem somente 398 hectares.

Os dados da Funasa (2004) informam que a população de Imbiriba é de 226 habitantes.

Situada junto ao traçado previsto para a rodovia BA/001, em seu prolongamento ao sul do povoado costeiro de Trancoso, Imbiriba está a cerca de 40 quilômetros a leste da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu e não sofre interferências desta em suas vias de acesso.

c) Terra Indígena Aldeia Velha

A localidade de Aldeia Velha, anterior e historicamente identificada como Santo Amaro, é referida como local de aldeamento indígena desde o século XVI (MASCARENHAS, 1998).

Após o primeiro século de colonização, o local, caracterizado pela presença de um extenso manguezal, parece ter se mantido como área de exploração e, eventualmente, de habitação, por parte da população indígena do aldeamento da Patativa (atual distrito de Vale Verde), um dos dois únicos aldeamentos coloniais que sobreviveram àquele século e que se manteve enquanto tal até o período imperial.

No século XX, a área foi formalmente apropriada como uma fazenda, mas parece nunca ter deixado de haver presença de população tradicional permanentemente estabelecida em seus limites, mesmo em meio a algumas situações de conflito com os seus proprietários formais.

Na década de 1980, a população aí estabelecida e ainda vinculada por parentesco à comunidade de Vale Verde passou a conviver mais regularmente com grupos de pataxós originários do território do Monte Pascoal - e dispersados, como se viu acima, a partir do início da segunda metade do século XX, os quais estavam, então, passando a se reunir regularmente no núcleo urbano vizinho do Arraial da Ajuda, onde chegaram a fundar, no início da década de 1990, a Associação dos Pataxó Sem-Terra (SAMPAIO, 2000).

Vale referir que, desde a sua criação no século XIX, a comunidade indígena de Barra Velha parece ter sempre mantido, apesar da distância, relações com a de Vale Verde (então Vila Verde), cuja população original certamente participou da formação da própria Barra Velha. Com efeito, até o presente, famílias de Barra Velha são capazes de traçar relações de parentesco e descendência que as vinculam a grupos familiares de Vale Verde.

Em 1998, um grupo de algumas dezenas de famílias pataxós empreenderam, com o apoio das famílias que já viviam na área, a sua retomada, o que foi facilitado pela absoluta ausência de exploração produtiva por parte dos seus proprietários formais.

Imediatamente após a ocupação indígena, a FUNAI, instada pelo Ministério Público Federal, instituiu Grupo Técnico para os estudos de identificação e delimitação da área, os quais foram, contudo, interrompidos em seguida e retomados apenas em 2002, estando, atualmente, segundo informação da CGID (Coordenação Geral de Identificação e Delimitação) da FUNAI, em fase de análise preliminar do seu relatório. Há um posto da FUNAI instalado nessa localidade.

A Terra Indígena Aldeia Velha consiste em um retângulo de aproximadamente 2000 hectares situado entre o estuário do rio Buranhém, ao norte, e a rodovia de acesso da BA/001 ao núcleo urbano de Arraial da Ajuda, ao sul, e imediatamente a oeste deste núcleo.

A Funasa informa que Aldeia Velha conta hoje com uma população de 445 habitantes indígenas.

Confronte à própria sede municipal de Porto Seguro, Aldeia Velha está a cerca de 50 quilômetros a leste da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu e sem nenhuma interferência com esta.

d) Vale Verde

Conforme dito, a atual vila de Vale Verde, sede do distrito homônimo no município de Porto Seguro, tem sua origem em um aldeamento indígena - o da Patativa - estabelecido ainda no século XVI.

Elevada à atual categoria de vila já em 1760, com a expulsão dos jesuítas, e passando a denominar-se então Vila Verde, a povoação permaneceu, contudo, formalmente reconhecida e administrada como aldeamento indígena até o final do período imperial; e a localização dos seus marcos de delimitação é ainda hoje bem conhecida dos seus habitantes.

No século XX, a população do local, denominado agora Vale Verde, concentrada principalmente em seu pequeno núcleo urbano e explorando pequenos sítios à sua volta, permaneceu relativamente à

margem do surto madeireiro e de turismo que abalou a região e de modo especial o município ao final do período.

Na segunda metade da década de 1990, quando o município vivia o rebuliço relacionado com a aproximação do evento dos quinhentos anos do descobrimento, líderes da comunidade de Vale Verde, auto-identificados como indígenas, chegaram a manter contato com representantes dos pataxós - então engajados nas retomadas em Aldeia Velha, Monte Pascoal e Coroa Vermelha - e com o escritório do IPHAN em Porto Seguro. Pareciam interessados em avaliar as possíveis conseqüências de uma sua eventual mobilização de caráter étnico. Preocupava-os, contudo, mais imediatamente, a preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental da povoação, a qual seria cortada - como de fato o foi - pelo novo traçado pavimentado da BA/001.

A atual população de Vale Verde pode ser estimada em cerca de 1200 indivíduos, mas não é possível se especular acerca de quantos desses identificam-se como indígenas.

A localidade está situada nas proximidades da margem direita do rio Buranhém e em ambas as margens da BA/001 em seu trecho entre a BR-367 e o Arraial da Ajuda.

Está cerca de 25 quilômetros a leste da diretriz proposta para o gasoduto Cacimbas-Catu e não sofre interferências desta.

e) Terra Indígena Coroa Vermelha

Coroa Vermelha é hoje a mais populosa das aldeias indígenas dos pataxós e do Estado da Bahia, consistindo o seu núcleo urbano, de fato, em uma extensão da cidade de Santa Cruz Cabrália.

Contemporaneamente, os pataxós passaram a se estabelecer permanentemente junto à enseada da Coroa Vermelha a partir do início da década de 1970, ao final do período de construção da BR-367 - em seu trecho entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro foram atraídos pelo próprio poder público municipal de Santa Cruz Cabrália para a venda de artesanato junto ao local de desembarque da esquadra de Pedro Álvares Cabral e da celebração da primeira missa no Brasil.

Entretanto, a mesma indústria do turismo que, em sua fase inicial na região, atraiu os pataxó para a Coroa Vermelha, seria responsável, na década seguinte, pela invasão das posses indígenas na área pela especulação e pelo comércio imobiliários (SAMPAIO, 1996).

Iniciado em 1985, o processo de regularização da Terra Indígena Coroa Vermelha só foi concluído com a homologação da área em 1998, e com os seus correspondentes registros - nos CRI de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro e no SPU em 1999; já às vésperas dos eventos alusivos aos quinhentos anos do descobrimento, quando já havia mais de 300 ocupações de não índios na área, as quais foram então removidas.

A Terra Indígena Coroa Vermelha, com um total de 1494 hectares, é composta por duas glebas não contíguas. A primeira, junto à praia da Coroa Vermelha e à margem esquerda da BR-367, é onde fica a aldeia propriamente dita, local de moradia e de comércio da comunidade, com 77 hectares. A segunda, com um total de 1416 hectares, situa-se cerca de 6 quilômetros para o interior e tem uma parte no município de Santa Cruz Cabralia, com 596 hectares, ocupada por terrenos de cultivo, e outra, com 820 hectares, no município de Porto Seguro, ocupada por uma reserva de mata atlântica denominada pela comunidade de Reserva da Jaqueira e mantida por esta como área de preservação de recursos naturais e para recepção de visitantes, organizada e explorada pela comunidade através da Associação pataxó de Ecoturismo.

Nos últimos anos, a devastação e poluição de recursos naturais, sobretudo dos cursos d'água, no entorno dessa reserva, levou os pataxó a reivindicar a ampliação dos seus limites, o que está, no momento, sendo objeto de avaliação por um grupo técnico da FUNAI.

A população da Coroa Vermelha, uma aldeia com atividades baseadas principalmente no setor de comércio e serviços, cresceu e segue crescendo muito rapidamente desde a sua implantação, seja pelo fluxo de pataxós que viviam dispersos, seja pela mudança de pataxós oriundos de outras aldeias em que as condições de produtividade do trabalho agrícola vêm declinando nas últimas décadas. Atualmente, A Coroa Vermelha tem 2697 habitantes (FUNASA, 2004).

Formalmente, da Terra Indígena Coroa Vermelha, apenas a Reserva da Jaqueira, que está no município de Porto Seguro, integra a área de influência indireta do gasoduto Cacimbas-Catu. Contudo, situada a cerca de 50 quilômetros a leste da diretriz deste e não sofre influências da mesma.

f) Território Tupinambá de Belmonte

Os Tupinambás de Belmonte são o resultado de um processo de reorganização, na década de 1990, de segmentos de população indígena até então dispersos neste município.

Em março de 2003, um grupo de quarenta famílias da etnia ocupou três fazendas abandonadas nas proximidades da Lagoa do Pego, margem esquerda do rio Jequitinhonha, distrito de Boca do Córrego, onde permanece pacificamente até o presente. Cerca de sessenta outras famílias permanecem espalhadas por cidades e povoados da região, como os de Barrolândia e Santa Maria Eterna, no mesmo município.

A FUNAI estipula para 2005 a realização dos estudos de identificação e delimitação do território tupinambá de Belmonte.

A área ocupada pelos Tupinambá de Belmonte em 2003 está a cerca de 40 quilômetros a leste da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu.

g) Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu

Apesar de sistematicamente perseguidos, acudados e progressivamente dizimados desde o início do século XIX, muitos pequenos bandos indígenas conseguiram valer-se das densas matas de entre os cursos dos rios Gongoji, ao norte, e Pardo, ao sul, como áreas de refúgio até as décadas iniciais do século XX.

Com efeito, foi apenas com a expansão da lavoura cacaeira sobre essas matas que a maioria desses grupos foi, enfim, dizimada. Apenas na década de 1920, tomou o governo estadual providência para proteção desses pequenos bandos, determinando, por Lei, em 1926, a reserva de uma área de 50 léguas quadradas (180 mil hectares), destinada "à conservação das essências florestais naturais e ao gozo dos índios habitantes da região sul do Estado" (CALMON, 1926).

Além da proteção aos bandos ainda autônomos, pretendia-se que para a reserva fossem deslocados outros contingentes indígenas existentes na região, contatados e aldeados nos séculos anteriores, o que também servia a uma estratégia de liberação de terras para a expansão da lavoura cacaeira.

Entretanto, como a Lei não estipulou limites definidos para a reserva nem o Estado tomou providências para demarcá-los, toda a área continuou sendo objeto apenas da expansão de lavouras de cacau.

Apenas já na década de 1930, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) estabeleceu, nos rios Colônia e Pardo, postos e frentes de atração para o contato com os bandos indígenas ainda autônomos.

A essa altura, apenas dois bandos sobreviventes de muitos massacres foram ainda encontrados e trazidos para o posto do rio Colônia. Um bando falante de língua pataxó e designado Hã Hã Hãe, e um outro que ficou conhecido como Baenã.

Em 1936 e 1937, o Estado da Bahia e o SPI, enfim, efetuaram a demarcação de um território entre os rios Colônia, ao norte, e Pardo, ao Sul, nele incluídos os dois antigos postos de atração, com uma extensão de 54.123 hectares.

Em seguida, o SPI efetivamente promoveu o deslocamento para a área recém demarcada de alguns outros contingentes indígenas da região, a saber: cariris-sapuiás, originários das aldeias de Pedra Branca (no atual município de Santa Terezinha), então refugiados sobretudo em matas do município de Nova Canaã; algumas famílias da aldeia quinhentista de Olivença, no litoral do município de Ilhéus; Camacans, originários de antigas aldeias no médio curso do rio Pardo e então refugiados principalmente na região das cabeceiras do seu afluente Catolé; e pelo menos uma família do antigo aldeamento de São Fidélis, no município de Valença.

Os pequenos grupos recém-contatados permaneceram junto ao rio Colônia, onde foi implantado o Posto Indígena Caramuru, confronte à povoação e atual cidade de Itaju do Colônia; enquanto que os demais grupos foram abrigados mais ao sul, na bacia do rio Pardo, onde foi implantado o Posto Indígena Paraguaçu, próximo ao limite da área recém-demarcada com a povoação de Santa Rosa, atual cidade de Pau Brasil. Nessa segunda área, os Cariri-Sapuiá, mais numerosos, ocuparam o baixo e médio curso do ribeirão Mundo Novo e o Vale do Toucinho, no flanco sul da área e, mais tarde, o alto curso do rio Panelão, já no município de Camacan; os índios de Olivença ocupavam o baixo curso do ribeirão Água Vermelha, nas proximidades de Santa Rosa; e os Camacan e índios de São Fidélis ocupavam as cabeceiras do Mundo Novo, junto ao divisor de águas com o Colônia.

Contudo, a presença do SPI não impediu que a área demarcada viesse a ser invadida por fazendas de cacau e de gado; de início por meio de arrendamentos, administrados pelo próprio órgão, mas, em seguida, os arrendamentos simplesmente deixaram de ser pagos e novas áreas foram sendo invadidas e os índios violentamente expulsos de suas terras; até o ponto em que, em meados da década de 1970, praticamente já não havia comunidades indígenas no interior do perímetro demarcado.

Em meio à longa crise que culminaria com a sua extinção em 1967, o SPI simplesmente abandonou a área nas décadas de 1950 e 1960 e a FUNAI, que o sucedeu, não interveio na área durante toda a década de 1970 nem reativou o seu Posto Indígena, apesar dos insistentes apelos das famílias indígenas

que ainda resistiam em seu interior ou que haviam se refugiado em povoados e cidades próximas, ou mesmo em outros territórios indígenas.

Em 1978, o Estado da Bahia passou, unilateralmente, a conceder títulos de propriedade aos invasores da área, prática que perdurou até 1982. Neste ano, a FUNAI, enfim, com apoio da Polícia Federal, deu cobertura a um grupo de índios da área até então refugiados entre os pataxós do extremo sul que, reorganizados, empreenderam à retomada de uma das fazendas estabelecida nas proximidades do antigo Posto Paraguaçu. Em seguida, a União ingressou em juízo pela nulidade dos títulos emitidos pelo Estado da Bahia e obteve liminar para a permanência da comunidade na área recém-retomada.

Desde então, um grande número de famílias indígenas dispersas voltou a viver nos exíguos mil hectares da área retomada. Contudo, em condições de salubridade muito ruins e sempre sob a mira de pistoleiros das fazendas à sua volta, o que resultaria, nos vinte anos seguintes, em mais de uma dezena de índios assassinados; enquanto o complexo processo judicial pela nulidade dos títulos seguia intrincados trâmites no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apenas entre 1997 e 2002, com a crise da lavoura cacaueteira, conseguiu a União celebrar alguns acordos com os detentores de algumas áreas recém retomadas pelos índios, barganhando a indenização de benfeitorias em troca do reconhecimento formal, por aqueles, do direito indígena sobre as terras. Com isto, as famílias indígenas já ocupam, hoje, cerca de 12 mil hectares do total de 54 mil demarcados em 1937, e vão, aos poucos, tentando reconstituir a distribuição étnico-territorial de há seis décadas.

No segundo semestre de 2004, o processo pela nulidade dos títulos dos fazendeiros entrou enfim em pauta para votação no STF, o que, contudo, não ocorreu até o recesso judiciário ao final do ano.

A reserva indígena Caramuru-Paraguaçu abrange territórios dos municípios de Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil e a sua população indígena tem, nestes, a seguinte distribuição (FUNASA, 2004):

Tabela 5.175- Distribuição da população indígena nos municípios de Camacan, Itaju do Colônia e Pau Brasil

Camacan	147
Itaju do Colônia	54
Pau Brasil	1942
Total	2143

Formalmente, apenas a aldeia do Panelão e o seu respectivo território, situados no município de Camacan, estariam mais próximo da área de influência indireta do gasoduto Cacimbas-Catu. De fato, está aí a menor distância entre os limites da reserva e a diretriz do empreendimento, com cerca de 11 quilômetros. O Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu, no município de Pau Brasil, fica a cerca de 18 quilômetros da diretriz e a aldeia de Barretá, no município de Itaju do Colônia, mais distante, a cerca de 25 quilômetros.

Vale referir, porém, que a diretriz intercepta as duas principais vias de acesso à reserva indígena, ligações desta com a BR-101: a BR-251, no município de Camacan, e a BA/269, no município de Jussari.

h) Terra Indígena Tupinambá de Olivença

A aldeia missionária de Nossa Senhora da Escada foi implantada pelos jesuítas ao final do século XVI, em uma destacada elevação costeira, três léguas ao sul da então vila de Ilhéus, e nela foram originalmente reunidos índios tupis do litoral da capitania, a maior parte dos quais houvera sido, algumas décadas antes, brutalmente dizimada por tropas coloniais comandadas pelo próprio Governador-Geral Mem de Sá.

Em 1760, com a expulsão dos jesuítas, a aldeia passou à vila sob a designação de Olivença, condição e designação que conserva até o presente. Permaneceu, contudo, formalmente como "vila de índios" até o final do período imperial, época em que os seus habitantes eram notórios pela produção de rosários de contas de piaçava, comercializados em toda a província.

No século XX, essa notoriedade se deslocaria para as técnicas construtivas com o uso da fibra da mesma planta, endêmica na região, e extremamente difundida, hoje, por todo o litoral do Estado.

Já nas décadas iniciais desse século, porém, os índios de Olivença enfrentariam a invasão do seu aprazível território à beira-mar pela emergente oligarquia cacaueteira (PARAÍSO, 1984), empreendendo, então, a uma série de episódios de revolta e resistência, inclusive com ataques à ponte sobre o rio Cururupe, via de acesso de Ilhéus a Olivença, principalmente entre 1929 e 1935, sob a liderança do notório caboclo Marcelino.

Com a repressão às revoltas e a prisão de Marcelino pela polícia do Estado Novo, em 1939, e o seu posterior desaparecimento, a população indígena de Olivença resguardou-se em um silêncio que perdurou por quase duas gerações, até o início da década de 1980, quando emergiriam os primeiros

sinais de uma remobilização étnica, tornada vigorosa, enfim, apenas na segunda metade da década de 1990.

Os organismos federais (FUNAI E FUNASA) e estadual (Secretaria de Educação) gestores das políticas públicas indigenistas passaram a atuar regularmente entre os tupinambás de Olivença no início da presente década. Em janeiro de 2004, a FUNAI instituiu o Grupo Técnico para identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, cujo relatório encontra-se, presentemente, em fase de análise preliminar pelo órgão indigenista.

As comunidades dos Tupinambá de Olivença estão distribuídas por todo o território do distrito de Olivença e a Terra Indígena ora em identificação deverá ter, grosso modo, limites correspondentes aos do distrito, situado no extremo sul do município de Ilhéus, junto á costa, separado do distrito-sede, ao Norte, pelo curso do rio Cururupe, e delimitando-se a oeste e sul, respectivamente, com os municípios de Buerarema e de Una.

De acordo com os dados da Funasa (2004), a população dos Tupinambá de Olivença soma um total de 3864 indivíduos; 3348 dos quais residentes no seu território tradicional, 397 na sede do município de Ilhéus, 92 em outras localidades rurais do município e 27 em municípios vizinhos.

Tabela 5.176- Distribuição da população tupinambá pelas comunidades situadas no território tradicional

	tradicional
Acuípe de Baixo	318
Acuípe de Cima	74
Acuípe do Meio (I e II)	233
Águas de Olivença	134
Campo de São Pedro	82
Curupitanga	74
Curupitanga	61
Gravatá	130
Pixixica	26
Santana	340
Sapucaieira (I e II)	422
Serra das Trepes	304
Serra do Padeiro	348
Serra Negra	113

Vila de Olivença	689
Total	3348

As comunidades estão todas situadas, no distrito de Olivença, mas as três comunidades junto ao curso do rio Acuípe (Acuípe de Baixo, do Meio e de Cima) têm também terrenos na margem oposta do rio, já no município de Una; enquanto que as três comunidades serranas (Serra das Trempe, do Padeiro e Negra), junto ao limite ocidental da área, têm também terrenos no vizinho município de Buerarema.

Essas três últimas comunidades são as mais próximas da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu, que passa a uma distância média regular de cerca de 20 quilômetros do provável limite ocidental da Terra Indígena. Separada desta, contudo, pelo traçado da BR-101, a diretriz não interfere sobre vias de acesso à Terra Indígena.

i) Santo Antônio dos Índios

O antigo aldeamento missionário de Santo Antônio dos Índios, no atual município de Aratuípe, também conhecido como Aldeia do Jaguaripe ou do Rio da Aldeia, foi estabelecido no período colonial com índios cariris trazidos do sertão da capitania para guardar o flanco sul da vila de Nazaré contra o assédio dos bandos de botocudos da região.

Há, hoje, do antigo aldeamento, um pequeno patrimônio territorial e, principalmente, a sua igreja original, fielmente mantido por uma família dos seus antigos habitantes indígenas. O local ocupou manchetes da imprensa regional no início da década de 1980, pela luta do líder da pequena comunidade para recuperar e evitar o arruinamento do antigo templo.

O local está hoje próximo à margem esquerda da BA/001, logo após a entrada da cidade de Aratuípe; e a cerca de 7 quilômetros da faixa de dutos aproveitada pela diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu, mas separado desta pelo traçado da rodovia e pelo núcleo urbano de Aratuípe.

j) Santo Antônio de Aldeia

A povoação de Santo Antônio de Aldeia, de origem indígena, colonial e missionária; situada no atual município de Maragojipe, conserva, no presente, o usufruto e a gestão coletivos do seu território, ainda hoje definido como "o patrimônio de Santo Antônio".

Há, nesse patrimônio, constituído basicamente por um pequeno povoado e por terrenos à sua volta, uma população de cerca de 750 pessoas, ou 150 famílias, conforme informações colhidas no local.

Embora os seus atuais habitantes não se definam explicitamente como indígenas, têm plena consciência de sua origem e são, fenotipicamente, distinguíveis da maioria da população negra dominante no município.

As ruínas da capela original do aldeamento estão hoje situadas em um terreno próximo ao povoado, apropriado por particular.

Santo Antônio de Aldeia está sobre a borda da faixa de influência indireta do gasoduto Cacimbas-Catu, considerado o meio físico e biótico, a cerca de 5 quilômetros a leste da sua diretriz, em uma região em que há intensa presença de agricultura familiar e alguns remanescentes de mata.

II.5.3.3.2- Comunidades Quilombolas

a) Contexto jurídico e administrativo

O conceito de "remanescentes de comunidades de quilombos" ganhou expressão jurídica com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, que determina que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988).

Apenas em 1995, o governo federal definiu que caberia à Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, proceder à identificação das terras de quilombos e emitir-lhes os títulos de propriedade. A essa altura, situações de conflito fundiário envolvendo comunidades reivindicadas como "remanescentes de quilombos" já se acumulavam, e algumas, mesmo, vinham tendo soluções encaminhadas por outras vias jurídicas, como o quilombo do Frechal, no Maranhão, regularizado como reserva extrativista (Resex), ou o de Rio das Rãs, na Bahia, objeto de um processo de reforma agrária pelo Incra.

De 1995 a 1998, a Fundação Cultural Palmares (FCP) realizou estudos de identificação e emitiu títulos relativos a 34 comunidades de quilombos. Alguns desses títulos, contudo, incidentes sobre áreas já

objeto de outras titulações, sofreram entraves para obter os seus registros cartoriais, só o conseguindo, alguns, pela via judicial.

Estava claro que a demanda por regularização de territórios de "remanescentes de comunidades de quilombos" se fazia quase que invariavelmente a partir de situações de conflito agrário e que, para o seu equacionamento, seria necessário mais que a simples identificação e mesmo titulação de territórios tradicionais. Tampouco seria solução a mera titulação dos territórios residualmente na posse das comunidades interessadas, como a FCP chegou a fazer em alguns casos, posto que estes territórios, produto de sucessivos esbulhos, já não seriam suficientes, na imensa maioria das situações, para prover o adequado sustento das comunidades.

Tinha-se ainda, como dificuldade adicional para o bom andamento dos processos, a absoluta ausência de recursos, humanos e materiais, da FCP para a nova função que lhe foi atribuída.

Com isso, seguiu-se, em alguns casos, buscando-se soluções, quando possível, pela via da reforma agrária e da ação do Incra. Estas, contudo, além de insuficientes, acabaram gerando conflitos de competência dentro da própria estrutura do governo federal, o que fez com que este viesse a reafirmar, explicitamente, a competência exclusiva da FCP na matéria, acenando, para a viabilização dos processos, com um novo dispositivo de regulamentação.

Em 2001, a Presidência da República vetou Lei aprovada no Congresso Nacional regulamentando a aplicação do Artigo 68 do ADCT e, em lugar desta, editou, em setembro daquele ano, o Decreto 3912. Este, contudo, além de não prever a necessária reestruturação da FCP para que esta pudesse se tornar apta à gestão de matéria de caráter eminentemente agrário, estipulou tantas condições para a identificação dos "remanescentes de comunidades de quilombos" e dos seus territórios que, na prática, teve como conseqüência apenas a mais absoluta inviabilização de qualquer procedimento relativo à matéria. Deste modo, em síntese, não houve, durante todo o período de 1999-2002 qualquer avanço na regularização das terras de quilombos.

Ligado a Casa Civil da Presidência da República, existe atualmente, um grupo de trabalho para apreciar a matéria, o que resultou na promulgação, a 20 de novembro de 2003, do Decreto 4887, que "regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação" pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Incra, "das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos"; prevendo, inclusive, quando couber, o recurso a desapropriações (Art. 13º).

Em seu Artigo 2º, o decreto adota "critérios de auto-atribuição" na consideração do que sejam os "remanescentes das comunidades de quilombos", estabelecendo, no §1º deste, que "a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade" (SILVA *et al*, 2003); consoante, inclusive, o disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), regulamentada como Lei, pelo Brasil, no mesmo ano; e com o consenso científico a respeito do tema da identidade étnica (ABA, 1994).

O artigo 3º do decreto determina ainda, em seu §4º, que a referida "autodefinição" "será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva" (ABA).

Em 2004, o Incra dedicou praticamente todo o primeiro semestre à discussão e adoção de sua normatização interna e à capacitação de pessoal para a nova tarefa. No segundo semestre, um grupo de algumas dezenas de casos prioritários foi definido, recobrando todas as regiões do país, e estes passaram, então, a ser objeto dos procedimentos iniciais de regularização por parte das diversas superintendências regionais do órgão.

Enquanto isto, a Fundação Cultural Palmares (FCP) editou, em maio, uma Portaria com os primeiros 29 registros de comunidades de quilombos, e, a 10 de dezembro, uma segunda Portaria com mais 67 registros, o que perfaz, até o momento, um total de 96 grupos de remanescentes de comunidades de quilombos devidamente certificados.

Deve ser observado que o processo de regularização de territórios quilombolas apenas recomeça, após um incipiente início no período entre 1995 e 1998. Nesse contexto, algumas dezenas de territórios já titulados pelo governo federal ou por governos estaduais, as outras poucas dezenas de territórios com processos em curso, os 96 grupos de comunidades já certificados pela FCP, ou as 73 junto às quais o governo federal iniciou, também em dezembro, programas de desenvolvimento sustentável - todos esses não necessariamente coincidentes entre si -, representam apenas um pequeno número diante de estimativas e levantamentos diversos que referem o número de comunidades quilombolas no país sempre na casa do milhar. Apenas a título de exemplo, o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário mantém uma listagem, permanentemente atualizada, com referências diversas sobre essas comunidades, a maioria das quais referências ainda esparsas, mas que registrava, em novembro último, um número próximo de duas mil comunidades. Por sua vez, o movimento social quilombola, costuma referir, quase sempre através da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), um número estimado de 4 mil comunidades de quilombos em todo o país.

b) Comunidades Quilombolas na Área de Influência do Empreendimento

No que diz respeito aos municípios abrangidos pelas áreas de influência direta e indireta do gasoduto Cacimbas-Catu, consideramos aqui, em destaque, os territórios e comunidades que já têm processos de regularização em curso, embora ainda recém iniciados; as comunidades já certificadas pela Fundação Cultural Palmares, e as que já foram objeto de estudos específicos enquanto comunidades de quilombos; mas procuramos referir também os contextos sociais e regionais em que estão presentes comunidades que, por suas características, podem vir a pleitear o seu registro como "remanescentes de comunidades de quilombos" e o respectivo processo de titulação coletiva de suas terras.

Tomando por base as quatro grandes regiões adotadas como referência para o presente estudo, é a seguinte a situação de cada uma delas com relação à presença de remanescentes de comunidades de quilombos:

Norte Capixaba

Há, conforme já referido, indícios de pelo menos três grupos de comunidades de quilombos na área de influência do empreendimento: o do Divino Espírito Santo, nos vales do Rio Preto e do Córrego Grande; o de Sapé do Norte, no vale do Cricaré, ambos no município de São Mateus; e a extensão do território de Sapé do Norte no município de Conceição da Barra, principalmente nos vales dos córregos São Domingos, Santana, Macuco e Angelim. É importante destacar que essas comunidades caracterizam-se pela ocupação territorial, não por um aglomerado de casa, podendo ser constituídas por dezenas de casas dispersas. A seguir, será descrita e caracterizada a situação de cada uma dessas comunidades.

Todas essas comunidades encontram-se politicamente organizadas como remanescentes de quilombos, articuladas à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), mobilizadas nos sindicatos de trabalhadores rurais dos dois municípios e engajadas em um processo de pesquisa sobre a sua atual situação.

Pode ainda haver um quarto grupo de comunidades sobre o traçado da diretriz, mais para o litoral do município de São Mateus, nas proximidades do povoado de Nativo, mas não há, aí, pelo menos por ora, mobilização política no sentido da autodefinição enquanto comunidade quilombola.

Fora do traçado da diretriz há, nos dois municípios referidos, outros núcleos de comunidades de quilombos, a exemplo do de Linharinho, no litoral de Conceição da Barra, ou do Morro do Macaco, ao

sudeste de São Mateus. De fato, esses municípios têm parte significativa de sua área rural ocupada por territórios tradicionais de comunidades de quilombos (KOINONIA, 2003).

Extremo Sul Baiano

Nesta região, as comunidades que podem ser identificadas como "remanescentes de quilombos" concentram-se ao longo do traçado da antiga ferrovia Bahia-Minas, nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas, tendo o seu centro na vila e respectivo distrito de Helvécia, no município de Nova Viçosa; e que coincide, também, com o trecho em que o referido traçado é interceptado pela diretriz do Empreendimento Cacimbas-Catu.

Em outras áreas da região, de população de origem predominantemente indígena ou de imigração recente, não parece haver comunidades com características passíveis de uma autodefinição enquanto quilombolas.

Região Cacaueira

A presença de população negra na área central da região cacaueira é mais evidente apenas na zona litorânea, de colonização mais antiga, anterior ao ciclo do cacau. Aí, até o momento, apenas algumas comunidades no baixo curso do Rio de Contas, no município de Itacaré, se têm autodeclarado como quilombolas, mas é possível que tal também possa vir a ocorrer em municípios como Canavieiras e Ilhéus. Neste último, contudo, isto parece menos provável nos distritos do seu extremo noroeste - Pimenteira, Inema e Banco Central -, área mais plenamente inserida nos domínios da cacaucultura e cortada, em pequeno trecho, pela diretriz do Gasoduto Cacimbas-Catu.

No vizinho município de Itapitanga, porém, o distrito de Cafundó - vocábulo de origem africana -, tem uma população, de cerca de 600 habitantes, que, embora em sua maior parte concentrada na pequena vila da sede, tem características que a podem habilitar a uma eventual auto-identificação como remanescente de quilombo.

A vila de Cafundó está situada a cerca de 6 quilômetros a leste da diretriz do Gasoduto Cacimbas-Catu.

Já ao norte da região cacaueira, a presença de população negra nos municípios litorâneos (Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença) é absolutamente dominante e há, nestes, nítida presença de comunidades quilombolas. Trata-se, porém, de uma sub-região com percurso

histórico e com características sócio-econômicas particulares que, de modo geral, a distinguem como uma região específica, usualmente denominada Baixo Sul ou Costa do Dendê. Desses municípios, apenas o de Valença integra a área de influência do gasoduto Cacimbas-Catu, sendo cortado pela diretriz deste em sua porção ocidental e, portanto, mais afastada da costa.

Pela sua proximidade geográfica e sociocultural com o Recôncavo, incluímos os municípios de Valença e Laje na apreciação geral acerca desta região, no que diz respeito à presença de comunidades rurais negras.

Recôncavo Baiano

Trata-se, conforme dito, de uma região de população eminentemente negra, onde as áreas rurais são ocupadas por faixas de monocultura canavieira - municípios de Santo Amaro e São Sebastião do Passé -, pela exploração petrolífera - municípios de Pojuca, Catu e São Sebastião do Passé - ou por pequenas e médias propriedades com cultivos diversos e pecuária, dominantes nos municípios mais ao sul, nos baixos cursos do Paraguaçu - Cachoeira, São Félix e Maragojipe -, do Jaguaripe - Nazaré, Muniz Ferreira e Jaguaripe - e do Jequiçá - Jaguaripe, Laje e Valença.

Embora mais freqüente nessa porção sul, há, em todos os municípios aqui considerados e integrantes das áreas de influência do empreendimento Cacimbas- Catu, comunidades rurais que poderiam ser identificadas como "remanescentes de quilombos".

De fato, a própria predominância absoluta de contingentes populacionais negros em toda a região faz com que, do ponto de vista de sua identificação étnica, seja bem mais factível uma distintividade da própria região como um todo, diante do contexto estadual ou mesmo nacional, enquanto uma grande "região negra", do que a distintividade específica de cada uma de suas comunidades rurais quando referidas aos seus respectivos contextos locais ou municipais.

De qualquer modo, aqui, como em outros contextos, a mobilização política dos "remanescentes de comunidades de quilombos" tenderá a estar associada a processos de reação ou de busca de alternativas à pressão fundiária sobre territórios e recursos de usufruto comum.

A definição contida no Decreto 4887, considera "remanescentes de comunidades de quilombos", "os grupos étnico-raciais (...) com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida." (SILVA *et al*, 2003)

De fato, a formação de comunidades negras com base territorial autônoma se deu-se, historicamente, a partir de processos generativos diversos; seja por rebelião e fuga ao regime escravocrata, seja pelo refluxo de frentes econômicas, seja ainda por doação ou compra; mas sempre através de processos que, sociologicamente, podem ser definidos como processos de "resistência à opressão histórica sofrida".

Assim, em algumas regiões como o Recôncavo Baiano - ou mesmo como parte do Norte Capixaba -, a presença de "remanescentes de comunidades de quilombos" não deve ser percebida como excepcionalidade histórica ou etnográfica; ao contrário, este tipo de comunidade constitui, aí, a própria base de formação do campesinato regional.

A opção pela "autodeclaração" prevista no Decreto 4887 tende a se fazer em grande medida em função de como essas comunidades venham a considerar e a avaliar a sua situação atual e os seus horizontes de possibilidades com relação às formas de ocupação e de propriedade de suas terras, já que o referido decreto dispõe, em seu artigo 17º, que "a titulação prevista (...) será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso (...) com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade." (SILVA *et al*, 2003)

Assim, é fundamentalmente a opção pela preservação de territórios - e, evidentemente, dos recursos naturais e das formas de sociabilidade a eles associados - sob a forma coletiva de apropriação e tornando-o inalienável, ou seja, retirando-o em definitivo do mercado de terras, que preside à formalização das comunidades quilombolas contemporâneas.

No caso do Recôncavo, é bastante recente o processo de mobilização de comunidades quilombolas, tornado efetivo apenas nos anos iniciais do século XXI. Esta mobilização, em parte articulada pela CPP (Comissão Pastoral de Pescadores) da Igreja Católica, abrange, por ora, principalmente comunidades situadas à volta da grande bacia do Iguape, formada no estuário do Rio Paraguaçu, municípios de Cachoeira e Maragogipe. São pequenas comunidades que associam a prática da pesca artesanal na grande bacia estuarina com a exploração de pequenos roçados familiares, espremidos entre os cursos d'água e as cercas de fazendas, ou mesmo no interior destas.

Já como resultado desse processo de afirmação étnica, a Portaria 35/2004 da Fundação Palmares, publicada a 10 de dezembro último, certifica, como "remanescentes de quilombos", cinco conjuntos dessas comunidades; quatro no município de Cachoeira e um no de Maragogipe (ARAÚJO, 2004).

A seguir, será abordado cada um dos conjuntos de comunidades quilombolas já plenamente caracterizados como tal e que se encontram na AII.

1) Sapé do Norte, município de São Mateus

O historiador Maciel Aguiar reporta a existência de quilombos na região de São Mateus desde o início do século XVIII, época em que bandos sob a liderança de uma mulher natural de Cabinda, Zacimba Gaba, promoviam ataques às embarcações negreiras no porto da vila para libertar escravos (OLIVEIRA, 2002).

No século XIX, por sua vez, se notabilizaria o legendário líder quilombola Benedito Meia-Légua, figura mais proeminente de diversos agrupamentos de quilombos que se formaram, no período, entre os cursos do Cricaré e do Itaúnas, e que, pelo menos em parte, se mantiveram rebeldes até a sua morte, em 1885 (OLIVEIRA, 2002).

Nessa mesma área, existiu uma grande fazenda cuja propriedade foi requerida em 1868 por um certo tenente Aguirre, "para a exploração de madeira-de-lei através de mão-de-obra escrava trazida da África." (KOINONIA, 2003).

Já ao final desse século, existiu também, na atual localidade de Santana - município de Conceição da Barra -, o quilombo do Negro Rogério, que chegou a ser grande produtor de farinha de mandioca, até a sua destruição em 1881 (OLIVEIRA, 2002).

Essas são, pois, as origens das comunidades negras situadas ao norte do rio Cricaré e que, ainda a marcar a sua unidade, se distinguem e se denominam, conjuntamente, Sapé do Norte.

Em 2002, as comunidades rurais negras dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra estiveram engajadas em um processo de mapeamento e diagnóstico participativo, que buscou produzir seu primeiro perfil histórico e sócio- econômico.

O projeto, intitulado "Territórios Negros do Sapê do Norte", foi realizado em parceria entre instituições do movimento negro local, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos dois municípios e as organizações Fase (Federação das Associações de Serviço Social e Educacional) e Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço -, articulado a um processo de reorganização e de mobilização dessas comunidades no contexto das profundas transformações que se fizeram sobre o seu território e sobre o seu modo de vida com as novas frentes de expansão que atingiram a região nas últimas quatro décadas.

As informações a seguir são compiladas principalmente de dois produtos iniciais desse projeto: um relatório parcial (KOINONIA, 2003) e uma breve comunicação de Arruti (2004).

"Até a década de 70, segundo a memória dos atuais habitantes, existia algo em torno de cem comunidades rurais, predominantemente negras, no nordeste do estado do Espírito Santo, municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Hoje esse número foi reduzido a menos da metade: cerca de 1.500 famílias, reunidas em cerca de 40 comunidades que sobreviveram por resistirem, de uma forma ou de outra, a todo tipo de pressão que tinha por objetivo expropriá-las de suas hoje minúsculas posses familiares" (ARRUTI, 2004).

"Essa região foi historicamente habitada por índios e negros, que para lá acorreram quando em liberdade, por fuga ou depois da abolição do regime de escravidão, formando núcleos que se assemelhavam ou, de fato, eram classificados como 'quilombos' pelas autoridades locais. Rico em recursos naturais, esse trecho da Mata Atlântica era recortado por centenas de córregos e rios que o tornam um terreno de difícil acesso, tendo permanecido, por isso, à margem do desenvolvimento econômico do estado. Isso permitiu que aqueles agrupamentos de camponeses-pescadores negros, formados no processo de libertação, mantivessem uma autonomia relativa quanto à sociedade dominante, tanto na sua forma de exploração do meio-ambiente, no comércio e escambo dos gêneros produzidos, nos seus cultos religiosos, quanto na sua organização social." (ARRUTI, 2004).

"A memória desse passado, guardada na forma de narrativas sobre personagens heróicos, como o líder quilombola Benedito Meia Léguas, ou na forma de cantos rituais, elaborados no contexto de festas lúdico-religiosas, como o Ticumbi, o Boi de Reis e o jongo, marcam profundamente toda a região." (ARRUTI, 2004).

"Além disso, mesmo depois da abolição, sua presença, em especial com relação ao aspecto religioso, continuou representando uma ameaça às autoridades constituídas. A cabula - rito religioso configurado, aparentemente, pela composição de elementos de origem africana e indígena - que era largamente praticada por essa população, havia ganhado tanta popularidade no início do século XX, que era larga e abertamente praticada também pela população branca e pela classe dominante. Fato que mobilizou as autoridades religiosas católicas em uma guerra religiosa, levando à perseguição e prisão dos seus principais celebrantes. Isso fez com que, um dos elementos centrais dessa ritualidade, que é o segredo, ganhasse outra dimensão e aplicação, encobrindo a própria identidade dos atuais celebrantes, que muitas vezes negam a sua existência, ainda que tenhamos registrado em diversas dessas comunidades e nas sedes de ambos os municípios". (ARRUTI, 2004).

"Ligado a essa postura histórica da Igreja Católica, o culto ao santo negro São Benedito foi tornado central na região. Seu culto ou reverência está presente em todas as comunidades e nos grupos lúdico-

religiosos, seja nos que se mantêm no interior ou nos que já se organizam nas sedes dos municípios. Depois dos anos de 1980, quando a igreja mostrou sua face mais progressista apoiando a formação de um movimento negro na região, o culto a São Benedito ganhou um aspecto praticamente oficial, com a realização de uma 'missa afro' mensal dedicada a ele". (ARRUTI, 2004).

"Até meados dos anos de 1960, as posses dessas comunidades rurais negras não eram repartidas nem formal nem informalmente, nem eram passíveis de mercantilização, sem qualquer documentação oficial. Predominava a posse da terra e não a propriedade, assim como o território era demarcado mais como uma rede de sociabilidades do que como uma sucessão de fronteiras excludentes, segmentando o espaço físico. Essa marca da organização social e fundiária ainda pode ser percebida entre as comunidades remanescentes deste período, assim como por meio dos relatos dos mais velhos". (ARRUTI, 2004).

Destaca-se que a expansão da indústria madeireira na região, a partir da década de 60, tem sido fonte de debate entre a população, que revela a existência de desconforto e conflitos com as empresas de grande porte do setor de papel e celulose que lá se instalaram. Estas empresas necessitam de grandes extensões de terra, que tem gerado conflito em relação à propriedade da terra e mudanças significativas na estrutura sócio-econômica da região.

Transcrevemos, a seguir, informações constantes do relatório parcial de Koinonia (2003) a respeito das comunidades do Sapé do Norte situadas ao longo da rodovia ES-315, e que têm o seu território - na verdade um grande território único fragmentado pelos eucaliptais - cortado pela diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu.

2) São Jorge

Tem o seu núcleo central entre os Km 7 e 8 da ES-315, cerca de 10 quilômetros a leste da diretriz do gasoduto, e conta com aproximadamente 40 moradias (KOINONIA, 2003)

"O antigo nome da comunidade era 'Juquita', referente ao dono de uma fazenda com enorme jaqueiral. O nome 'São Jorge' vem dos trabalhos de louvor ao Santo, iniciados em 25/09/58 e cuja capela é inaugurada em 14/04/67".

"O único banheiro na comunidade é o da escola/igreja, que está desativado. A energia chegou há 2 anos, com transformador comprado pelos moradores. A comunidade é abastecida com água de carro-pipa - serviço prestado pela Prefeitura Municipal - e de poço perfurado pelo Governo do Estado".

"Seu Elvácio já tocou sanfona e brincou de marujo no Reis de Zé de Abécio, além de ter sido congo no Ticumbi de Mané Sapucaia e de presidir Mesa de Santo - 'Pemba' - em sua casa. Seu Miúdo também é do Reis de Boi. Segundo Seu Elvácio, 'o Reis de Boi anda parado porque a turma anda preferindo teclado". (KOINONIA, 2003)

3) Morro da Arara

Tem o seu centro à altura do Km 14 da ES-315, a cerca de 4 km a leste da diretriz do gasoduto - que corta o seu território tradicional - e cerca de 30 moradias, na área de influência indireta.

"O nome originou-se da existência de araras na região de floresta tropical. A localidade também é denominada de Espigão, provavelmente devido à localização num divisor de águas entre o rio Cricaré e os córregos do Sapato e Santana." (KOINONIA, 2003).

"A maioria das casas não possui banheiro, mas o Núcleo Boa Vista apresenta mais banheiros. Não há energia nos núcleos Escola Azul e Córrego do Sapato, devido à falta do transformador. A Prefeitura se comprometeu a instalar eletrificação rural, mas até o momento não houve resolução." (KOINONIA, 2003).

"Os moradores freqüentam a Igreja São Jorge e as igrejas evangélicas Assembléia de Deus (em Nova Vista) e Deus é Amor (na Escola Azul). Há também a participação na Mesa de Santa Bárbara presidida por Seu Elvácio, da Comunidade São Jorge." (KOINONIA, 2003).

"No Núcleo Córrego do Sapato, vivem a família de Francisco Andreza, o 'Franciscão', originário do Córrego da Serra (Conceição da Barra, onde vivem, hoje, Benedito Andreza) e Maria Edi". (KOINONIA, 2003).

"A terra original da família pertencia ao pai de Maria Edi, Seu Ornalino, e ia da beira do Rio Cricaré ao Córrego do Sapato, somando a propriedade documentada e as posses". (KOINONIA, 2003).

"Esta família negra era vizinha da antiga Fazenda Morro da Arara, propriedade de Seu Horácio Alves Feitosa (família originária do Ceará) e Dona Edi Barbosa, prima de Dilô Barbosa e originária da região à margem direita do Rio Cricaré, nas proximidades do Santo Antônio, km 14". (KOINONIA, 2003).

"Seu Horácio era dono de um comércio bastante movimentado, onde vendia roupa, carne bovina, querosene e comprava farinha de mandioca e capado das famílias locais, produtos escoados através de canoas para revenda no Porto de São Mateus". (KOINONIA, 2003).

“A família Barbosa mantinha boas relações de vizinhança com as famílias negras e doou um alqueire de terra para Dona Regociana e dois alqueires para Tereza, que eram trabalhadoras da Fazenda Morro da Arara. Seu Edílson, filho de Dona Edi Barbosa e Seu Horácio Feitosa, ainda vive na Fazenda Boa Vista e afirma que a relação de sua família com as famílias negras era como se fossem da mesma família, enfatizando que Seu Ornalino 'criou a gente tudo', levando-os até mesmo ao médico em São Mateus, de canoa pelo rio Cricaré". (KOINONIA, 2003).

"Franciscão brincou no Reis de Boi de Bernardo Cantador (São Domingos), Maria Justina (Beira Rio), Juventino (C.Sertão) e no Ticumbi de Zoroastro e Zé de Ana. Os ensaios do Ticumbi aconteciam na casa de Zoroastro (Santaninha) e a apresentação acontecia na Igreja de São Benedito (São Mateus) e Igreja de São Sebastião (Dilô Barbosa). Seu sogro Ornalino era Rei de Bamba, o Rei de Congo era Robes, atualmente morador de São Mateus. Hoje, Franciscão brinca no Reis de Boi com Seu Miúdo, Elvácio e Jorge".(KOINONIA, 2003).

4) Nova Vista

"Nova Vista I e II eram uma única comunidade, de nome Droga. Este nome foi alterado por volta de 1965 com a fundação da comunidade católica, devido à avaliação pejorativa. A separação entre as duas comunidades ocorreu em 1988, com a construção de uma nova escola - hoje abandonada - em frente ao comércio de Seu Antônio Noca, que é considerado o primeiro morador de Nova Vista II." (KOINONIA, 2003)

O núcleo central de Nova Vista I está à altura do Km 22 da ES-315, e o de Nova Vista II à altura do Km 24, respectivamente a cerca de 4 e 6 quilômetros da diretriz do gasoduto, que corta a ES-315 à altura do seu Km 18, entre os centros das comunidades de Morro da Arara e de Nova Vista I, na localidade conhecida como "Robinho", onde também há estradas de acesso para as comunidades de São Domingos, à direita, e do Chiado, à esquerda.

Deve ser observado porém, com bastante ênfase, que no percurso entre os núcleos centrais de Morro da Arara e Nova Vista há presença de ocupações familiares, em pequenos sítios e quintais, ainda que quase sempre espremidos entre os eucaliptos, com cultivos de frutíferas como coqueiros, mangueiras e laranjeiras; além de pimenta-do-reino, café, mandioca etc.

Os dois núcleos de Nova Vista têm, em seu conjunto, mais de uma centena de moradias habitadas (KOINONIA, 2003).

"Aproximadamente 70% das moradias não possuem banheiro. O lixo é queimado e/ou jogado no mato. A maioria das famílias possui energia elétrica e algumas não possuem devido à impossibilidade de compra do transformador - mesmo estando próximas da rede - e outras devido à localização distante da rede".(KOINONIA, 2003)

"A Capela de Bom Jesus da Lapa foi fundada em 06/08/1968. Há uma Igreja Evangélica 'Deus é Amor'.(KOINONIA, 2003)

"Quanto aos grupos folclóricos, a comunidade cita a existência do Reis de Boi de Maria Justina, da Comunidade Beira Rio (km 23), localizada na margem oposta do Rio Cricaré".(KOINONIA, 2003)

"O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é bastante presente na comunidade, em conjunto com o MPA - Movimento de Pequenos Agricultores -, no qual Pedro é um dos coordenadores. O MPA forma grupos de 5 a 10 produtores familiares, com os quais discute alternativas para a agricultura e busca financiamentos para a produção. No Eixo São Jorge, o MPA trabalha com 6 grupos de produtores rurais: Chiado, São Domingos de Itauninhas, Contena, Dilô e Nova Vista".(KOINONIA, 2003)

"Na sua origem, as famílias da comunidade encontravam-se distribuídas na região compreendida entre o Rio Cricaré e o Córrego de Santana e cercanias, hoje ocupada pela monocultura do eucalipto da Aracruz Celulose. No momento atual, as famílias concentram-se à beira da estrada São Mateus-Boa Esperança, no sentido do Rio Cricaré, em terrenos bem pequenos." (KOINONIA, 2003)

5) Dilô Barbosa

Está situada à altura do Km 27 da ES-315, cerca de 9 quilômetros a oeste da diretriz do gasoduto, e conta com um número superior a 50 moradias habitadas (KOINONIA, 2003).

"O nome da comunidade vem do irmão de Dona Edi Barbosa, mãe do Seu Edílson do Morro da Arara. Dilô Barbosa era originário de Santo Antônio (km 14), na margem direita do Rio Cricaré. Antes de sua chegada, a localidade tinha o nome de Bambu, devido à 'enorme' touceira de bambu existente (...). Até a década de 1940/50, as compras eram feitas no km 23 (sal e querosene) ou em São Mateus, para onde os moradores deslocavam-se de canoa. Hoje, as compras também são supridas pelos comércios locais e os de Santa Maria. O transporte terrestre dava-se através de trilhas percorridas a pé ou com animais. Os mortos eram carregados em redes ou caixões até o cemitério do km 23, na outra margem do Rio Cricaré". (KOINONIA, 2003)

A comunidade de Dilô Barbosa tem hoje um número superior a 50 moradias habitadas. "Apenas 3 famílias não possuem energia elétrica e 6 possuem banheiro". (KOINONIA, 2003)

"A comunidade participa da Associação de Produtores Rurais do Chiado, Nova Vista e Dilô - APRUCANVI -, cuja presidente é Dona Dalila, do Chiado." (KOINONIA, 2003)

"A antiga Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana era no Capitão Grande ou Rio do Norte, em Santa Maria. Atualmente, a comunidade frequenta a Igreja de São Sebastião, na Fazenda Alvorada. Seu Dico é o presidente da Comunidade Católica. A comunidade participa da Festa de São Benedito (dezembro), em São Mateus". (KOINONIA, 2003)

"Aussemiro Sambador (Aussemiro de Ana) era antigo morador da região e festejava São Bartolomeu com um grupo de Reis de Boi, além de brincar no Baile de Congo e na Marujada. O Mestre destas brincadeiras era Zoroastro Valeriano Rodrigues. Sua família vendeu a maior parte das terras para o Dr. Djalma (Fazenda Alvorada) e se mudou para São Mateus. Zoroastro permaneceu no trecho da propriedade localizada na margem esquerda do Córrego Santaninha". (KOINONIA, 2003)

"Atualmente a Fazenda Alvorada, predominantemente de pecuária bovina, é de propriedade de Juca Gama (família originária de Colatina). A outra parte de suas terras originou-se da compra da Biririca, de propriedade da família Mota, produtora de café, na qual trabalhavam algumas famílias negras locais - entre elas, a de Seu Naércio, irmão de Dona Zinar, do Chiado. Esta família descende de escravos africanos trazidos pelo fazendeiro Aguirre, cuja propriedade estendia-se do Rio Cricaré ao Rio Itaúnas e efetuava a exploração de madeira-de-lei". (KOINONIA, 2003)

"Seu Naércio afirma que requereu, há 4 anos, 2 alqueires de terra do Estado. Seu cunhado vendeu 8 alqueires para a Aracruz, que também ali utilizava a persuasão de Pelé e Tenente Merçon para obter a terra a preços baixos". (KOINONIA, 2003)

6) Chiado

O território da comunidade do Chiado e do seu núcleo anexo de Contena está situado entre o traçado da ES-315 e o curso do Cricaré, com acessos à altura do Km 18 da rodovia - entre Morro da Arara e Nova Vista - e do Km 27, à entrada de Dilô Barbosa. Esse território é cortado ao sul pela diretriz do gasoduto, em seu trecho imediatamente após o cruzamento do Cricaré.

"O nome Chiado deriva de uma nascente de um afluente do Rio Cricaré, que apresentava grande pressão e produzia uma 'chiadeira'. Em 1868, o Tenente Aguirre requereu do Estado uma porção de terra que se estendia do Rio Cricaré ao Rio Itaúnas para a exploração de madeira-de-lei através de mão-de-obra escrava trazida da África. Esta madeira era escoada em balsas do porto construído no Rio do Norte até o Porto de São Mateus. Parte das famílias negras do Chiado são descendentes destes escravos, que permaneceram agregados à área da antiga Fazenda Limeira, no Córrego da Tapadinha. A sede desta fazenda (hoje produtora de coco) apresenta vestígios arqueológicos de uma capela e um cemitério, de acordo com testemunhos locais". (KOINONIA, 2003)

"A nascente que dá nome à comunidade hoje está represada e, através de encanamento, abastece 27 casas do Núcleo Chiado. Entretanto, devido à inexistência de fossas nestas moradias próximas à represa, seu entorno é utilizado como banheiro e sua água vem sendo contaminada com coliformes fecais, o que produz doenças e verminoses. Com a seca de 1998, a APRUCANVI - Associação de Produtores Rurais do Chiado, Nova Vista e Dilô -, conseguiu verbas públicas para perfurar poços d'água nas 3 comunidades; contudo, somente o poço do Chiado está em funcionamento. O Núcleo Contena não é servido com água encanada do poço." (KOINONIA, 2003)

Durante a visita à Contena, a 7 de dezembro de 2004, encontrou-se uma agente do Programa "Um Milhão de Cisternas", do Ministério do Desenvolvimento Social, encarregada dos levantamentos para a perfuração de cisternas no local.

Há energia elétrica e poucos banheiros nos núcleos de Chiado e Contena, que têm, em conjunto, mais de 60 moradias habitadas (KOINONIA, 2003).

7) São Domingos

Além das comunidades descritas pelo relatório de Koinonia, compõe o território de Sapé do Norte no município de São Mateus o conjunto de comunidades designadas São Domingos I, II e III, situadas ao longo do córrego homônimo e ao norte do traçado da ES-315, e também ao longo da estrada vicinal que liga esta - à altura do seu Km 19 - à BR-101 (Km 50), junto ao trevo da ES-421 (para Conceição da Barra).

Deve ser observado ainda que algumas das famílias de Sapé do Norte vivem hoje em comunidades mais recentes na margem oposta do rio Cricaré e próximas à BR-381, como Santo Antônio (ou Km 14), Beira-Rio (ou Km 23) e Pedra d'Água.

b) Comunidades no Município de Conceição da Barra

As comunidades quilombolas no atual município de Conceição da Barra estão situadas na porção do tradicional território do Sapé do Norte - entre o Cricaré e o Itaúnas - mais próxima do litoral.

Aqui, o relatório preliminar de Koinonia (2003) identifica as atuais comunidades de Linharinho, Coxi, Roda d'Água, Córrego do Sertão, Macuco e Angelim; todas elas interligadas não apenas pelo pertencimento a um mesmo território tradicional - que, por sua vez, se estende, conforme visto, também pelo município de São Mateus -, mas também por vínculos de parentesco e de sociabilidade - lúdica, religiosa e econômica - que mantém, no presente, a sua distintividade.

Esse território é cortado pela diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu apenas em seus confins ocidentais, nas cabeceiras e formadores do São Domingos e do Angelim, em áreas já hoje bastante intrusadas pelas monoculturas do eucalipto e da cana-de-açúcar.

Transcrevemos a seguir as informações mais detalhadas de Koinonia (2003) relativas apenas às comunidades que ocupam hoje os vales dos córregos Macuco e Angelim, cortados pelo traçado da BR-101, e que, em suas cabeceiras, alcançam a diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu.

1) Macuco

Está localizada às margens da BR-101, no trecho entre os córregos do Macuco (Km 40) e do Angelim (Km 38), bem junto à Destilaria Itaúnas S.A. (Disa), que fica à margem esquerda da rodovia (Km 39).

O relatório de Koinonia (2003) indica, para a comunidade, as coordenadas geográficas 18°30'01"S e 39°55'15.5"W Gr; e refere a existência, aí, de apenas 8 moradias (KOINONIA, 2003).

"A Comunidade do Macuco concentra-se próximo à BR-101, na margem esquerda do córrego, com exceção de Seu Bibi, situado 2 quilômetros a montante."

"As principais lideranças são Chuta - benzedor e contra-guia do Ticumbi de Conceição da Barra -, Dona Maria, que faz remédios com ervas medicinais, e Seu Bibi, rezador de ladainha de Nossa Senhora da Aparecida e cotado para ser o próximo Rei de Congo deste Ticumbi."

"Não há igreja no local e os moradores freqüentam a igreja de São José, em Sayonara. Os mais antigos afirmam freqüentar a Mesa de Santa Bárbara, presidida por Dona Elizete, da Comunidade de São Domingos."

"As únicas moradias que contam com banheiro ou fossa são as de Ana D'Ajuda, Aílton e Valdemar e, com exceção de Seu Bibi, todas contam com energia elétrica. O lixo é queimado e/ou jogado no mato. A comunidade conta com duas farinheiras."

"Na origem, as terras eram mais extensas e pertenciam à família de Dona Ermíndia; 10 alqueires foram vendidos por seu tio Bernardo à Aracruz e a área restante, de propriedade de seu pai Aurino, é hoje ocupada pela comunidade".

"Há duas famílias de chegantes: a de Seu Aílton, proprietário de uma chácara de coco e café, e a de Seu Valdemar, caseiro da propriedade de Caio Araújo, onde se planta seringueira e cana - em área arrendada pela DISA".

"A comunidade se queixa da fumaça decorrente da queima nos canaviais da DISA e da perda da fertilidade da terra e contaminação dos córregos, desde o início do plantio de eucalipto há 25 anos. A Aracruz vem incentivando o fomento de espécies nativas ao redor do Córrego do Macuco, fornecendo as mudas para a comunidade plantar e manejar. A família de Seu Domingos teve interesse em vender suas terras para a DISA, entretanto, a irregularidade da documentação destas possibilitou apenas o arrendamento para o plantio da cana". (KOINONIA, 2003)

2) Angelim

No córrego do Angelim situava-se, no século XIX, o centro da grande comunidade quilombola liderada por Benedito Meia-Légua. Atualmente, a área, apesar de muito impactada pelas intrusões do eucalipto e da cana-de-açúcar, conserva a sua importância no contexto do atual movimento quilombola do Norte Capixaba, tendo sido indicada à Fundação Cultural Palmares para um estudo piloto, iniciado ainda antes da edição do Decreto 4887, em 2003, e que pode, hoje, servir de subsídio aos processos de regularização fundiária recém iniciados pelo Incra na região.

Não se teve, até o fechamento do presente estudo, acesso ao relatório resultante desse trabalho promovido pela Fundação Cultural Palmares, de autoria do antropólogo Adolfo de Oliveira Júnior, mas é sabido que ele abrange todos os pequenos segmentos comunitários negros do vale do Angelim.

Por sua vez, o relatório de Koinonia (2003) fornece informações mais detalhadas apenas para o núcleo central da área, a localidade do Angelim do Meio, situada à margem "da rodovia que liga o distrito de Braço do Rio, na BR-101, Km 32 à Comunidade do Linharinho, na ES-010, trecho de Conceição da Barra a Itaúnas, na confluência dos córregos do Angelim, do Matadouro e Danta", para a qual são

referidas as coordenadas geográficas 18°28'53.7"S e 39°52'13.5"W Gr, e onde há, presentemente, 27 moradias.

Relata Koinonia (2003) que:

"Nas suas origens, conta-se que a Comunidade do Angelim do Meio, Angelim de Dentro ou Angelim 2 era o centro de um grande quilombo que se estendia ao longo do vale do Angelim, formado por cerca de 300 famílias negras que mantinham estreitos laços com a atual Comunidade do Linharinho. O Vale do Angelim cumpria a função de eixo de comunicação entre as famílias nas ocasiões das rezas, festas e dos ensaios do Ticumbi".

"Atualmente, a comunidade concentra-se no encontro do Córrego do Angelim com a estrada que liga o distrito de Braço do Rio à Comunidade do Linharinho. Há 3 núcleos mais distantes, o de Brandino - Córrego do Cearense -, o de Dona Joana - Córrego Danta - e o de Oraldo - próximo à Floresta Nacional do Rio Preto/ IBAMA."

"Suas lideranças são Dona Luzia - pessoa idosa e benzedeira -, sua filha Maria do Rosário - agente comunitária de saúde -, Mané de Henrique - pessoa idosa e informante privilegiado -, assim como seu irmão Bino, que brinca no Ticumbi de Conceição da Barra, e Brandino."

"Havia na comunidade uma capela, cujo padroeiro era Bom Jesus da Lapa, e uma escola. No momento atual, estes sítios estão ocupados pela monocultura da cana e a comunidade freqüenta as Igrejas de Santa Bárbara, no Linharinho, e de São José, em Sayonara. A relação com o Linharinho também se estabelece pela participação de alguns moradores na Associação de Pequenos Produtores Rurais." (ib.)

"A maioria das moradias é de estuque; algumas são de lajota. Há 2 farinheiras junto às moradias dos mais idosos, Dona Luzia e Seu Mané de Henrique. As casas não possuem banheiro nem energia elétrica."

"Os moradores afirmam que a qualidade da água dos córregos é constantemente comprometida pelo intenso uso de agrotóxicos nas monoculturas de eucalipto e cana que circundam a comunidade. Há também a queixa de contaminação do córrego do Angelim na safra da cana, pelo vinhoto da Disa (...), situada à montante deste córrego. Dona Luzia relata casos de mortandade de peixes decorrente desta contaminação. Diante das reclamações da comunidade, a empresa iniciou neste ano a construção de dois poços próximos às casas de D^a. Luzia e Seu Mané de Henrique e comprometeu-se em fornecer água potável até que fossem concluídas as obras. No entanto, até este momento tal compromisso não

se cumpria, pois a perfuração dos poços estava paralisada havia mais de um mês e o fornecimento de água estava irregular, obrigando o deslocamento dos moradores até uma mina de água potável a uma distância de 3 km. Foi observado que os poços estavam sem condição de uso e a água fornecida pelo caminhão-pipa da DISA só poderia ser utilizada para lavar roupas e louças. Segundo Maria do Rosário, agente comunitária de saúde local, há indícios de doenças decorrentes da má qualidade da água."

"Na década de 1970, a entrada da Aracruz nesta região deu-se através de mecanismos de grilagem das terras comunais quilombolas, baseadas na posse. Perante o Estado, as terras não escrituradas passavam a ser tratada como terras devolutas, passíveis de ser negociada. Seu Mané de Henrique relata que, dos 40 alqueires que possuía, sua família vendeu 20 alqueires à empresa e perdeu outros 12 alqueires através do mecanismo da grilagem. Dona Luzia denuncia a proibição imposta pela empresa referente à criação de animais soltos, que acabam 'invadindo' os plantios. Este conflito resultou na morte de 3 cavalos da comunidade dentro do eucaliptal."

"O morador Moacir tem um histórico político na região, devido à presidência da cooperativa de carvoeiros oriundos do Linharinho, Angelim e Roda D'Água. Esta cooperativa foi iniciada após a seca de 1997, próximo ao córrego da Queixada, com o trabalho de 10 carvoeiros e posteriormente foi transferida para o Paraíso, na Comunidade de São Domingos, onde chegou a trabalhar com 30 carvoeiros e cerca de 200 fornos. Sua base produtiva provinha dos resíduos da Aracruz Celulose, que eram recolhidos e trazidos pela empreiteira CAVERSPÉL, de propriedade de Mário Spinassé, (...) até o mês de outubro de 2001. Em março de 2002, a Aracruz rompe a parceria e passa a fornecer seus resíduos para a empresa Bioenergy, que intenciona produzir carvão sem fumaça." (ib.)

Estimulada por sua relação anterior com a Fundação Palmares, a comunidade do Angelim requereu junto a esta o seu registro como "remanescente de quilombo", o que está feito sob número 069, à folha 73 do livro próprio daquela Fundação, conforme certificado pela recente Portaria 035/2004 da mesma (ARAÚJO, 2004), publicada a 10 de dezembro.

Angelim é a primeira - e até aqui a única - comunidade quilombola capixaba a obter esse registro.

3) Outras comunidades em Conceição da Barra

Linharinho, junto ao baixo curso do córrego São Domingos e à ES-010, é tida como a comunidade remanescente do antigo quilombo do Negro Rogério, que dominou, ao final do século XIX, os baixos

cursos do Santana e do São Domingos. Pressionada pela expansão da monocultura do eucalipto, tem hoje cerca de 40 moradias das 100 que teria tido há algumas décadas (KOINONIA, ib.).

A comunidade do Coxi, que adota sua denominação do apelido de um dos seus moradores mais velhos, fica à margem direita do baixo curso do córrego de Santana, próxima à margem direita da ES-421 (BR-101 a Conceição da Barra) e é composta por menos de 10 moradias (KOINONIA, ib.).

Roda d'Água é composta por oito núcleos distribuídos ao longo da antiga estrada que liga São Mateus - a partir do trevo do Bairro Litorâneo, no Km 60 da BR-101, ao povoado de Santana, na ES-421. Apesar de também muito pressionados pelo plantio de eucaliptos, os moradores das suas cerca de 40 moradias distribuem-se em atividades econômicas diversas, que incluem a pesca profissional no rio Cricaré.

O Córrego do Sertão, por fim, é um núcleo formado por cerca de 10 moradias, quase todas de famílias expulsas do Linharinho no processo de expansão da monocultura do eucalipto. A comunidade fica na confluência do córrego que lhe dá o nome com o do Macaco, entre o grande povoado de Braço do Norte (BR-101) e a Floresta Nacional (Flona) do Rio Preto.

Essas comunidades, mais próximas da cidade de Conceição da Barra, têm participação muito ativa nos eventos folclóricos negros locais, como o Ticumbi e o Reis de Boi.

c) Divino Espírito Santo

Apesar de situada no mesmo município de São Mateus, a comunidade quilombola do Divino Espírito Santo têm origem e história em partes diversas das do Sapé do Norte.

O antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira, autor de trabalho de pesquisa e de artigo sobre a comunidade, informa que:

"Seus moradores estão relacionados entre si por laços de parentesco e relatam sua procedência a partir de dois irmãos: Eleodório Vicente de Jesus e Laudêncio de Jesus, que ocuparam aquelas terras onde hoje moram seus descendentes." (OLIVEIRA, 2002)

Relata ainda Oliveira (2002) que:

"Desde meus primeiros contatos com os moradores dessa comunidade, em janeiro de 1997, disseram-me que ali as maiores famílias que deram origem ao grupo eram os Eleodórios, os Laudêncios e os

Gaias. Falavam também em 'reis-de-boi dos Laudêncios' e se diziam descendentes do 'quilombo do Laudêncio'. Depois de fazer a genealogia dos vários chefes de família, homens e mulheres, e obter vários relatos na memória social, cheguei a conclusão de que os que são chamados de Laudêncios pelos de dentro e pelos de fora da comunidade em sua maioria quase absoluta se assinam Santos e são descendentes de Laudêncio de Jesus, enquanto Os que se assinam Eleodório e de Jesus, em menor número na comunidade, descendem de Eleodório Vicente de Jesus. Os Gaias, ao que contam, eram negros que moravam no norte de São Mateus, para o lado de Sant'Ana e Sapé do Norte. Ao migrarem para o local, foram sendo incorporados ao grupo dos descendentes de Eleodório e Laudêncio (que era e continua sendo maioria) pelas alianças matrimoniais".

Quanto à distribuição espacial da comunidade, informa o autor que:

"O local das terras desse grupo já foi dividido em três denominações, existentes ainda hoje, referentes a lugares específicos dentro de suas terras: Córrego Grande, Córrego da Tábua e Rio Preto. Posteriormente o local recebeu o nome de Comunidade do Espírito Santo, por haver a Igreja católica criado ali nos anos 1970 uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), tendo por padroeiro o Divino Espírito Santo".

A comunidade "dista aproximadamente 12 km da sede do município e quase todos os seus moradores vivem do lado esquerdo da BR-101 norte, sentido Vitória - São Mateus. o ponto de referência de entrada para a comunidade é o Posto Caminhoneiro (abastecido pela distribuidora PETROBRAS), que fica ao lado esquerdo da BR, à altura do Km 78".

"Para quem entra na região tomando o templo da comunidade católica local como ponto de referência, cerca de 2 km à esquerda está o Rio Preto, e cerca de 4km à direita o Córrego Grande. Entre o Rio Preto e o Córrego Grande, cerca de 3km depois do templo católico, na região central da localidade, nasce o Córrego da Tábua, um dos afluentes do Rio Preto".

"Quanto às condições de habitação, existem cerca de 24 casas de alvenaria, 8 de pau-a-pique e 2 de tábuas".

"(...) Em Divino Espírito Santo vivem 35 famílias e cerca de 220 pessoas ligadas por laços de parentesco, pois descendem dos irmãos Eleodório e Laudêncio, havendo vários casamentos entre parentes".

Com efeito,

"Em Divino Espírito Santo, a memória social da ocupação territorial está estreitamente ligada à relação entre terras e parentesco."

"Consta, na memória social, que os irmãos Eleodório e Laudêncio eram filhos de Vicente de Jesus e Rosa. A bisneta de Eleodório, Dona Francisca de Jesus, diz que seu avô, Manuel Eleodório de Jesus (Manuel Benedito), contava que o avô dele, chamado Vicente de Jesus, veio da África. Eleodório e Laudêncio, segundo ressalta uma filha do primeiro e uma bisneta do segundo, migraram de um lugar denominado Itaúnas, que atualmente pertence a Conceição da Barra. Afirmam também que, por ocasião da chegada desses dois irmãos ao local, o primeiro já era casado e Laudêncio ainda estava solteiro. Havia ainda um terceiro irmão que veio com eles, chamado Emílio, que não permaneceu no local. Segundo Dona Vanderlina de Jesus, filha de Eleodório, nascida em 1912 e ainda viva, seus avós, pais de Eleodório, Emílio e Laudêncio, se chamavam Rosa e Vicente de Jesus."

"Laudêncio, que estava solteiro, assim que chegou ao local casou-se com Maria, que morava nas proximidades da cidade de São Mateus. Ela já era mãe de um filho chamado Manuel Leonel dos Santos, e o casal teve apenas uma filha, Prudenciana. Laudêncio e seu irmão Eleodório passaram a cultivar a terra e a criar gado na região. Manuel, que se tornara filho de Laudêncio, passou a se chamar Manuel Laudêncio pois ainda faz parte do costume local os pais colocarem seu nome como segundo nome do filho. Manuel Leonel dos Santos (Manuel Laudêncio) teve três filhos: Antônio dos Santos, Manuel dos Santos e Mateus. O primeiro logo ficou conhecido como Antônio Laudêncio. Manuel Leonel dos Santos, conforme uma de suas netas, construiu sua morada no Córrego Grande mas depois mudou-se para as margens do Rio Preto, enquanto seu filho Antônio, que lá morava, veio para as terras da margem do Córrego Grande. (...) Tempos depois, Manuel Leonel dos Santos voltou para às margens do Córrego Grande e ali faleceu após ser picado por uma cobra. Prudenciana, filha de Laudêncio com Maria, casou-se e teve apenas um filho, Augusto dos Santos, que ainda mora no local."

"Ao justificarem a migração de Laudêncio e Eleodório de Itaúnas para as terras entre o Rio Preto e o Córrego Grande, seus atuais descendentes afirmam que os dois irmãos seguiram a mesma lógica dos demais escravos que fugiam em busca de terras férteis para sobreviver."

"Após a morte de Manuel Leonel dos Santos, Antônio dos Santos (Antônio Laudêncio) ficou morando nas terras à margem do Rio Preto, onde seus filhos estão ainda hoje, enquanto Manuel dos Santos

permaneceu nas terras do Córrego Grande, mudando-se posteriormente para a margem do Rio Preto e deixando suas terras para os filhos, que lá vivem até hoje."

"Atualmente, os descendentes de Laudêncio distribuem-se entre as margens do Rio Preto, do Córrego da Tábua e do Córrego Grande à margem direita da BR-101 norte, enquanto Eleodório, apesar de ter tido mais filhos que Laudêncio, 8 no total, tem menos descendentes no local. Alguns vivem às margens do Rio Preto (os filhos, netos e bisnetos de Manuel Eleodório, filho já falecido de Eleodório) e outros à margem do Córrego da Tábua (Concêncio Eleodório de Jesus, filho de Eleodório, que vive numa casa com sua família extensa - filhos, filhas, esposas dos filhos e toda a prole). Existe uma outra filha de Eleodório ainda viva, que é Dona Vanderlina, moradora da cidade de São Mateus. Na verdade, é impossível fazer uma separação rígida entre os descendentes de Eleodório e os de Laudêncio: como já se casaram entre si, às vezes o homem é descendente de Laudêncio e a mulher de Eleodório ou vice-versa."

Oliveira (2002) relata, com riqueza de detalhes, o processo de entrada na região das frentes madeireiras, a partir da década de 1940, e, em seguida, da agro-indústria da celulose, com a progressiva perda de terras por parte dos quilombolas do Laudêncio - depois Espírito Santo -, até a situação atual em que conservam, formalmente, apenas pouco mais de 200 hectares.

Segundo informação pessoal de José Maurício Arruti (2004), a organização política da comunidade do Espírito Santo no plano regional e com relação à intrusão da agro-indústria é anterior à do Sapé do Norte e ao próprio surgimento, aí, de um movimento mais definitivamente quilombola, já na década de 1980.

Oliveira (2002) confirma que:

"O processo de mobilização política dessa comunidade contou com a presença da Igreja Católica e do Movimento (Grupo) de União e Consciência Negra. Eles desencadearam um forte movimento, na região norte, para que os pequenos proprietários não vendessem as suas terras. Um dos moradores afirma que com a intensificação do movimento em meados dos anos 1970, as pessoas pararam de vender suas terras. Entre 1985 e 1992, porém, alguns voltaram a vendê-las novamente."

"Com a venda de várias pequenas áreas para a plantação de eucaliptos, distanciaram-se as áreas umas das outras e, conseqüentemente, as famílias. Assim, uma parte do grupo criou um novo templo da CEB, na cabeceira do rio Preto, argumentando ser muito longe a CEB do Espírito Santo, e passou a participar, junto com outro grupo, numa fazenda chamada Tiguera, onde criaram a CEB Bom Pastor".

Conforme relata um informante de Oliveira (2002):

"Da comunidade do Espírito Santo, depois já se criou outra comunidade, que é a do Bom Pastor, de um sobrinho meu, porque ficava muito longe para eles irem lá, e então criaram outra comunidade que é filha da comunidade do Espírito Santo, a Bom Pastor, na Tigüera. Se vocês forem lá pra cima vão passar na casa do sobrinho meu e irmãos, e eles participam. Eu, aqui, participo na do Espírito Santo, e eles antes participavam no Espírito Santo. Depois mudou e fizeram outra comunidade lá que fica mais perto pra eles (V.A.S.)".

Há, hoje, portanto, pelo menos duas comunidades descendentes do "quilombo do Laudêncio": a do Divino Espírito Santo, nos vales dos rios Preto e Córrego Grande; e a da Tigüera ou Tiquiera, descrita como situada na cabeceira do primeiro e organizadas em suas respectivas comunidades eclesiais de base.

A presença católica no quilombo, contudo, ainda segundo Oliveira (2002), antecede a chegada das CEB:

"Antes da chegada da Igreja ao local, conforme afirmam, os parentes que já se consideravam católicos se uniam para rezar a ladainha em família. Havia uma devoção muito forte a São Benedito, e seus pais e avós rezavam a ladainha para ele e para outros santos, tradição que segundo os mais velhos, se mantém até hoje."

"Antigamente não tinha essa comunidade do Interior. Nossos pais; os meus avós rezavam a ladainha caseira em devoção aos santos, aos padroeiros. Então, depois que criou essa comunidade e passou a rezar o culto dominical, muita gente desligou da ladainha, só que nós não deixamos aquela tradição. Nós continuamos rezando a ladainha, nós reza o terço e também aquelas rezas antigas que eram dos nossos antepassados. Em São Mateus tem outras pessoas que rezam, também, a ladainha. A ladainha caseira' (V.A.S)." (ib.)

A comunidade do Espírito Santo tem, hoje, uma certa notoriedade no plano regional e, em função disto, Oliveira (2002) relata que, por ela,

"(...) já passaram muitos curiosos e, entre eles, cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos que sobre ela fizeram um documentário, 'O Último Quilombo'. bem como fotos e reportagens. Os membros da comunidade reclamam e às vezes se negam a relatar sua história a estranhos porque, no seu entender,

eles a trataram sem o respeito merecido, deturpando sua realidade e considerando-a 'atrasada' em relação às transformações sociais".

Embora se distingam das comunidades do Sapé do Norte, os habitantes de Espírito Santo não deixam de sublinhar, hoje, a sua condição quilombola, remetendo-a, inclusive, ao conhecido contexto histórico da área ao norte do Cricaré, o que, de resto, é plenamente autorizado pela origem de Laudêncio e Eleodório que, conforme visto, vieram de Itaúnas. Ainda de acordo com o relato de Oliveira (2002):

"Além de se definirem como integrantes do quilombo do Laudêncio, alguns moradores do Espírito Santo afirmam que esse quilombo era descendente do quilombo de Zacimba Gaba, enquanto outros o consideram descendente do quilombo de Sant'Ana, o quilombo do Negro Rugério. Segundo eles, existem no norte do Estado, várias comunidades negras que descendem dos antigos quilombolas ali existentes. José Rola e Domingos dos Santos, líderes do Grupo União e consciência Negra em São Mateus e Conceição da Barra respectivamente, também afirmam que naquela região existiram muitos quilombos e que as várias comunidades negras ali existentes são 'remanescentes' desses quilombos".

O tradicional território do "Quilombo do Laudêncio", é, em sua atual comunidade do Divino Espírito Santo, cortado, em ambas as margens da BR-101, pela diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu, embora seja difícil precisar a extensão - física e sócio-econômica - dessa interferência, já que esse território não está, ainda, devidamente demarcado e titulado.

d) Helvécia

A colonização européia no interior do extremo sul baiano parece ter se iniciado logo após a guerra de extermínio aos povos indígenas da região, ou seja, no início do século XIX, a partir, principalmente, do porto de Caravelas. O grande número de escravos levados para a região nessa época teria dado origem à população negra hoje dominante em áreas rurais dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, notadamente no distrito e respectiva vila de Helvécia, que teria sido sede de importante empreendimento colonial.

Para um estudioso nativo de Caravelas, informante de Ossowicki (2003),

"Helvécia teria sido um tipo de 'quilombo', mas os 'fundadores' da vila não foram escravos, e sim 'negros livres' que depois da abolição transformaram uma das fazendas (supostamente chamada Helvetia e pertencente a um 'colono' suíço) da Colônia Leopoldina, em uma vila à margem da estrada de ferro Bahia-Minas. A Colônia Leopoldina teria sido fundada por colonizadores suíços, alemães e

franceses em 1818, a partir do estabelecimento de imensas fazendas para plantação de café, onde o trabalhador escravo, importado da África e que rapidamente tornou-se a maioria da população na região, era usado como força de trabalho. Da colônia, o café era exportado para outras partes do Brasil e para a Europa. A terra fora doada por Dom Pedro I, e o nome da colônia - Leopoldina - foi a forma dos colonizadores europeus 'agradecerem a ele dando à colônia o nome da princesa' do Império Português. Após a abolição, apenas três famílias anteriormente proprietárias de escravos (supostamente de 'origem suíça') teriam permanecido como 'exceções brancas' e Helvétia, a fazenda, transformou-se em Helvécia, a 'comunidade negra', localizada à margem da ferrovia Bahia-Minas. A estação ferroviária, inaugurada em 1897, ainda estaria intacta como uma prova contemporânea do antigo sistema de comunicação, que ligava o interior de Minas Gerais aos portos da região litorânea do sul da Bahia, principalmente ao de Caravelas, entre o fim do século IX e meados do século XX".

No contexto da indústria de turismo que penetrou na região a partir da década de 1970, Helvécia é percebida e apresentada como uma espécie de "curiosidade" histórica e cultural a merecer a atenção do visitante. Em um guia de turismo do município de Nova Viçosa, publicado pela Prefeitura (2000, apud OSSOWICKI, 2003), é dito que a vila teria surgido como uma "Colônia Nagô, inclusive com dialeto próprio" e que hoje "Helvécia conta com uma população negra, de beleza singular, que se orgulha da ascendência dos verdadeiros colonizadores deste pedaço peculiar do Brasil".

"Nas páginas que apresentam a cultura local ('Festas populares e folclore') para o turista em potencial, Helvécia aparece como uma das principais atrações, com o guia referindo-se ao 'bate barriga' (uma festividade também chamada 'batuque' ou 'bate coxa' pelos moradores) e a 'festividades católicas' tais como as festas de São Benedito, de Cosme e Damião e a 'manifestação cênica dos mouros e cristãos".

Ossowicki, que é autor de uma dissertação de mestrado que trata da comunidade, comenta ainda, sobre o Guia, que:

"Na lista do patrimônio histórico do município, a antiga estação ferroviária tem destaque, mas a impressão geral que se tem é que Helvécia, como uma totalidade, é parte deste patrimônio histórico".

Segundo esse autor, Helvécia parece ter despertado o interesse acadêmico a partir da confecção, na década de 1960, de um Atlas Lingüístico do Estado da Bahia. Contudo, apenas a partir da década de 1980, os lingüistas Alan Baxter e Dante Lucchesi realizaram pesquisas mais detidas junto à comunidade, tratando do que se define como "transmissão lingüística irregular", e que diz respeito, no caso, a formas próprias de apropriação e de uso da língua portuguesa por parte da população de origem africana do local (OSSOWICKI, 2003).

Seguimos com Ossowicki para uma descrição mais detalhada da comunidade:

"A Helvécia atual cresceu em torno da estação ferroviária. Antes da abolição, o povoado da fazenda, referido pelo nome de Helvetia, encontrava-se à margem do Rio Peruípe a duzentos metros do atual centro da vila: 'o Comércio'. (...)"

"Hoje, qualquer visitante chega na vila pela BR-418 (...) a partir da BR-101, distante cerca de 21 km, ou ainda de Caravelas, aproximadamente a 60 km vindo do litoral. No período da escravidão, o rio Peruípe era a principal entrada vindo do mar, porém, do fim do século XIX, com a construção da Bahia-Minas, até meados da década de sessenta, a ferrovia passou a ser o melhor e mais rápido meio de transporte e comunicação."

"Helvécia possui duas ruas principais, formando um cruzamento e dividindo a vila geograficamente em quatro partes, com a igreja católica, o ponto de ônibus e a estação de trem formando uma praça onde elas se encontram. (...) Antigamente, o trem passava na rua principal que vai do leste para o oeste; os trilhos foram retirados nos anos sessenta logo depois da desativação da linha; a outra rua segue em direção à BR-418 a dois quilômetros ao sul, e ao norte em direção à área onde a maior parte das famílias ainda possuem um pequeno pedaço de terra cultivável: 'as roças'."

"Os 'compounds' domésticos são mais comumente compostos de famílias extensas divididas em duas a quatro casas, em sua maioria de pau-a-pique, algumas delas habitadas por pessoas de quatro gerações ou mais. Pessoas vivendo em diferentes 'compounds' próximos um ao outro são, em geral, parentes próximos. A divisão da vila em quatro partes, a praça e as redondezas imediatas compoem uma quinta parte, reflete este 'modelo' de organização, em que cada uma das partes é dominada por grupos familiares definidos bilateralmente, transformando as divisões geográficas em divisões morais também. (...)"

"De uma perspectiva centro-periferia, é importante acrescentar que as famílias que vivem na periferia têm uma vida economicamente mais difícil. Ninguém chega a passar fome e na maioria das casas há geladeira, TV e som. Os telefones estão sendo expandidos, mas não há sistema público de água e esgoto na vila".

"As quatro (ou cinco) divisões explicam como, quando e onde a vila foi se expandindo nas diferentes épocas. Ignorando as razões pessoais que fazem as pessoas se mudarem das roças para a vila, e um provável conjunto de outros fatores, este movimento tem estado relacionado a mudanças na economia regional. Se o café dominou a economia durante o século XIX ele logo foi substituído pelo comércio

de madeira de lei no início do século XX. Facilitado pelo transporte através da ferrovia - onde muitos idosos de Helvécia trabalharam em sua juventude -, o comércio com madeira só acabou quando as florestas desapareceram. E logo foi substituído pela 'indústria de mamão', incentivada pelo Estado e por seu financiamento de assentamentos japoneses na região. Em meados dos anos 70, foi a vez do eucalipto que desde então tem se expandido violentamente (...).

"O crescimento da vila, então, tem sido principalmente uma consequência de um movimento para o Comércio das roças espalhadas na área ao norte, nordeste e noroeste da vila, algumas isoladas, outras compondo menores aglomerados no que antigamente chamava-se a 'terra do meio'. Com exceção das poucas pessoas que se definiram como de origem suíça, quase todas as famílias na vila mudaram-se para esta região num lento processo iniciado no fim da escravidão. Recentemente, este processo foi acelerado em função da expansão da indústria da celulose e da plantação de eucalipto, mas a agricultura de subsistência tem acompanhado as contínuas mudanças na economia regional, embora agora seja mais e mais deixada para trás, ou seja forçada a isso."

"É comum viver permanentemente na vila, mas ainda plantar e trabalhar nas roças distantes do Comércio. Algumas famílias têm mesmo duas casas, uma na vila e outra na roça. A farinha de mandioca preparada artesanalmente domina a produção, mas esta é extremamente variada; alguns produtos são vendidos nos mercados da região, enquanto a maior parte é para o consumo da família."

"Muitas pessoas mais velhas sabem exatamente que pedaço e que tamanho de terra seus bisavós ou mesmo seus avós receberam depois da abolição; utilizam também nomes de lugares que não correspondem às condições das propriedades atuais, referindo-se a elas por seus antigos limites (...).

"Parentesco, laços familiares e outras relações sociais de importância também estendem-se para fora da vila: 'se seguir a antiga linha do trem, sempre tem parentes das famílias de Helvécia'. Nos lugarejos do distrito, a maioria é de pessoas com alguma relação de parentesco com moradores do Comércio. Quando pessoas de fora falam sobre 'Helvécia' elas parecem incluir uma área que grosso modo corresponde a essas relações, ultrapassando os limites do município com Caravelas e Ibirapuã (...).

"É comum ouvir dizer na região que as políticas local e regional mudaram drasticamente nos últimos quinze anos. Tudo, ao menos assim parece, está agora relacionado ao impacto e à importância da indústria da celulose, que desde meados dos anos 70 gradualmente vem mudando o meio ambiente."

"A plantação de eucalipto é vista como uma ameaça à agricultura, ao meio ambiente e até à continuação da existência da vila: as empresas compraram e continuam a comprar terra para

(im)plantar o 'deserto verde', como as pessoas dizem. Muitos pequenos vilarejos próximos já 'desapareceram' como consequência do fato de que seus habitantes venderam sua terra e mudaram-se para outro lugar. Os poucos que permanecem são logo forçados a ir embora também - alguns deles mudam-se para ficar mais próximos dos parentes em Helvécia".

"Ainda que exista uma ambivalência óbvia entre 'custos e benefícios' da indústria da celulose, a maior parte das opiniões é de que ela é, em última análise, ruim para Helvécia. E que ela já foi longe demais. O financiamento das 'firmas' aos serviços públicos, tal como doação de material escolar e parte da construção de um posto de saúde, é percebido como uma forma de encobrir a exploração".

"Protestos esporádicos são feitos, alguns até violentos, mas não há nenhum tipo de movimento organizado (...)".

"(...), o cemitério a cerca de quinhentos metros da periferia leste da vila foi cercado pelas plantações. É comum dizer-se, especialmente entre as mulheres, que 'qualquer coisa', normalmente relacionada a perigos de algum tipo, pode acontecer nas plantações de eucalipto. Assim, o acesso ao cemitério tornou-se complicado. O cemitério 'histórico' a cerca de dez quilômetros, 'construído pelos escravos', e onde as pessoas ainda têm parentes enterrados, até mesmo mães e pais, avós e outros, foi completamente destruído pelas 'firmas'. Nada foi deixado, com exceção de algumas ruínas no meio dos eucaliptos. (...)".

" Não existe posto policial em Helvécia (...). A 'lei' é freqüentemente aplicada pelos guardas da segurança privada contratada pelas empresas especialmente para controlar incêndios na floresta, caça, pesca e outras atividades que podem prejudicar o meio ambiente. O Ibama implantou regras rigorosas sobre tais práticas e deixou as responsabilidades nas mãos das 'firmas que destroem as nossas terras, matas e rios'. As pessoas continuam a caçar e têm ocorrido situações de violência quando os guardas tentam intervir".

"A expansão do eucalipto é, em geral, vista como não passível de ser interrompida e, além disso, considera-se que é impossível que as pessoas comuns e os políticos locais consigam mudar a atual situação: 'As primeiras forças armadas do Brasil foram os cachorros caçando os negros fugitivos nas matas' as [forças armadas] mais recentes são aquilo [eucalipto]".

"Um senhor que há vários anos tentou organizar uma cooperativa para pequenos agricultores, não apenas para resistir ao eucalipto, mas também para aumentar a produtividade, foi visitado por uma mulher em maio de 2002. Ela se apresentou como antropóloga e funcionária da Procuradoria da

República em Salvador. Disse- lhe que estava viajando pelo sul da Bahia procurando por vilas e regiões com habitantes predominantemente 'negros' que poderiam ser reconhecidos como 'remanescentes de quilombos', conseqüentemente incluindo o regime coletivo de demarcação da terra pela lei constitucional de proteção de terras. Ela lhe disse que Helvécia era um lugar desses e que a expansão do eucalipto poderia ser usada como uma motivação legal para transformar partes do distrito numa área protegida. Os dois conversaram por algumas horas, ela lhe deu um número de telefone e foi embora. O homem me disse que gostou da idéia, mas que não falou sobre isso com seus parentes e amigos porque acreditou que as famílias que ainda possuíam suas terras provavelmente não gostariam que estas se tornassem coletivas uma vez que, assim, não poderiam mais vendê-las quando desejassem, ou quando precisassem. A idéia era boa - 'Acho que é fácil fazer isto. Quilombo era aquela aglomeração de negros. E Helvécia, aqui dentro, é uma área assim. E não precisa ser negro, é a localização que é importante. É para reintegrar o pessoal nas suas funções; restabelecer a terra que foi tomada, e para o pessoal começar a plantar.' - mas seu raciocínio era que primeiro deveria haver a cooperativa".

De fato, embora não muito longe de Sapé do Norte - cerca de 120 quilômetros -, Helvécia está relativamente isolada em um contexto regional em que não há outros quilombos mais definidos; e vivendo um contexto interno em que parece não haver, ainda, condições para um consenso, ou até mesmo para uma discussão mais qualificada, quanto à perspectiva de titulação coletiva de terras, que possa preservar e resgatar patrimônios comuns de suas famílias. Assim, a comunidade ainda não optou por requerer formalmente o seu registro como "remanescente de quilombo", embora seja muito claramente percebida como tal tanto pelos "de fora" quanto pelos "de dentro".

Encerramos esta transcrição da descrição de Ossowicki (2003) com algumas informações sobre religiosidade e festas populares:

"Em Helvécia há uma igreja católica, dois terreiros de candomblé e nove pequenas igrejas evangélicas no Comércio. (...)" (ib.)

"As festividades mais importantes no distrito são as de São Sebastião (janeiro), São Benedito (maio), Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Helvécia (setembro), e Cosme e Damião (setembro). Durante a semana de São Sebastião, quando a dramatização de mouros e cristãos é realizada e durante o fim-de-semana da Piedade, a população da vila dobra em função de todos os parentes e amigos que chegam de outras partes do Brasil para participar e assistir as festas."

"Todas elas, com exceção da festa de Nossa Senhora da Piedade, são acompanhadas por festas noturnas: batuques ou sambas de viola. O samba de viola também é organizado nas festas de pagamentos de promessas de vários outros santos e o batuque acontece esporadicamente nas festas de final de ano (entre o Natal e o Ano Novo). Tambores feitos artesanalmente na vila (usados no batuque); caixas, pandeiros e 'lundus', o termo local para sanfona (usados no samba), são os instrumentos comuns. Os tambores do batuque são também usados no 'candomblé' e durante 'embarreiros': construções de casas de pau-a-pique em forma de mutirão e acompanhados de 'batucada, dança, canto, cachaça e comida à vontade'. Em geral, apenas homens mais velhos sabem como construir e tocar os tambores e muitos deles moram nas roças e são chamados para as ocasiões festivas quando estas acontecem no Comércio. O inverso é comum quando as festas são fora da vila." (ib.)

"Existe uma pequena farmácia, uma mercearia, um mercado, dois açougues, uma padaria e muitas pequenas 'vendas' no Comércio. A maioria das 'vendinhas' também são bares de onde o forró se espalha pela vila durante o dia e até tarde da noite. Especialmente quando o time de futebol - os Camarões ('uma homenagem aos negões da África') - ganham uma partida, os bares enchem." (ib.)

A vila de Helvécia está a cerca de 12 quilômetros a leste da diretriz do Gasoduto Cacimbas-Catu, se tomar como referência o traçado da BR-418. Se considerar, porém, os pouco precisos limites do que seria o tradicional território do distrito de Helvécia, ou, principalmente, se adotar a indicação de que 'se seguir a antiga linha do trem, sempre tem parentes das famílias de Helvécia' (ib.), pode-se constatar que a diretriz possivelmente passa próxima ao que seria, 'grosso modo', o limite entre o "velho" distrito de Helvécia e o "novo" distrito de Posto da Mata, próximo à BR- 101, atualmente o maior núcleo urbano do município de Nova Viçosa, habitado principalmente por imigrantes recentes, trazidos pelas frentes de expansão econômica que alcançaram a região nas últimas décadas.

Nas proximidades da diretriz há, do lado de Posto da Mata, o povoado de Bela Vista, às margens da BR-101, e, do lado de Helvécia, habitado por "parentes das famílias" da vila, o povoado de Engenheiro Cândido Mariano - ou Quilômetro 87 -, onde havia estação homônima da Bahia-Minas, e hoje situado no Km 3 da BA/294, rodovia que liga a BR-418 à cidade de Nova Viçosa.

A comunidade negra de Cândido Mariano está, hoje, também cercada por eucaliptos e, como em outras situações semelhantes, seus habitantes queixam-se do desaparecimento ou da dificuldade de acesso a recursos naturais em função da presença deste plantio ou da repressão organizada que vem a ele associada. Neste contexto, a carvoaria, que aproveita resíduos dos próprios eucaliptos, parece ser uma

alternativa para que algumas das famílias possam pelo menos permanecer no local; o que, de resto, também ocorre na própria vila de Helvécia, onde fornos podem ser vistos logo à sua entrada.

Cândido Mariano dista cerca de 4 quilômetros do ponto em que a diretriz do Empreendimento cruza a BR-418, seguindo-se, em meio ao eucaliptal, por uma estradinha que liga diretamente o povoado àquela rodovia.

e) Comunidades do Recôncavo

A 10 de dezembro de 2004, o Diário Oficial da União publicou a Portaria 35/04, de 6 de dezembro, da Fundação Cultural Palmares, que, de um total de 67 localidades ou territórios em todo o país, certifica o registro, como "remanescentes de quilombos", de cinco grupos de comunidades do Recôncavo Baiano, localizadas nos municípios de Cachoeira e Maragogipe.

São as seguintes as comunidades certificadas e os seus respectivos registros, conforme consta na referida Portaria:

"COMUNIDADES DE DENDÊ/ENGENHO DA PRAIA/ENGENHO DA PONTE/CALEMBÁ/CAONGE, localizadas no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.042, f.44;

COMUNIDADE DE CAIMBONGO VELHO, localizada no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.043, f.45;

COMUNIDADES DE IMBIARA/CATOLÉ/TOMBO, localizadas no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.044, f. 46;

COMUNIDADE DE ENGENHO DA VITÓRIA, localizada no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.046, f.47;

(...)

COMUNIDADE DE SALAMINAS, localizada no Município de Maragogipe, Estado da Bahia, Registro n. 063, f.66;" (ARAÚJO, 2004)

Tratam-se, pois, de quatro grupos de "comunidades" no município de Cachoeira, com referência nominal a 10 comunidades ou localidades específicas; e mais uma comunidade no município de Maragogipe.

A pesquisa de campo realizada verificou que os quatro grupos de comunidades do Recôncavo Baiano localizada no município de Cachoeira e o grupo de comunidade localizada no município de Maragojipe, acima referidas, são semelhantes e não diferem das demais comunidades quilombolas que povoam o espaço rural dos dois municípios.

As comunidades certificadas têm em comum, conforme dito, o fato de estarem localizadas no recôncavo da bacia estuarina do Iguape, no rio Paraguaçu e de, aí, associarem a exploração de pequenos roçados familiares com a pesca artesanal na grande bacia, sobretudo nos extensos manguezais à sua volta, muito ricos em mariscos e crustáceos.

Também conforme dito, o processo de organização dessas comunidades enquanto "remanescentes de quilombos" é relativamente recente, e se articula, no plano externo, com a CPP da Igreja Católica, bem como com centros de cultura negra e regional das cidades de Cachoeira e São Félix.

Já há também estudos em curso sobre essas comunidades, promovidos por programas de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que mantém um centro avançado de campo no distrito de Santiago do Iguape, município de Cachoeira.

Dois dos conjuntos de comunidades recém certificados estão justamente nesse distrito: o formado pelas localidades de Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Calembá e Caonje; imediatamente a norte da sede do distrito, e entre 5 e 10 quilômetros ao sul da diretriz do gasoduto Cacimbas-Catu; e o de Caingongo Velho, mais ao sul, entre a costa da bacia do Iguape e os limites de Cachoeira com os municípios vizinhos de Santo Amaro e Saubara, cerca de 14 quilômetros ao sul da diretriz.

Os outros dois conjuntos em Cachoeira estão no distrito sede do município, sendo que estudos mais detalhados irão poder constatar a distância dessas comunidades em relação à AII.

O conjunto formado por Imbiara, Catolé e Tombo está situado a cerca de 3 quilômetros ao sul da diretriz, em se considerando as suas localizações aproximadas conforme referências na base cartográfica adotada no presente estudo; enquanto que a comunidade de Engenho da Vitória, localizada logo a jusante da cidade, à margem esquerda do Paraguaçu, está na Área de Influência Direta da Diretriz do Gasoduto.

Não foi possível identificar, base cartográfica, a localização mais precisa da comunidade de Salaminas, no município de Maragojipe. Sabendo-se, contudo, que ela situa-se junto à Bacia do Iguape, se pode

considerar que esteja a não menos que 5 quilômetros ao sul da diretriz, estando fora da área de influência direta.

II.5.3.3.3- Populações Tradicionais

Diferentemente do que ocorre com comunidades indígenas e quilombolas, "populações tradicionais" não é uma categoria que esteja referida a conceituações jurídicas específicas e, portanto, não é tão simples identificar, com absoluta precisão, quais sejam os segmentos sociais que a categoria possa abranger; inclusive também porque apenas muito recentemente tal categoria tem merecido referências explícitas na formulação de políticas públicas.

Exemplo disto é recente Decreto da Presidência da República, de 27 de dezembro de 2004, que cria, em âmbito interministerial, a "Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais" (SILVA *et al*, 2004). Embora também aqui não haja preocupação em se definir, formalmente, o que se deva entender por "comunidades tradicionais", o teor do texto deixa evidente a preocupação governamental com o planejamento e o gerenciamento da exploração "sustentável" de recursos naturais, e do que refere como "agroextrativismo", única categoria produtiva diretamente mencionada.

Merece toda atenção, pois, o fato de que a categoria "populações" ou mesmo "comunidades tradicionais" venha se tornando de uso corrente na definição de políticas públicas, área em que, a depender do contexto, tende a se referir, com maior ou menor ênfase ou abrangência, a, além de indígenas e quilombolas, "ribeirinhos", "caiçaras", "sertanejos", "seringueiros", "camponeses" etc.

Em matéria ambiental, tanto no supra-referido recente Decreto, o uso do conceito de populações tradicionais parece basicamente refletir preocupações com o conhecimento e com o monitoramento do acesso direto a recursos naturais, através de atividades como a pesca, a caça, a coleta animal ou vegetal, o extrativismo - inclusive o mineral (de argila, areia etc.) - ou mesmo o agroextrativismo.

Deve-se considerar, porém, que, embora sejam essas atividades tipicamente exercidas por populações tradicionais, não apenas estas o fazem, nem toda comunidade que possa, sociologicamente, ser caracterizada como tradicional tem necessariamente em alguma dessas atividades parte importante de sua base de sustentação econômica.

Isto posto, deve ser assinalado que, para uma caracterização sociologicamente eficaz do que sejam populações ou comunidades tradicionais, se deve tomar em conta não apenas as suas formas de

exploração econômica, mas também as relações dessas formas de exploração com a economia de mercado, as formas de organização social para prover essa exploração e, o que é muito importante, as formas de apropriação do território em que se dão tais formas de exploração.

Assim, além das atividades de acesso direto a recursos naturais acima referidas, é típico de populações tradicionais a prática da agricultura, sobretudo da agricultura de alimentos, bem como do criatório, doméstico ou de pastoreio. Uma ou, freqüentemente, mais de uma dessas atividades podem estar presentes, combinadas e com pesos econômicos variáveis, na composição da base de sustentação de tais populações.

Quanto à relação com o mercado, a economia de comunidades tradicionais caracteriza-se, tipicamente, por vínculos parciais e variáveis com esse. Assim, um determinado produto agrícola ou de extrativismo, por exemplo, tanto pode ser utilizado para venda no mercado como para o autoconsumo do seu produtor, e não é infreqüente que as duas opções possam ocorrer em uma mesma ocasião ou em momentos diferentes, a depender das necessidades do produtor ou dos valores e demandas do mercado. Mesmo em situações em que algum produto esteja voltado unicamente para o mercado (látex, por exemplo), a comunidade jamais depende unicamente deste para a provisão do seu sustento. Comunidades que têm a sua base econômica dependente apenas de relações com o mercado não devem, a rigor, ser caracterizadas como tradicionais.

Não é infreqüente que parcelas até significativas da mão-de-obra de comunidades tradicionais, formadas em geral por adultos jovens, recorram à venda, em caráter temporário ou permanente, de sua força de trabalho, em localidades rurais ou urbanas próximas ou distantes das comunidades de origem. Uma tal situação não representa a desvinculação dessa mão-de-obra de sua comunidade nem de formas tradicionais de reprodução econômica e social. Ao contrário, ingressos financeiros advindos dessa atividade freqüentemente tem peso significativo na composição da base de sustentação de famílias de comunidades tradicionais e representam uma forma a mais de relação alternativa com o mercado.

Quanto às formas de organização social para a produção, comunidades tradicionais caracterizam-se pela invariável presença do trabalho familiar, principalmente na agricultura, com imprescindibilidade da participação de vários ou de todos os membros da unidade familiar desde pelo menos o período da adolescência, e com escasso ou nenhum recurso a mão-de-obra remunerada externa ao círculo familiar. Caracterizam-se também pela presença de formas tradicionais de cooperação interfamiliar baseada em vínculos de parentesco e vizinhança. Atividades agrícolas com maior demanda de esforço físico, como

derrubadas e colheitas, construções e atividades extrativistas são freqüentemente providas por essas formas de cooperação interfamiliar e pelo trabalho coletivo.

Por fim, quanto à apropriação do território, comunidades tradicionais caracterizam-se pela concepção e exploração de um território de uso comum, unidade de referência para o acesso a recursos naturais através de caça, pesca, coleta ou extrativismo e, em muitos casos, também para o criatório extensivo. É também sobre esse território comum que se implantam as unidades de exploração agrícola. Estas, embora quase sempre de apropriação tipicamente familiar, têm essa apropriação mediada e legitimada pela noção de pertencimento do grupo familiar ao coletivo da comunidade - o que é também atestado e vivenciado por seus vínculos de parentesco -, e pelo exercício contínuo do trabalho familiar sobre essas glebas, antes que por uma titularidade formal e individual de domínio. Tratam-se, portanto, em alguma medida, de parcelas do mesmo território concebido como de uso comum.

O ingresso dessas unidades de apropriação familiar no mercado de terras e, portanto, sob formas individuais de apropriação que em geral antecedem a sua venda, tendem sempre a representar fatores de risco e de crise para a ordem coletiva; tanto mais quando associado a processos de apropriação por terceiros de significativas áreas de uso comum dessas comunidades, como é típico dos recentes processos de expansão de monoculturas comerciais em regiões tratadas no presente estudo, destacadamente o Norte Capixaba e o Extremo Sul Baiano.

Vale referir aqui que, tendo em vista processos de urbanização, por vezes intensos, típicos de várias regiões do país e, no caso do presente estudo, do Norte Capixaba, do Extremo Sul Baiano e, em menor escala, da Região Cacaueira; nem sempre parcelas de população tradicional migradas para áreas urbanas, em geral de cidades médias e pequenas, perdem plenamente aí as suas características de tradicionalidade; notadamente quanto aos seus vínculos de cooperação familiar e interfamiliar, mas também quanto à exploração de recursos naturais, ou mesmo de alguma agricultura, que seguem sendo praticadas no entorno imediato desses núcleos urbanos.

Eximir-se-á aqui a seguir caracterizando as comunidades tradicionais também no que diz respeito às suas formas próprias ou típicas de concepção cosmológica ou de religiosidade, assinalando apenas, para os fins do presente estudo, que concepções cosmológicas e práticas religiosas encontram-se invariavelmente associadas a processos de apropriação e de legitimação de territórios de uso comum.

Isto posto, passa-se a indicar as áreas em que se identificou na área de influência indireta do empreendimento (AII) e na área de influência direta (AID), a presença de áreas exploradas por populações tradicionais. Destaca-se ainda que, a partir de observações de campo, essas comunidades

identificadas não apresentam grau de vulnerabilidade que mereça registro em relação as diferentes fases do empreendimento.

Assinala-se que as referências a seguir são apenas uma síntese do já descrito na introdução acima. São referências, por vezes, nominalmente indicativas apenas de povoações ou nucleações habitacionais maiores, mais facilmente identificáveis sob o tipo de vistoria realizada; o que não significa que não devam ser consideradas e devidamente examinadas eventuais nucleações menores nas vizinhanças da localidade nominalmente referida.

Destaca-se, por fim, que a indicação de presença de população tradicional refere, por vezes, apenas a presença de contingentes que exercem formas de exploração e ou de organização tipicamente tradicionais, conforme aqui definidas. Como vias de acesso à essas localidades o eixo principal é constituído pela BR 101 e rodovias estaduais da área de influência do projeto, e dessas, por estradas secundárias até a localidade. Ressalta-se que os acessos são facilitados por se contituírem em referências locais (povoados e lugarejos conhecidos pelas populações circunvizinhas).

a) Norte Capixaba

Município de Linhares:

- comunidades de Zacarias e Degredo, com presença de agricultura familiar, algum extrativismo vegetal e carvoaria;
- povoado pesqueiro de Barra Seca e localidades adjacentes, junto à costa e à restinga.

Município de São Mateus:

- vila pesqueira de Uruçuquara e localidades adjacentes, junto à costa e à restinga;
- povoado de Nativo e comunidades adjacentes, destacadamente Ferrugem e São Miguel, que podem, eventualmente, vir a requerer certificação como quilombolas.

As demais comunidades do município já estão tratadas no tópico sobre comunidades quilombolas.

Município de Conceição da Barra:

- povoados de Saionara e Braço do Norte, junto à BR-101, que abrigam contingentes populacionais migrados dos quilombos e que seguem explorando recursos naturais no entorno dessas povoações e mantendo características de tradicionalidade.

As demais localidades no município estão tratadas no tópico sobre comunidades quilombolas.

Município de Pedro Canário:

- periferia urbana da sede do município;

b) Extremo Sul Baiano

Município de Mucuri:

- povoados de 31 de Março e Itabatã, junto à BR-101. No segundo, há presença de periferia urbana com acesso a recursos extrativistas no entorno;
- assentamento Quilômetro Dois, do Incra, há aparentemente, uso apenas eventual de recursos extrativistas do entorno.

Município de Nova Viçosa:

- comunidade de Engenheiro Cândido Mariano, já tratada no tópico sobre quilombos, mas ainda não formalmente caracterizada como tal;
- povoado de Bela Vista, junto à BR-101, com exploração de recursos extrativistas, inclusive para comércio junto à pista.

Município de Teixeira de Freitas:

- povoado de Cascata.

Município de Alcobaça:

- povoado de Pouso Alegre.

Município de Prado:

- periferia e entorno do povoado de Guarani, com uso de recursos extrativistas.

Município de Itamaraju:

- periferia oriental da sede, bairro Liberdade, com acesso a recursos do entorno.

Município de Itabela:

- periferia oriental da sede, onde há, inclusive, um acampamento de "sem terras".

c) Região Cacaueira

Nesta região, os contingentes de população tradicional estão localizados principalmente em vilas e povoados intermédios às fazendas e vias de acesso.

Município de Belmonte:

- adjacências da vila de Santa Maria Eterna.

Município de Mascote:

- distritos de Teixeira do Progresso e São João do Paraíso.

Município de Camacã:

- distrito de Leventura.

Município de Arataca:

- povoado de Anuri.

Município de Juçari:

- sede municipal e acampamento de "sem-terras" próximo à sua periferia oriental;
- vila de Areia Branca.

Município de Itabuna:

- vila de Itamaracá;
- bairro de Ferradas e adjacências, na periferia da sede municipal.

Município de Itajuípe:

- povoados de Sequeiro Grande e São Cristóvão, em que há cultivos familiares junto à faixa de dutos já implantada.

Município de Ilhéus:

- proximidades da vila de Pimenteira.

Município de Coaraci:

- povoado da Ruinha dos Três Braços.

Município de Itapitanga:

- povoado de Entroncamento.

Município de Gongoji:

- distrito de Tapirama.

Município de Ipiaú:

- acampamento Carlos Marighela.

Município de Ibirataia:

- periferias da sede e da vila de Algodão.

Município de Nova Ibiá:

- Localidade de Paiol.

Município de Gandu:

- periferia da sede.

Município de Wenceslau Guimarães:

- periferia da sede.

Município de Valença:

- região do Quebra-Martelo e povoado homônimo.

d) Recôncavo Baiano

Trata-se de uma região em que, conforme dito, alguns dos seus municípios caracterizam-se pela presença quase que contínua, em sua área rural, de áreas de exploração tradicional, geralmente sob a forma de minifúndios, mas também com faixas sob exploração coletiva de recursos naturais.

Município de Jaguaripe:

- distrito de Palma, ou Cunhaji, com bastante presença de agricultura familiar e de reservas de recursos naturais.

Município de Muniz Ferreira:

- distrito do Onha e povoados de Rio Grande e Sodoma, com agricultura familiar e algumas reservas de recursos naturais.

Município de Maragojipe:

- há aqui uma presença quase contínua de áreas de exploração tradicional por parte de diversas pequenas comunidades de organização espacial mais tipicamente rural e minifundiária, sem nucleações maiores a destacar. Adota-se como referência as povoações ao longo da estrada vicinal que liga a vizinha cidade de São Felipe à sede do município: vila de Guapira e povoados de Batatã, Serraria, Encruzilhada e Santo Antônio de Aldeia, este último, conforme já tratado, "de origem" indígena.

Município de São Félix:

- presença de exploração pesqueira à margem do Paraguaçu.

Município de Cachoeira:

- além das comunidades quilombolas já tratadas, merece referência a exploração pesqueira e o extrativismo vegetal no vale do Paraguaçu.

Município de Santo Amaro:

- adjacências do povoado do Arraial da Pedra, com agricultura familiar e alguma exploração extrativista;
- periferia setentrional da sede municipal.

Município de Amélia Rodrigues:

- distrito de Mata da Aliança.

Município de Terra Nova:

- vila de Rio Fundo e povoado de Paranaguá.

Esses dois últimos municípios não são cortados pela diretriz, mas a população das povoações mencionadas estende a sua exploração extrativista por áreas contíguas nos municípios de Santo Amaro e São Sebastião do Passé, e nas áreas de influência indireta e direta do empreendimento sobre o meio biótico.

Município de São Sebastião do Passé:

- povoados de Santo André e Estado, na região canavieira do município;
- pequenas localidades rurais e minifundiárias ao norte do município.

Município de Catu:

- pequenas localidades rurais e minifundiárias ao sul do município.

Tabela 5.177- Localização das Comunidades Quilombolas

Km do Traçado	Coordenadas		Comunidade/ Tipologia	Município	Comunidade/Nome	Observação	Situação Fundiária (1)
	(X)	(Y)					
114.900	393547	7946940	Quilombolas	São	São Domingos	AII	Herança
-	-	-		Mateus -	Dilô Barbosa	Fora da AII	-
109.680	391200	7942252		ES	Nova Vista II	AII	-
107.550	393770	7940352			Nova Vista I	AII	-
105.772	397249	7938846			Morro das Araras	AII	-
105.905	402562	7939014			São Jorge	AII	Posse
105.480	389678	7938589			Chiado	AII	-

Km do Traçado	Coordenadas		Comunidade/ Tipologia	Município	Comunidade/Nome	Observação	Situação Fundiária (1)
	(X)	(Y)					
82.600	406022	7921708			Divino Espírito Santo	AID	Posse
-	-	-			Córrego do Sertão	Limite, fora AII	-
122.644	402831	7954465		Conceição da Barra – ES	Angelim	AII	Titulação (Portaria FCP 35, de 06/12/2004)
121.655	403180	7953406			Macuco	AII	-
-	-	-			Linharinho	Fora da AII	Herança
111.678	406767	7943757			Coxi	AII	-
-	-	-		Nova Viçosa – BA	Helvécia	Fora da AII	-
200.200	423983	8023674			Engenho Cândido Mariano	AII	-
863.677	506612	8600472		Cachoeira - BA	Engenho da Vitória	AID	Reconhecida (Portaria 35/04, pg.n.046.f.4 7)
865.170	510531	8601500			Catolé	AII	-
864.098	509899	8600764			Imbiara	AII	Reconhecida (Portaria 35/04, pg.n.046.f.4 7)
866.660	514533	8602433			Calambá	Fora da AII	-
865.750	515672	8601683			Dendê	Fora da AII	Reconhecida (Portaria 35/04, pg.n.046.f.4 7)
863.601	514435	8600761			Engenho da Ponta	Fora da AII	-

Km do Traçado	Coordenadas		Comunidade/ Tipologia	Município	Comunidade/Nome	Observação	Situação Fundiária (1)
	(X)	(Y)					
-	-	-			Caingongo Velho	Fora da AII	Reconhecida (Portaria 35/04, pg.n.046.f.4 7)
-	-	-		Santo Amaro - BA	Caingongo	Fora da AII	-

Fonte: Observações de campo em locais de entrevistas

(1) Busca no Sistema de Informações das Comunidades Afro-brasileiras, Fundação Palmares Acesso em: 24/01/2005. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sicab/default.htm/>>